



*Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*



# **O HOMEM GUERREIRO E OS DESAFIOS FEMINISTAS**

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS FEMINISTAS EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS E O ACTIVISMO ANTIMILITARISTA  
FEMINISTA NOS BALCÃS**

**Carolina Sofia Oliveira Moreira**

2012

# **O HOMEM GUERREIRO E OS DESAFIOS FEMINISTAS**

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS FEMINISTAS EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS E O ACTIVISMO ANTIMILITARISTA  
FEMINISTA NOS BALCÃS**

Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus  
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
sob orientação do Professor Doutor António Martins da Silva

Carolina Sofia Oliveira Moreira

2012



## Agradecimentos

Ao Professor Doutor António Martins da Silva, quero agradecer pela partilha de conhecimento, pela camaradagem, pela confiança e compreensão, que tornaram este meu longo percurso possível e ainda por ter aceite ser meu orientador.

À minha mãe, um exemplo inspirador de bondade, coragem e de força, quero agradecer por todo o esforço que fez durante estes anos da minha permanência em Coimbra, por me ensinar a ser determinada e altruísta, pelas oportunidades que me proporcionou, pelo apoio e preocupação constantes, pelo carinho e amor incondicional e pela paciência que teve em dar-me tempo para crescer...e por continuar a dar!

Agradeço também ao meu irmão, o meu companheiro de vida, pela sua alegria, bondade, amor, carinho e apoio incondicionais. Também ao meu “mano” agradeço o incentivo que me deu pela aprendizagem, que fez despertar em mim a curiosidade pelo conhecimento, assim como a exigência própria de quem ama, acredita e ajuda a crescer.

Quero também agradecer às Marias do Loureiro!!!! Em especial à Jaqueline, à Vera e à Cátia, por acreditarem em mim, por me ajudarem a ser forte e a nunca desistir, e pelo apoio permanente que me deram durante estes últimos meses, às horas que, pacientemente, dispensaram na revisão do texto e, principalmente...pela amizade e companheirismo!

Ao Tiago, agradeço toda a força, amor e carinho...

## RESUMO

A presente dissertação pretende trazer para a disciplina de Estudos Europeus a contribuição das teorias feministas em Relações Internacionais na análise das dinâmicas e complexidades que compõem o actual panorama político internacional. Este estudo com base nas teorias e metodologias feministas incide sobre as mulheres nos Balcãs particularmente sobre o activismo feminista antimilitarista na Sérvia protagonizado pelas Mulheres de Negro de Belgrado. É objectivo demonstrar a forma como as suas lutas e reivindicações contribuíram para inclusão na Agenda internacional da problemática da violência e dos abusos das mulheres em contextos de guerra, nomeadamente para a introdução do crime de violação sexual, ocorrida durante os conflitos, nos mecanismos legais do Direito Internacional. Apesar de as mulheres desempenharem um papel activo na reconstrução pós-bélica, é verificado que as Organizações Internacionais que dirigem as missões de paz continuam a negligenciar o seu papel neste processo. Assim, pretende-se com este estudo conferir visibilidade às alternativas anti-nacionalistas e anti-militaristas propostas pelas Mulheres de Negro de Belgrado, que, ao constituírem-se em rede com outras organizações feministas à escala global, estão a criar um espaço de resistência e de debate para a introdução de novas perspectivas que possam contribuir para a reformulação do conceito de cidadania europeia.

**PALAVRAS-CHAVE:** movimentos feministas; Balcãs; anti-militarismo; internacionalismo; sociedades pós-conflito; cidadania europeia.

## ABSTRACT

The present dissertation intends to bring to the discipline of European Studies the contributions of feminist theories in International Relations in the analysis of the dynamics and complexities that compound the actual international political panorama. This study based on feminist theories and methodologies focus on the women of the Balkans, particularly on the feminist anti-militaristic activism in Serbia whose protagonists are the Women in Black of Belgrade. The objective is to demonstrate how their struggles and claims contributed to the inclusion of the problematic of the abuses of women in contexts of war in the International Agenda, namely for the introduction of the crime of sexual violation, that occurred during the conflicts, in the legal mechanisms of the International Law. Despite the active role of women in the post-war reconstruction it is verified that the International Organizations who run the peace missions continue to neglect their role in this process. Thus, it is intend with this study to give visibility to the anti-nationalist and anti-militaristic alternatives proposed by the Women In Black of Belgrade, that by constituting a network with other feminist organizations at a global scale, are creating a space of resistance and debate for the introduction of new perspectives that can contribute to the redefinition of the concept of European citizenship.

**KEYWORDS:** feminist movements; Balkans; anti-militarism; internationalism; post-conflict; european citizenship

# O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

## ÍNDICE

---

INTRODUÇÃO .....	2
Capítulo I - Relações Internacionais: A Disciplina do <i>Homem Guerreiro</i> à luz das teorias feministas .....	7
1. A introdução do feminismo em Relações Internacionais – um desafio à ortodoxia.....	11
2. Contributos teóricos e metodológicos do feminismo em Relações Internacionais.....	20
Capítulo II - Perspectivas teóricas feministas em Relações Internacionais.....	30
1. Perspectivas sobre as questões fundadoras do Estado ocidental moderno - A Ciência a Lei e o Poder - a comunidade “imaginária” do patriarcado .....	30
2. Perspectivas acerca da Segurança Global - A soberania estatal, as políticas externas de segurança e o militarismo – o Estado-nação “moderno” .....	37
2.1. A soberania do Estado-nação e o questionamento feminista do conceito realista de poder.....	39
2.2. A segurança estatal – violência estrutural .....	42
2.3. A militarização da sociedade – o <i>homem guerreiro</i> e a <i>bela alma</i> .....	46
3. Perspectivas feministas sobre a Economia Política Internacional.....	51
Capítulo III – Os conflitos e o pós-guerra nas repúblicas ex-Jugoslavas – estratégias feministas e movimentos de resistência antimilitaristas.....	55
1. Nacionalismo estatal como motor do ódio étnico e violência como sintoma e causa do patriarcado .....	58
2. O activismo feminista antimilitarista na Sérvia – Solidariedade sem fronteiras .	65
3. Do local ao global – a transversalidade dos movimentos feministas da antiga Jugoslávia com as organizações internacionais.....	74
3.1. O internacionalismo das mulheres de Negro de Belgrado - <i>Solidariedade sem fronteiras</i> .....	77
3.2. A penalização dos crimes de guerra na antiga Jugoslávia – o papel activo das organizações não-governamentais de mulheres .....	80
3.3. A influência das redes internacionais de mulheres e os avanços na introdução de uma perspectiva de género nas missões de paz das Nações Unidas.....	90
4. O pós-guerra na ex-Jugoslávia – Os Direitos das Mulheres nas novas democracias da ex-Jugoslávia e o impacto das políticas de transição e dos neone nacionalismos.....	101
5. As propostas feministas de uma identidade europeia pós-nacionalista.....	107
Conclusão.....	113
Bibliografia .....	121

# O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

## INTRODUÇÃO

---

As perspectivas feministas começaram a ser introduzidas na disciplina de Relações Internacionais (RI) na década de oitenta, numa altura em que foram iniciadas mudanças políticas económicas profundas à escala global. O desmembramento da União Soviética e o aparecimento de novos estados independentes acabaria com o bipolarismo da ordem mundial, dando lugar a uma multipolaridade dos conflitos, passando estes a ocorrer a um nível mais interno, onde a sociedade civil é largamente atingida. Esta alteração caracterizou-se por uma transferência gradual das guerras intra-estaduais para o espaço privado, onde a maioria da população é composta por mulheres, que, encontrando-se numa situação particularmente vulnerável, estão sujeitas a situações de violência e abusos que, em situação de conflito, tomam proporções avassaladoras.

A situação específica das mulheres em conflitos armados e a frequência sistemática dos abusos de que eram alvo começou a ser percebida por parte da comunidade internacional de uma forma particular a partir da década de 80, passando a ser objecto de discussão em diversos fóruns internacionais. Desde então, as conferências das Nações Unidas têm dedicado uma especial atenção a estas questões, devido às contribuições e pressões exercidas por mulheres e por grupos feministas à escala global.

É face a esta nova reconfiguração geopolítica que as concepções realistas, objectivistas e androcêntricas, através das quais as Relações Internacionais têm sido analisadas, ao assentarem em pressupostos descontextualizados, passam a não corresponder às realidades, mudanças e necessidades do actual panorama internacional, motivando o aparecimento de novas teorias de análise com base nas complexidades e interdependência de um mundo multipolar e globalizado.

Neste contexto, as teorias feministas têm vindo a constituir-se como uma perspectiva actualizada, complexa e relevante para a evolução das Relações Internacionais, tendo contribuído com novas teorizações e metodologias, nomeadamente com a introdução de género como uma categoria de análise. Ao introduzir as experiências das mulheres, estas perspectivas irão demonstrar a forma como aquelas estão profundamente ligadas aos domínios das políticas globais, conferindo visibilidade a questões marginalizadas pelos estudos convencionais das Relações Internacionais. As

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

teorias feministas irão contribuir, assim, com novas propostas de investigação mais adequadas ao estudo do complexo panorama internacional, alargando, assim, espectro de análise da disciplina. Estas teorias continuam, no entanto, a ser marginalizadas pelas teorias *mainstream* da disciplina, naquele que se tem mostrado como o campo do domínio masculino por excelência.

A disciplina de Estudos Europeus, apesar de se constituir como área do saber empenhada num desenvolvimento crítico da cultura, das políticas e das instituições da Europa, através de uma abordagem pluridisciplinar, continua a carecer de estudos em questões de género. A pertinência de um estudo em questões de género nesta disciplina prende-se, deste modo, com a necessidade de preencher um espaço marcado pela ausência dos debates feministas a nível das instituições europeias, no que concerne aos domínios da alta política. Afinal, a tendência para incluir as mulheres nos processos políticos tem sido pautada pela superficialidade, que pode ser caracterizada como uma simples adjunção das mulheres nos quadros institucionais, nomeadamente através de quotas obrigatórias, sem que questões de fundo estruturais, relativamente aos domínios da igualdade, sejam devidamente debatidas.

Esta dissertação pretende, assim, contribuir com discussões críticas, teorias e propostas metodológicas feministas, revelando o contributo essencial destas novas perspectivas no seio da disciplina e no panorama das políticas internacionais, propondo, assim, a sua introdução na área dos Estudos Europeus. Pretende-se com o presente trabalho, mostrar a forma como estas teorias e práticas são fulcrais para dar visibilidade às mulheres nos conflitos ocorridos na Europa, dando conta das lacunas que persistem no sistema político e no estado patriarcal que perpetua a manutenção do sistema de guerra.

A situação particularmente vulnerável das mulheres expostas a todos os tipos de violência e exploração em situações de conflitos armados, instigou as feministas a desafiar as teorias políticas dominantes, abalando os fundamentos estatocêntricos do sistema internacional. Estes são apontados como a causa mais profunda da manutenção das estruturas de poder que perpetuam a dominação masculina nos processos de tomada de decisão internacionais, omitindo relações sociais desiguais e excludentes para as mulheres. Estas críticas reivindicam o conhecimento de intersubjectividades como elemento fulcral e como ponto de partida para uma metodologia feminista de análise das Relações Internacionais.



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Será, portanto, aplicando uma metodologia feminista que este estudo se propõe a uma análise (des)construtiva dos Estudos Europeus, através da abordagem do contexto europeu das guerras dos Balcãs que ocorreram na década de 90, especificamente entre 1991 e 1999, e que resultaram no desmembramento da Jugoslávia comunista e na formação de novos estados democráticos. Este constitui um exemplo relativamente actual desta nova tipologia dos conflitos e marca uma nova fase das intervenções humanitárias. É também neste contexto que é iniciada uma nova abordagem em relação aos crimes cometidos contra as mulheres em situações de guerra, constituindo, por isso, um objecto de análise pertinente numa fase em que se avizinhavam as candidaturas da Sérvia e da Croácia à União Europeia.

Este tema será tratado com base na perspectiva de género e das construções de identidades em contextos de guerra, analisando a forma como estas têm sido elementos usados para perpetuar um sistema patriarcal que exclui e oprime as mulheres. Será também intenção nesta dissertação, destacar a forma como, ao mesmo tempo, estas questões têm sido alvo de estudos que constituem contribuições valiosas no sentido de um aprofundamento crítico das políticas internacionais actuais.

Para cumprir o exposto, objectivar-se-á focar o activismo político protagonizado pelos movimentos sociais de mulheres concretizados em organizações feministas e antimilitaristas dos Balcãs, mais concretamente das Mulheres de Negro de Belgrado, devido à visibilidade e ao carácter internacionalista que estas foram adquirindo nas últimas duas décadas. Para além de constituírem um exemplo de insurgência contra as políticas que figuram no panorama internacional, propondo novas alternativas paralelas de governança mais inclusivas para as mulheres, o activismo das Mulheres de Negro de Belgrado serviu também para desmascarar a suposta passividade feminina no que toca às questões de alta política, tendo estas participado activamente no processo de democratização nos Balcãs, ao mesmo tempo que projectavam a sua experiência local para um nível global.

As críticas feministas que aqui serão apresentadas, inspiram-se nas propostas destas mulheres, denunciando a inadequação das respostas dadas pelos organismos internacionais aos conflitos, nomeadamente as intervenções humanitárias que, revestidas do seu tradicional carácter militarista, acabam por trazer resultados catastróficos expressos nos números avassaladores de perdas civis. Por outro lado, também as missões de reconstrução pós-bélica, apesar de actualmente serem revestidas de um carácter marcado pela complexidade e multidimensionalidade, acabam por não

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

conseguir corresponder às necessidades das mulheres, uma vez que não consideram as especificidades dos diferentes contextos de guerra, para além de continuarem fundadas numa estrutura patriarcal.

O emprego de algumas terminologias, apesar de poderem ser interpretadas como possuidoras de uma carga tendencialmente ideológica, justifica-se pela sua utilização estar relacionada com um posicionamento político particular, com o objecto de estudo em questão, e com o caso prático a que nos reportamos, que se encontra num discurso académico específico, – o discurso feminista. Apesar de, como já tivemos oportunidade de referir, este discurso continuar a ser marginalizado por diversas áreas do saber, este parece, contudo, o mais indicado para dar conta da complexa realidade que subjaz ao contexto do estudo em que nos focamos, isto é, ao estudo das mulheres nos conflitos.

Em seguimento, será delineada a linha teórica e argumentativa que apresentará aquilo que defini enquanto objectivos específicos desta dissertação e que se organizará em três capítulos principais, nos quais os dois primeiros servirão para contextualizar o objecto de estudo em questão, bem como para expor as teorias que o comportam, constituindo o último capítulo um exemplo prático de comprovação destas mesmas teorias.

O primeiro capítulo exporá uma contextualização acerca dos principais fundamentos teóricos que têm predominado nos estudos da política global, desde o nascimento da disciplina de Relações Internacionais até à actualidade. Abordar-se-á, de seguida, a introdução das teorias feministas em Relações Internacionais, expondo o que podemos apontar como sendo os traços gerais das suas várias abordagens, para além dos seus principais contributos metodológicos e epistemológicos para os estudos da disciplina. O segundo capítulo, aprofundará as perspectivas teóricas das teorias feministas, que aqui se apresentam divididas em perspectivas acerca das questões fundadoras do Estado moderno ocidental, perspectivas em torno da Segurança Global e perspectivas sobre a Economia Política Internacional.

O terceiro e último capítulo concentrar-se-á no objecto de análise específico – o activismo antimilitarista feminista nas repúblicas da antiga Jugoslávia – onde, primeiramente, será dado a conhecer o contexto dos conflitos que resultaram no seu desmembramento, explanando sucintamente a forma como o nacionalismo estatal foi o principal propulsor de conflitos numa zona anteriormente marcada por uma coexistência multi-étnica pacífica. Mostrar-se-á a forma como, ocultas pelos acontecimentos dos cenários de guerra, existiram mulheres que corajosamente se insurgiram contra a

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

violência e o militarismo, desenvolvendo acções de protesto e agindo directamente em defesa e apoio das mulheres vítimas da guerra e da violência. Aqui, será feita uma referência à forma como estas mulheres conseguiram trazer para a agenda internacional estas questões, contribuindo para a criminalização dos abusos de que são alvo as mulheres, e será explicitada a visão crítica das feministas em relação aos organismos de protecção e defesa dos direitos das mulheres no âmbito internacional e a forma como estes continuam a negligenciar o papel activo daquelas, incidindo, mais uma vez, no exemplo das activistas feministas dos Balcãs.

Concentrando-se na situação do período pós-guerra nos Balcãs, será analisada, de forma não exaustiva, a situação das mulheres no período pós-guerra nos Balcãs, revelando os efeitos negativos que a transição política e económica trouxe para as mulheres, através de uma análise comparativa entre os direitos destas na Jugoslávia comunista e nos novos estados democráticos capitalistas. É nesse sentido, que se demonstrará a forma como a nova configuração política assente na institucionalização do Estado-nação, criou um contexto favorável à perpetuação dos sentimentos nacionalistas, mesmo após o final da guerra, com consequências específicas para as mulheres neste contexto. Finalmente, e em jeito de reflexão, será ponderada a possibilidade de uma reformulação do conceito de cidadania europeia, para que este possa ser mais inclusivo para as mulheres. Será também constatada a forma como os movimentos das mulheres e a projecção das suas experiências estão a criar um espaço para uma nova reconstrução identitária na Europa, o contexto específico do estudo em questão e da nossa própria disciplina.

# O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

## CAPÍTULO I - RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A DISCIPLINA DO HOMEM GUERREIRO À LUZ DAS TEORIAS FEMINISTAS

---

A disciplina de Relações Internacionais adveio da urgência em explicar as causas das guerras e prevenir novos conflitos tendo aparecido como disciplina distinta no início do século XX, mais especificamente após a I Guerra Mundial. Primeiramente caracterizada por um idealismo liberal, que compreendeu o período entre a primeira e a segunda guerras, a disciplina encontrou o seu foco de atenção no Direito Internacional e na Segurança Colectiva, materializados na Sociedade das Nações. Com o eclodir da II Guerra Mundial, o realismo político passa a ser adoptado enquanto modelo de análise das relações entre os estados, em detrimento da tradição idealista baseada na crença de cooperação entre os povos, que desde o seu início se mostraria empenhado na criação de um quadro científico para a disciplina.<sup>1</sup>

A profunda convicção das Relações Internacionais na não ocorrência de novos conflitos levou a que, numa fase inicial, a disciplina adoptasse um carácter fortemente normativo e prescritivo para que estes fossem evitados. Deste modo, o Idealismo é marcado pela crença no progresso e de que este é acompanhado pela transformação justa e pacífica do mundo<sup>2</sup>, visão essa que provaria estar errada com o eclodir da II Guerra Mundial, provocando a falência do optimismo idealista e levando à adopção do realismo político que já, desde a Antiguidade<sup>3</sup>, tinha vindo a angariar defensores.

O realismo político defende uma abordagem que, mais do que se sujeitar a um compromisso normativo, fosse capaz de proceder a uma análise dos acontecimentos “tais como eles eram, e não como deveriam ser”<sup>4</sup>. Desta forma, Hans Morgenthau, teórico político que mais popularizou o realismo político, proporia no seu compêndio

---

<sup>1</sup> J. Ann Tickner, "Feminism meets International Relations: some methodological issues." in Brooke A. Ackerly, Maria Stern e Jacqui True, *Feminist Methodologies for International Relations*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2006, p.16, (pp.19-41).

<sup>2</sup> Martin Hollis e Steve Smith, *Explaining and Understanding International Relations*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1990, p. 20.

<sup>3</sup> O realismo político encontra-se presente no primeiro discurso dos atenienses registados na história, aquando da guerra entre Atenas e Esparta (431-404 A.C). O historiador grego Tucídides, escreveu assim a *História da Guerra de Peloponeso*, no qual relata este discurso e outros ocorridos durante a guerra, e sob uma perspectiva realista tenta explicar as causas da guerra de Peloponeso, sendo este texto considerado o único texto clássico conhecido de Relações Internacionais. W. Julian Korab-Karpowicz, "Political Realism in International Relations." *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 26 de Julho de 2010, p.2. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/realism-intl-relations/> (acedido em 2 de Maio de 2011).

<sup>4</sup> Martin Hollis e Steve Smith *op. cit.*, p. 21.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

*Politics among Nations*<sup>5</sup>, que as RI fossem estudadas através de uma abordagem científica realista, assente numa concepção hobbesiana de que, num mundo perigoso e desprovido de uma autoridade que garanta a manutenção da paz, é necessária a aglutinação de poder e de força militar como forma de assegurar a protecção de uma área ordenada do espaço doméstico e a busca de interesses nacionais legítimos além das fronteiras dos seus territórios. Estes elementos demonstram já uma tentativa de elevar as RI a uma ciência influenciada pelo positivismo científico na análise dos acontecimentos, uma vez que assume a necessidade de haver forças subjacentes que produzem o comportamento político<sup>6</sup>. A teorização realista também denominada “the power-politics-model” de Morgenthau constituiu-se como um marco essencial na teoria dominante das RI, adoptado não só pela academia, como também usado enquanto fundamento intelectual da política externa americana nos finais da década de quarenta e inícios da década de cinquenta. Este modelo foi adoptado no contexto da Guerra Fria, encontrando apoio nas relações entre os dois blocos antagónicos e na corrida ao armamento militar, o que assegurou a predominância de explicações realistas para o comportamento dos estados no sistema internacional.

Esta primeira fase do realismo político, faria surgir inúmeras críticas quanto às teorias de Hans Morgenthau, que foram consideradas por muitos teóricos como imprecisas quanto à comprovação dos factos que apontava, fazendo surgir, subsequentemente, o desenvolvimento de abordagens que conferiram uma maior incidência nas questões metodológicas<sup>7</sup>. Seria este desenvolvimento de novas conceptualizações e metodologias que inauguraria o segundo debate em RI.

Este segundo debate, que teve lugar nas décadas de 50 e 60, confrontou tradicionalismo e cientismo, caracterizou-se pelo reforço de uma matriz objectiva da disciplina e, como explica José Manuel Pureza, pelo “ascendente das metodologias de perfil quantitativista sobre as abordagens qualitativas” que fez com que “os resquícios de uma influência tida como nociva da história diplomática, do direito internacional ou da filosofia clássica” fossem então “objecto de purga metodológica”<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> Hans Morgenthau, *Politics among nations*. Nova Iorque, McGraw-Hill. Esta obra continua a ter uma influência particular nos Estados Unidos.

<sup>6</sup> Martin Hollis e Steve Smith *op. cit.*, p.23.

<sup>7</sup> Idem. *Ibid.*, pp. 30-32.

<sup>8</sup> José Manuel Pureza, "Lição apresentada no âmbito das provas de Agregação na área de Relações Internacionais (especialidade de História e teoria das Relações Internacionais)." *Os Estudos para a Paz como desafio crítico à tradição em Relações Internacionais*. Coimbra, 2009, p. 3, (pp. 12-31).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Como se descreve, estas décadas foram marcadas pelo surgimento de novas propostas que tentaram dotar as RI de uma acentuada racionalidade científica utilizando, para tal, metodologias quantitativas, modelos económicos, biológicos, físicos, matemáticos e cibernéticos<sup>9</sup>. Surge assim, na década de oitenta, uma nova abordagem realista mais científica que a tradicional, que ficou conhecida como realismo estrutural ou, na sua denominação mais comum, como neo-realismo.

Esta abordagem, também denominada de realismo radical ou extremo, mais próximo da linha maquiavélica “em que tudo é justificado em benefício do Estado”<sup>10</sup>, caracteriza-se por um maior rigor metodológico e preocupação com a verificação empírica do conhecimento, assumindo-se já como uma área científica. O neo-realismo busca explicar padrões recorrentes do comportamento estatal conferindo importância ao “systems level” (nível dos sistemas) ou “level of analysis” (níveis de análise) através do qual se acredita ser possível traçar algumas regras do sistema internacional, mediante a construção de modelos dedutivos, examinando a história através dos seus exemplos. É nesse sentido que, numa monografia paradigmática, *Man, the State and the War* (1959)<sup>11</sup>, Kenneth N. Waltz, traça três níveis nos quais se podem explicar a ocorrência das guerras. No primeiro nível, referente à natureza humana, assume os indivíduos como maus e egoístas; no segundo, o autor define guerra como uma predisposição de determinados estados; e, no terceiro, explica a guerra como sendo o resultado de factores sistémicos, ou seja, uma consequência da própria estrutura do sistema internacional, tendo como causa central o seu carácter anárquico<sup>12</sup>.

A partir da década de oitenta e no seguimento de inúmeras críticas ao reducionismo positivista, começa-se a manifestar o confronto entre visões alternativas sobre as questões fundadoras, designadamente a visão do mundo, a identidade dos actores e o objecto da disciplina<sup>13</sup>, dando lugar ao que se apelidou como o terceiro debate das Relações Internacionais, desta feita, entre positivismo e pós-positivismo<sup>14</sup>. Neste que foi o primeiro debate inter-paradigmático em RI, o cânone positivista da

---

<sup>9</sup> Tatiana Moura, *Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Armados*. Coimbra, Quarteto, 2005, p. 25.

<sup>10</sup> Hedley Bull, “The Theory of International Politics, 1919-1969”, in *International Theory: Critical Investigations*, J Den Derian (ed.), Londres, Macmillan, 1995, p. 189, (pp. 181-211) apud W. Julian Korab-Karpowicz, *op.cit.*

<sup>11</sup> Kenneth N. Waltz, *Man, the State and the War*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1954.

<sup>12</sup> Martin Hollis e Steve Smith *op. cit.*, p. 98.

<sup>13</sup> K. Sodupe, *La teoría de las Relaciones internacionales a comienzos del siglo XXI*. Leioa, Universidade del País Vasco, 2003, p. 39 apud José Manuel Pureza, *op. cit.*, p.3.

<sup>14</sup> Steve Smith, “Positivism and Beyond.” in Ken Booth, Marysia Zalewski Steve Smith, *International Theory: Positivism and Beyond*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, (p.12. 11-46).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

disciplina foi, pela primeira vez, alvo de contestação, rompendo com a unicidade, até então intocada, do paradigma estatocêntrico<sup>15</sup>.

Nos dois primeiros debates, que anteriormente foram expostos, os pressupostos teóricos em contraposição derivavam de um mesmo paradigma, o positivista, assente

“no naturalismo, ou a crença na unidade da ciência; no objectivismo, com a total separação entre factos e valores; no empirismo epistemológico (ou a validação dos objectos de análise com base nos factos); e o carácter retrospectivo de toda a teoria internacional (orientada para uma busca de regularidades)”<sup>16</sup>.

Seria, assim, a partir da década de 80, que seria iniciada a introdução de novas perspectivas e abordagens na disciplina, que proporcionariam uma mudança de paradigma. Deste modo, o terceiro debate, esboçado por Yosef Lapid, autor que, em 1989, proclamou a “era pós-positivista” em RI, introduz e define-se por uma variedade de posicionamentos teóricos tais como o pós-modernismo, as teorias críticas da escola de Frankfurt, as teorias feministas ou ainda o pós-estruturalismo. Todos estes desafiam as metodologias científico-sociais convencionais das RI<sup>17</sup>.

Contudo, o paradigma realista permaneceria na disciplina, aparecendo agora sua na versão de neo-realista, tendo sido vincadamente reforçado anos 90 como consequência das políticas neoliberais, que promoveram uma maior centralização do poder económico, marcando a sujeição do estado ao superestado dirigido pelas instituições Brettonwoods, Empresas Transnacionais (ETNs), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT). Neste sentido, Maria Mies e Vandava Shiva no seu livro *Ecofeminismo*, afirmam que:

[o] novo “globalismo” que emergiu após a Guerra do Golfo - a “Nova Ordem Mundial” – foi propagada pelo presidente americano George Bush. Com o fim da confrontação das velhas superpotências, esta Nova Ordem Mundial é projectada como prenunciadora

---

<sup>15</sup> K Holtsi, *The dividing discipline: hegemony and diversity in international theory*, Londres, Allen & Unwin, 1985, p.11 cit José Manuel Pureza, *op. cit.*, p.3.

<sup>16</sup> Steve Smith, *op. cit.*, p. 16

<sup>17</sup> Steve Smith, *op. cit.*, p.12; J. Ann Tickner, *Gendering World Politics: issues and approaches in the Post- Cold War Era*, Nova Iorque, Columbia University Press, 2001, p. 26



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

da paz e harmonia mundiais. Mas é simplesmente a Velha Ordem Mundial com outras roupagens<sup>18</sup>.

Podemos, assim, constatar que as teorias dominantes de RI, ao insistirem em explicações científicas e sistemáticas, deram sempre prevalência a unidades e forças impessoais, fazendo com que Steve Smith lance a questão “será que os homens e as mulheres que formulam as políticas, tomam as decisões e as tentam implementar importam assim tão pouco?”<sup>19</sup>. No que à legitimidade das políticas instituídas diz respeito, tanto a nível nacional, como regional e internacional, esta é uma questão que deve estar sempre patente para nos fazer reflectir, por exemplo, no que toca às desigualdades de acesso aos cargos políticos entre mulheres e homens, em que os últimos ocupam os cargos de destaque, sobretudo nos domínios da Alta Política. Deste modo, ao contrário do que os realistas políticos insistem em defender, as escolhas políticas tomadas por indivíduos não derivam de forças inerentes às características do próprio sistema internacional, sendo antes influenciadas pelas condições de produção de conhecimento e pela defesa consciente de interesses próprios. Por isso, “qualquer teoria de RI não é somente um empreendimento intelectual, tem consequências práticas reais e influenciam a acção política”<sup>20</sup>.

### 1. A INTRODUÇÃO DO FEMINISMO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS – UM DESAFIO À ORTODOXIA

---

Como vimos anteriormente, seria o terceiro debate em RI que, na década de 80, confrontaria as teorias positivas com o surgimento de novas abordagens reflexivistas e construtivistas. Estas partilham a “crítica ao universalismo e à formulação de teses generalizadoras a partir de vozes e experiências localizadas e particulares”, e a “crítica ao objectivismo, fundamentando-se na tese de que todo o conhecimento é socialmente construído e contextualizado no espaço, no tempo e culturalmente”<sup>21</sup>. Neste contexto,

---

<sup>18</sup> Maria Mies e Vandava Shiva, *Ecofeminismo*, Fernando Dias Antunes (trad.) Lisboa, Instituto Piaget, 1997, p. 19.

<sup>20</sup> W. Julian Korab-Karpowicz, *op. cit.*, p.13, (tradução nossa).

<sup>21</sup> Tatiana Moura, *op. cit.*, p.27.



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

marcado pela interdisciplinaridade e pela novidade dos debates epistemológicos e com a introdução de novos posicionamentos no campo das RI, foi criado, pela primeira vez, um espaço para a inclusão das perspectivas feministas.

A teoria crítica desempenhou um papel central no levantamento do terceiro debate, já que entendia a ordem prevalecente das relações sociais e políticas como produtos da história, que necessitavam de ser explicados e desconstruídos de forma a combater as injustiças sociais e proporcionar uma mudança nesse sentido. Tal originou uma oportunidade para as feministas expandirem a sua agenda e denunciarem a existência de hierarquias de gênero, ao defenderem que as estruturas a elas subjacentes são socialmente construídas, historicamente variáveis e mantidas através de relações de poder que as legitimam. Estas, tal como os teóricos críticos, reconheciam, por isso, um interesse emancipatório em ultrapassar estas estruturas de dominação<sup>22</sup>. Tanto a teoria crítica como as teorias feministas, frequentemente focadas nas vidas das pessoas situadas nas margens das políticas globais, levantam questões que foram desconsideradas enquanto integrantes da disciplina, formulando novas questões de formas inovadoras<sup>23</sup>.

Algumas destas críticas encontram-se no cruzamento com as críticas pós-estruturalistas, partilhando muitas das suas aceções e conceptualizações ao desafiarem a ordem prevalecente, denunciando a eminente crise do pensamento ocidental e questionando os fundamentos da racionalidade e da ciência. Por sua vez, as teorias feministas e o pós-estruturalismo em RI, comungam das mesmas aceções, o que coloca muitas feministas na intercepção das abordagens crítica e pós-estruturalista<sup>24</sup>. Estas, tal como os pós-estruturalistas, defendem que o conhecimento é produzido de acordo com determinados interesses elitistas e masculinos, questionando a separação positivista entre conhecimento e valores, conhecimento e realidade, e conhecimento e poder<sup>25</sup>. As abordagens pós-estruturalistas, influenciadas pelo trabalho de Michel Foucault, questionam as relações entre conhecimento e poder, na denotação de que o poder produz conhecimento e que este surge como base e reforço das relações de poder

---

<sup>22</sup> J. Ann Tickner *op. cit.*, p. 31.

<sup>23</sup> *Idem, Ibid.*, p.31.

<sup>24</sup> *Idem, Ibid.*, p. 32.

<sup>25</sup> R Devetak, “ Postmodernism” in *Theories of International Relations*, 1996, p. 181 apud J. Ann Tickner *op. cit.*, p. 33.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

existentes<sup>26</sup>. Foucault considera assim, que a forma como o conhecimento é tido como *verdade* é uma forma de exercer poder, o que faz com que outras formas de conhecimento sejam vistas como menos valiosas e credíveis<sup>27</sup>. Foucault usa o conceito de *verdade* referindo-se ao conjunto de regras segundo as quais o que é o *verdadeiro* e o que é o *falso* são dissociáveis, assim como os efeitos específicos de poder em conexão com aquilo que é considerado verdadeiro<sup>28</sup>. Os teóricos pós-estruturalistas em RI, a partir desta aceção, começaram a analisar as supostas *verdades* da teoria internacional para observar a forma como a produção do conhecimento que dominou a disciplina é altamente contingente com determinadas relações de poder<sup>29</sup>. Para as feministas, estas relações de poder traduzem-se na dominação masculina e na subordinação das mulheres, que, por sua vez, são reforçadas pelo conhecimento, que é produzido pelos detentores do poder, ou seja, pelos homens. Desta forma, as correntes feministas trouxeram para o campo das RI uma importante inovação, ao identificarem o carácter sexuado destas mesmas relações de poder e conhecimento, apresentando, assim, o género como uma categoria central de análise<sup>30</sup>. Por conseguinte, as feministas lograram criticar as limitações ontológicas e epistemológicas tradicionais<sup>31</sup> da disciplina, desafiando-a mais radicalmente que o pós-positivismo.

O pós-positivismo veio denunciar o determinismo científico latente nas análises das Relações Internacionais, que aplica as mesmas ferramentas das ciências naturais aos estudos das ciências sociais, especificamente aquelas que se baseiam no pressuposto da neutralidade de factores<sup>32</sup>. Para as feministas, esta neutralidade é também uma neutralidade de género que mascara as desigualdades entre os sexos e que se reflecte no *mainstream* das R.I, o qual, de acordo com Gillian Youngs, mais não é do que um *malestream*<sup>33</sup>. Como escreve a mesma autora:

---

<sup>26</sup> Steve Smith, "Reflectivist and constructivist approaches to international theory." in Jonh Baylis and Steve Smith, *The globalization of World Politics: an introduction to international relations*, Oxford, Oxford University Press, 2001, p. 240, (pp. 224-249).

<sup>27</sup> Carol Smart, *Feminism and the Power of Law*, Londres, Routledge, 1989, p. 9.

<sup>28</sup> C. Gordon, *Michel Foucault Power/Knowledge*, Brighton, Harvester Press *apud* Carol Smart, *op. cit.*, p.10.

<sup>29</sup> Idem, *Ibid.*, p11.

<sup>30</sup> J. Ann Tickner, *op. cit.*, p. 5.

<sup>31</sup> Idem, *Ibid.*, p. 211.

<sup>32</sup> J. Ann Tickner, "Feminism meets International relations: some methodological issues." In Brooke A. Ackerly, Maria Stern and Jacqui True, *Feminist Methodologies for International Relations*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2006, (pp.19-41).

<sup>33</sup> *Malestream* refere-se portanto ao meio predominantemente masculino das Relações Internacionais. Gillian Youngs, "Feminist International Relations: a contradiction in terms? Or: why women and gender are essential to understanding the world we live in." *International Affairs*, 2004, p. 75, (pp.75-87).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

[o] feminismo (...) identificou a teoria *malestream* das Relações Internacionais como um dos discursos que ajuda a perpetuar uma visão do mundo distorcida e parcial, que reflecte o poder desproporcional de controlo e influência que os homens detêm, em vez da realidade social plena das vidas das mulheres, crianças e homens <sup>34</sup>.

É também a esta suposta neutralidade de género que Christine Sylvester alude e critica na sua obra *Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era* <sup>35</sup>, entendendo que o *mainstream* desta disciplina tem implícita a ideia de que as RI são um campo de estudos mais apropriado para os homens <sup>36</sup>.

A persistência em ignorar o carácter sexuado e masculino da disciplina pode ser explicado, tomando, desta vez, as palavras de Spike Peterson, pela persistência em reafirmar a tradicional naturalização do masculino, como aliás escreve, “[o] género é convencionalmente invisível devido à *longue durée* do *masculinism* que obscurantiza o poder necessário para institucionalizar, interiorizar e reproduzir a hierarquia de género e as opressões que a ele estão associadas” <sup>37</sup>. Ou seja, é o facto de as acepções de género estarem tão enraizadas nas nossas interpretações acerca do mundo que nos rodeia, que nos coíbe a não reflectir sobre as mesmas, pois estas encontram-se na base das nossas vivências e estruturam não só actividades e instituições, como também discursos e ideologias, estando até mesmo, nas palavras de Peterson, “presentes nos nossos corações e nos nossos corpos” e estruturando “os nossos desejos mais íntimos, a nossa sexualidade, a nossa auto-estima e os nossos sonhos” <sup>38</sup>.

Compreende-se que o conhecimento feminista encontrou sempre entraves no meio académico, contudo, no que concerne às R.I, as teorias feministas depararam-se com uma resistência ainda maior, numa disciplina estabelecida como o expoente político máximo masculino <sup>39</sup>. Isto, juntamente com a criação de um quadro científico para a disciplina impulsionado pelos dois primeiros debates em RI, explicam o

---

<sup>34</sup> Gillian Youngs, *op. cit.*, p.76, (tradução nossa).

<sup>35</sup> Ocupando-se extensamente do papel das mulheres e do feminismo nas Relações Internacionais, esta constitui um marco teórico do feminismo em Relações Internacionais, sobretudo na sua vertente pós-moderna. Christine Sylvester, *Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

<sup>36</sup> Idem, *Ibid.*, p. 4.

<sup>37</sup> V. Spike Peterson, "Whose Crisis? Early and Post-modern Masculinism." in Stephen Gill e James H. Mittleman *Innovation and Transformation in International Studies*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, p. 199, (pp.185-201).

<sup>38</sup> Idem, *Ibid.*, p.199. (tradução nossa).

<sup>39</sup> Christine Sylvester *op.cit.*, pp. 4-5; Jan Jindy Pettman, "Gender Issues." in Jonh Baylis and Steve Smith, *The globalization of world politics: an introduction to international relations*, Oxford: Oxford University Press, 2001, p.583, (pp. 582-598).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

aparecimento tardio das primeiras abordagens feministas, uma vez que os seus métodos e metodologias não se inserem dentro dos padrões convencionais da disciplina<sup>40</sup>. Na verdade, o seu foco em questões de Alta Política – diplomacia, guerra e estadismo – sempre aspirou a um mundo constituído por governantes e soldados homens, mesmo quando se debruçou em questões de Economia Política Internacional. Neste âmbito, foram elaborados estudos que, ao incidir nas relações entre os estados e os mercados ou estruturas de dominação e exploração, raramente tinham em conta questões de género como parte das análises<sup>41</sup>. Como explicita Sandra Whitworth,

“[c]oncentrados no objectivo de servir o governo, os académicos *mainstream* das R.I focaram as suas preocupações centrais nas causas da guerra e nas condições de paz, ordem, e segurança. Tais investigações surgem como antitéticas para o estudo das mulheres”<sup>42</sup>.

Sendo que o *mainstream* dos estudos em RI objectiva manter o *status quo* internacional, ao qual as metas definidas pelas feministas parecem opostas, estas têm vindo a enfrentar a oposição e resistência às suas propostas e a consequente dificuldade na proliferação das suas teorias<sup>43</sup>. As teorizações feministas são, de facto, tidas como irrelevantes para o estudo das políticas globais pelos académicos e investigadores convencionais. Como escreve Youngs:

“[P]ara os académicos formados em metodologias científicas convencionais, as abordagens feministas não são consideradas teóricas - apenas mero criticismo, desprovidas de potencial para uma investigação empírica frutífera”<sup>44</sup>.

De facto, os académicos mais convencionais advogam não encontrarem correspondência entre as abordagens feministas e aquele que consideram ser o “mundo

---

<sup>40</sup> Marysia Zalewski, "Distracted reflections on the production, narration, and refusal of feminist knowledge in International Relations." in Brooke A. Ackerly, Maria Stern and Jacqui True, *Feminist Methodologies for international Relations*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2006, p.44, (pp.42-61).

<sup>41</sup> Jan Jindy Pettman, *op. cit.*, p.583.

<sup>42</sup> Sandra Whitworth, "Theory and Exclusion: Gender, masculinity, and International political Economy." in Richard Stubbs and Geoffrey (eds.) *Political Economy and the Changing Global Order*, Underhill, Don Mills: Oxford University Press, 2006, p. 90, ( pp. 88-99), (tradução nossa)

<sup>43</sup> Sandra Whitworth, *op. cit.*, pp. 90-91.

<sup>44</sup> Gillian Youngs "Feminist International Relations: a contradiction in terms? [...], cit., p. 612, (tradução nossa).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

real” uma vez que, no seu entender, a categoria “género” não parece ter aplicabilidade para explicar o comportamento dos estados no sistema internacional <sup>45</sup>.

É precisamente esta resistência que as feministas enfrentam, que reforça e encrudesce ainda mais as críticas feministas e atenta para a urgência em estudar e reivindicar o papel das mulheres nas políticas globais. Como corrobora J. Ann Tickner, “ [e]nquanto as mulheres têm estado amplamente ausentes do *mainstream* das R.I, tem sido essencial desenvolver um crescente corpo teórico e investigações substanciais relacionadas com elas.” <sup>46</sup>

Muitas feministas acreditam, no entanto, que as mulheres não têm estado ausentes do campo das Relações Internacionais, mas sim invisíveis. Esta asserção dá mote e ponto de partida para toda a investigação feminista em R.I alicerçada na indagação “onde estão as Mulheres?” proposta por Cynthia Enloe no seu livro *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics* em 1989 <sup>47</sup>. Esta autora é considerada a responsável pelo primeiro desafio feminista às teorias dominantes de Relações Internacionais com a análise que faz, em 1983, em *Does Khaki Become You? The Militarisation of Women’s Lives* <sup>48</sup> onde evidencia as formas como as mulheres estão profundamente envolvidas nos mecanismos da política internacional e a maneira como são por estes afectadas.

Percursora dos primeiros trabalhos de investigação feminista nas RI, Enloe localiza as mulheres nas políticas globais, situando-as nas análises sobre guerra, militarismo e segurança, e reflectindo acerca de questões da economia política internacional, para revelar que estas constituem realidades profundamente sexuadas <sup>49</sup>. Em *Bananas, Beaches and Bases*, uma das obras feministas de RI mais citadas, Enloe examina o papel das mulheres na política internacional a partir de uma perspectiva feminista assente na afirmação de que “o pessoal é político e internacional!”, desvendando e reivindicando a necessária interligação daquilo que era considerado

---

<sup>45</sup> J. Ann Tickner, "You just don't understand: Troubled Engagements between Feminists and IR theorists." *International Studies Quarterly*, Dezembro 1997, p.612, (pp. 611-632).

<sup>46</sup> J. Ann Tickner, *op. cit.*, p.77, (tradução nossa).

<sup>47</sup> Na versão de Cynthia Enloe, “Where are the Women?”, Esta pergunta-chave e motivadora dos estudos feministas em RI, encontra-se no livro da autoria daquela autora, Cynthia Enloe, intitulado *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*, Londres, Pandora, 1989, p.7

<sup>48</sup> *conf.* Tatiana Moura, Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Armados [...] cit., p. 28.

<sup>49</sup> Entre os trabalhos de Cynthia Enloe destacam-se *Does Khaki Become You? The Militarisation of Women’s Lives.*, Londres, Pandora, 1983; *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*, Londres, Pandora 1989; *The Morning After: Sexual Politics at the End of the Cold War*, Berkeley, University of California Press, 1993; *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women’s Lives*, Berkeley, University of California Press, 2000.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

como “a esfera privada” com “a esfera pública” e argumentando, assim, que as mulheres estão profundamente ligadas ao sistema de guerra<sup>50</sup>. Foi esta autora quem forneceu o maior contributo no que toca à introdução do género na análise do militarismo. Contestando a forma como este está entrelaçado com questões de masculinidade propôs e argumentou acerca das interligações entre o sistema patriarcal colectivo com as identidades masculinas individuais e a forma como aquele molda, também, as mulheres. A sua pesquisa forneceu um amplo conjunto de elementos que, ao desconstruir estereótipos e dicotomias, contribuiu para uma revisão ontológica das acepções fundamentais desta disciplina<sup>51</sup>. A sua famosa expressão “gender makes the world go round”<sup>52</sup> demonstra a forma como a introdução das questões de género em RI constituiu uma inovadora transformação, uma vez que oferece, finalmente, visibilidade ao carácter sexuado das políticas a um nível global demonstrando, ao mesmo tempo, como este afecta as vidas das pessoas, num carácter mais individual e as vidas das mulheres, de uma forma particular.

Tal como Enloe, J. Ann Tickner, no seu livro *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*, interroga as questões centrais no *mainstream* das RI, tais como segurança e paz, fornecendo bases feministas para o entendimento de género e daquilo que o tem vindo a definir. De acordo com R. Charli Carpenter é, no entanto, o seu livro *Gendering World Politics*<sup>53</sup>, editado dez anos depois, que melhor exemplifica o feminismo em RI pois é explícito, fundamentado com referências empíricas e semanticamente consistente, como escreve Carpenter<sup>54</sup>. Tickner desconstrói noções sexuadas como estado, nação e anarquia, demonstrando a diversidade existente nas recentes evoluções do pensamento feminista dentro da disciplina. Enfatizando questões relacionadas com segurança, economia política e democratização sob uma perspectiva de género, esta autora frui em desafiar as acepções

---

<sup>50</sup> Cynthia Enloe considera algumas questões que abordarei a seguir, relacionadas, por exemplo, com o papel das esposas dos líderes políticos nas decisões por eles tomadas, o papel das mulheres vinculadas de alguma maneira às bases militares (empregadas, prostitutas, manifestantes antimilitaristas.) ou no funcionamento das alianças militares, assim como a forma como estas são afectadas no dia-a-dia – por exemplo em relação aos hábitos alimentares- estabelecendo ligações entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. *conf* in Gillian Youngs *op. cit.*, p. 84.

<sup>51</sup> Cynthia Enloe, *Does Khaki Become You? The Militarisation of Women's Lives*. (Londres: Pandora, 1983), pp xxxix-xl. *Apud* Gillian Youngs 2004, p. 85.

<sup>52</sup> Cynthia Enloe, *Bananas, beaches and bases* [...], *cit.*, p. 1.

<sup>53</sup> J. Ann Tickner, *Gendering World Politics* [...] *cit.*,

<sup>54</sup> R. Charli Carpenter, "Gender Theory in World Politics: Contributions of a Nonfeminist Standpoint." *International Studies Review*, 2002 p.154 (pp. 152-165).



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

básicas e fundamentais na teoria e discurso internacionais <sup>55</sup>. A autora acaba, no entanto, por concluir que, apesar de se terem encontrado algumas respostas acerca dos motivos que fazem da política externa um domínio exclusivamente masculino, acabar com as desigualdades hierárquicas de género que perpetuam este viés androcêntrico, permanece um desafio <sup>56</sup>.

Para oferecer outro exemplo de um importante contributo feminista, a reflexão de Betty Reardon em *Sexism and the War System* <sup>57</sup> constitui também um marco da teoria feminista em R.I. Nesta obra a autora classifica o sistema internacional como um *sistema de guerra* e defende um alargamento da definição de paz para além das limitações que da ausência de guerra, introduzindo a necessidade de incluir questões como justiça, pobreza e liberdade na análise. Para o alcance da paz, esta autora defende a eliminação de todas as formas de violência ligadas com a subordinação, opressão e desigualdades entre sexos e grupos sociais <sup>58</sup>.

Outras referências importantes que servirão para uma melhor explanação do tema reservado ao terceiro capítulo desta dissertação, e que podemos adiantar, são os inspiradores trabalhos de Nira Yuval-Davis, Sandra Whitworth e Karen Engle. No seu livro *Gender and Nation* <sup>59</sup>, Yuval-Davis analisa as principais questões que dizem respeito ao género, nação e nacionalismo, num registo teórico que incorpora e revê a mais recente literatura sobre estas questões. Considerando que os nacionalismos são sempre sexuais, a autora critica o facto da maioria da teoria produzida nas ciências sociais não ter em conta questões de género e descurar a forma como estas marcam profundamente os nacionalismos ocidentais hegemónicos. Sandra Whitworth, por sua vez, em *Men, Militarism and UN Peacekeeping: a Gendered Analysis* <sup>60</sup>, denuncia a contradição fundamental entre os retratos altruístas das operações de manutenção de paz

---

<sup>55</sup> Muito ilustrativo da sua postura é o questionamento, representado pela autora como “ reformulação” dos “Seis princípios do realismo político de Hans Morgenthau”, que, contendo um teor marcadamente androcêntrico, Tickner reformula a partir de uma perspectiva feminista. J. Ann Tickner, “Hans Morgenthau’s Principles of Political Realism: A Feminist Reformulation.” *Millennium*, 1988, (pp. 429-440).

<sup>56</sup> J. Ann Tickner, *Gendering World Politics: issues and approaches in the Post- Cold War Era*, 2001, pp. ix-x.

<sup>57</sup> Betty Reardon, *Sexism and the War System*, Nova Iorque, Teachers College Press, 1985.

<sup>58</sup> Nesse sentido, Betty Reardon segue a conceptualização de Paz Positiva de Johan Galtung em Johan Galtung “Violence, Peace and Peace Research” *Journal of peace research*, 6 (3), 1969 ( pp. 167-191) Cf. Betty Reardon, *op. cit.*, p. 10. Ver também Betty Reardon, “Gender and Global Security: A feminist Challenge to the United Nations and Peace Research.” *Journal of Cooperation Studies International*, 1996, nº 1, (pp. 29-56).

<sup>59</sup> Nira Yuval Davis, *Gender and Nation*, Londres, Sage Publications, 1997.

<sup>60</sup> Sandra Whitworth, *Men, Militarism & UN Peacekeeping*, Boulder, Colorado, Lynne Rienner, Inc., 2004.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

e a masculinidade militarizada que sustenta a identidade de grupo dos soldados. A autora procede, desta forma, a uma análise crítica ao essencialismo de género presente na actual resolução das Nações Unidas referente à introdução de género nas missões de paz, assim como à conduta violenta e sexista dos agentes de paz. No que concerne ao direito humanitário internacional e teoria feminista legal, destaca-se a importante investigação de Karen Engle acerca da configuração das intervenções militares actuais promovidas através da apropriação do discurso feminista pelas instâncias internacionais e a forma como estas instrumentalizam os direitos das mulheres em prol dos seus próprios interesses <sup>61</sup>.

Para finalizar faltará, contudo, apontar o trabalho que tem sido desenvolvido em Portugal, particularmente por Tatiana Moura, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde coordena o Observatório sobre Género e Violência Armada (OGIVA) e o Núcleo de Estudos Sobre Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP), exemplos onde os estudos feministas em RI em Portugal têm vindo a ser desenvolvidos. Centrando a sua análise em questões de feminilidade, masculinidade, segurança e insegurança em contextos de violência armada e doméstica, Moura defende que as mesmas estratégias de dominação, com base na dominação masculina e subalternização feminina existentes nas guerras, podem também ser encontradas em contextos de não-guerra, acreditando que a violência contra as mulheres é transversal aos vários contextos. No seu livro *Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Armados* (2005) <sup>62</sup>, a autora destaca a necessidade de repensar os conceitos de violência, de guerra e de paz propondo um modelo feminista de reconstrução pós-bélica que tenha em conta as especificidades sociais, económicas, culturais e individuais das mulheres em contextos de guerra.

Desde que as abordagens feministas entraram pela primeira vez no campo das RI nos finais dos anos 80, tem-se verificado uma grande proliferação de projectos de investigação, publicações e conferências. No entanto, o efeito que estas têm nas RI continua a ser marginal, assim como a sua referência noutras abordagens críticas continua a ser decepcionante, para prejuízo dos estudos e da própria disciplina. Poder-

---

<sup>61</sup> Karen Engle, "Calling in the Troops: The Uneasy Relationship Among Human Rights, Women's Rights and Humanitarian Intervention", *Harvard Human Rights Journal*, 2007, (pp. 189-226) e Idem, "Feminism and Its (Dis)contents: Criminalizing War-Time Rape in Bosnia and Herzegovina", *American Journal of International Law*, 2005. (pp. 778 – 816).

<sup>62</sup> Tatiana Gonçalves Moura, *Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Armados*. Coimbra, Quarteto, 2005.



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

se-á apontar a inércia daqueles que integram o *status quo* da disciplina em ultrapassar o passadismo estatocêntrico, eurocêntrico e androcêntrico, que sempre estiveram na base das teorias de uma disciplina que nasceu para legitimar a guerra, como uma razão para o exposto.

Não obstante, e repetindo uma ideia que tem vindo a ecoar desta explanação acerca das teorias e contributos feministas em RI, é esta invisibilização das mulheres e das feministas e o contínuo mutismo a que estão votadas, e que continua a caracterizar os estudos nesta disciplina, que demonstra e assevera a necessidade e urgência no desenvolvimento de análises multidisciplinares que consigam penetrar nas estruturas que perpetuam as guerras e as subjacentes desigualdades entre homens e mulheres.

É, assim, intencionado debater a necessidade de rever as propostas feministas essenciais aos estudos em RI e, particularmente, argumentar os seus contributos teóricos e metodológicos para os objectivos específicos que delineiam este trabalho, sendo que estes passam por dar visibilidade e contribuir para a divulgação das suas importantes propostas, autoras e teorias. No ponto que se segue, propomos explorar os traços gerais das diferentes perspectivas e metodologias que compõem o panorama feminista nas Relações Internacionais, de forma a justificar a pertinência de investigações que contenham e se preocupem com uma perspectiva informada e capaz de dar conta de uma realidade em que as diferenças entre os sexos existem.

### 2. CONTRIBUTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO FEMINISMO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

---

Os feminismos contemporâneos estão enraizados naquele que se concretizou e apelidou como o movimento de libertação das mulheres e que representou a luta contra as estruturas de poder prevaletentes com base na distinção de sexos e contra a aceitação das normas e valores sociais nela baseada<sup>63</sup>. O feminismo é, desta forma, entendido, essencialmente, como um projecto político e teórico capaz de lutar contra as situações de desigualdade, exploração e opressão das mulheres. A teoria política feminista inclui

---

<sup>63</sup> Sandra Whitworth, "Theory and Exclusion [...] cit., p. 90.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

inúmeras tipologias e variantes das diferentes abordagens feministas,<sup>64</sup> mas que confluem todas num objectivo comum e num comprometimento histórico com o projecto de emancipação das mulheres<sup>65</sup>.

Para uma melhor compreensão sobre o que é o feminismo, atentemos para a afirmação presente no artigo *De Afrodite a Melíade. O feminismo nos estudos da Segurança*: “[o]ra, o feminismo é, antes de tudo, a acção na história capaz de evocar transformações, ao reformar as estruturas existentes nos planos das ideias e das materialidades sociais”<sup>66</sup>. O feminismo pressupõe, assim, não apenas uma teorização explicativa mas também uma orientação normativa, ou seja, um engajamento entre a teoria e a prática, motivo que dificulta o seu reconhecimento quer nos domínios políticos da ordem vigente quer na academia e da produção de conhecimento a eles vinculada<sup>67</sup>.

Estas definições ou tentativas de explicação dos feminismos, nos seus aspectos mais activistas, políticos ou teóricos, confundem-se muitas vezes e desenham-se por entre as fronteiras da acção política, da estratégia activista, da teorização e metodologia de análise. Por isso, das inúmeras definições que possam existir de feminismo, nenhuma delas lograria incorporar toda a complexidade inerente ao mesmo, nem definiria as múltiplas relações, ou incorporaria as inúmeras análises, teorias, metodologias, epistemologias, ou, até mesmo, os seus campos de estudo e acção.

Seria mais fácil definir feminismo pelas críticas que, em RI, têm sido esboçadas. Assim, e sendo a interdisciplinaridade uma característica inextricavelmente ligada à teorização feminista esta é contudo, usada como um dos argumentos usado na descredibilização das teorias feministas por estas incluírem campos de estudo tão distintos como as ciências naturais e sociais, as humanidades e a filosofia<sup>68</sup>, nas quais se

---

<sup>64</sup> As teorias feministas têm sido variadamente descritas como liberais, radicais, socialistas, psicanalítica, pós-coloniais e pós-modernas. Todas têm em comum o objectivo de explicar a subordinação das mulheres e as desigualdades entre sexos, procurando formas de a combater. No entanto divergem quanto ao que acreditam constituir a subordinação das mulheres, assim como a forma como esta é explicada e como pode ser ultrapassada. J. Ann Tickner, *Gendering World politics* [...] cit., p.11.

<sup>65</sup> Juliana Alves da Costa, Lara Martim Rodrigues Sélis e Samuel Alves Soares, "De Afrodite a Melíade? O feminismo nos estudos da segurança." in Suzeley Kalil Mathias, *Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas*, São Paulo, Editora UNESP, 2009, p. 211, (pp.205-227).

<sup>66</sup> Idem, *Ibid.*, p. 215.

<sup>67</sup> Idem, *Ibid.*, p. 211.

<sup>68</sup> Carole Pateman enfatiza que o feminismo é mais do que uma derivação de outros corpos da teoria política e social, porque centra-se na investigação acerca das formas de poder que os homens exercem sobre as mulheres. Carole Pateman, "The Rights of Man and Early Feminism" *Schweizerisches Jahrbuch für Politische Wissenschaft* 34, 1994, (pp.19-31) Apud J. Ann Tickner "You just don't understand: Troubled Engagements between Feminists and IR theorists", *International Studies Quarterly*, Dezembro, 1997 p. 620, (pp. 611-632).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

inclui uma grande variedade de abordagens epistemológicas e metodológicas<sup>69</sup> que pode, considerar alguns, provocar faltas de concordância quanto ao que é tido enquanto uma investigação científica legítima<sup>70</sup>. É também por isso que a sua definição ou tentativa de compreensão da complexidade que encerra se torna um projecto ambicioso senão de todo impossível de realizar.

É ainda preciso ter em consideração que as teorias feministas em RI, caracterizadas pela diversidade de perspectivas, análises e focos, muitas vezes consideram as políticas feministas, isto é, as políticas de igualdade e as políticas feministas adoptadas dentro de cada estado. Na sua análise e tentativas de definição, a impossibilidade de generalização prende-se quer com o que temos vindo a argumentar acerca das características do próprio feminismo, quer pelas diferenças de políticas e acção que cada estado promove ou que se reivindica em cada um dos diferentes contextos e geografias políticas mundiais, quer pelas diferenças de feminismo que dentro do próprio estado surgem.

Considerar-se-á, assim, as definições e distinções oferecidas por Jan Jindy Pettman e focar-se-á acerca das questões e reivindicações de cada uma das vertentes, tipos ou políticas feministas que se relacionem com o tema em estudo. Deste modo, recorrendo às definições de feminismo clássicas de Pettman e de acordo com as especificidades que nos interessam analisar em cada feminismo, teremos o feminismo liberal ou *da igualdade*, o feminismo radical, o feminismo cultural e o socialista.

Desta forma, e de acordo com a autora, o feminismo liberal, conhecido pela designação genérica de “feminismo da igualdade”, debruça-se, sobretudo, na exclusão política das mulheres reflectindo, essencialmente, a sua sub-representação nos cargos públicos, principalmente nas esferas de poder mais elevadas e, de uma forma mais geral, pensa e analisa as variadas e complexas questões que compreendem a genérica designação de sociedade civil<sup>71</sup>. Podemos resumir a especificidade da sua acção como a defesa pela igualdade de acesso ao serviço militar, inclusivamente em funções de combate, uma vez que a protecção das mulheres é considerada como uma forma de as manter afastadas do poder, vendo, assim, esta reivindicação como essencial para a obtenção da cidadania plena em todos os domínios, da qual o serviço militar faz parte<sup>72</sup>.

---

<sup>69</sup> J. Ann Tickner, *Gendering World politics* [...], cit., p.11.

<sup>70</sup> Idem, “You just don’t understand[...]”, cit., p. 620.

<sup>71</sup> Jan Jindy Pettman, “Gender Issues.” in Jonh Baylis e Steve Smith, *The globalization of world politics: an introduction to international relations*, Oxford, Oxford University Press, 2001, p. 586. (pp. 582-598).

<sup>72</sup> Idem, *Ibid.*, p. 586.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Esta vertente do feminismo vê, assim, a discriminação das mulheres, no que respeita ao acesso de cargos normalmente considerados masculinos, como o problema principal da desigualdade entre sexos, acreditando que a superação das barreiras legais e políticas resolve o problema da opressão e da subordinação das mulheres.

O feminismo radical, uma outra designação genérica de uma política e reivindicação teórica feministas, estabelece-se como uma crítica àquela demanda de igualdade dentro das instituições patriarcais. Considerando o sistema patriarcal como o principal perpetuador da opressão e subordinação das mulheres e a forma de opressão humana mais generalizada, estas feministas reivindicam que as suas instituições, através da manutenção e reprodução de políticas sexuais fundamentadas nos pressupostos biológicos, outorgam as dicotomias entre sexos e uma posição de inferioridade das mulheres na hierarquia social<sup>73</sup>.

O feminismo cultural, por sua vez, incluiu as visões que consideram as mulheres diferentes dos homens, nomeadamente como sendo tendencialmente mais pacíficas e preocupadas com o mundo que as rodeia e com as condições gerais da pessoa humana. O facto de esta vertente defender a existência de valores inerentemente femininos, levou a que fosse caracterizada como essencialista e potenciadora do reforço dos estereótipos de género, que sustentam a opressão das mulheres<sup>74</sup>.

Enquanto Marx afirmava que os modos de produção foram os responsáveis pela opressão dos trabalhadores, as feministas socialistas consideram os modos de produção como as primeiras fontes de opressão das mulheres<sup>75</sup>. O feminismo socialista, defende, assim, que as análises em torno da opressão de classes, por si só, não são suficientes para compreender a subordinação das mulheres e constata a impossibilidade de, no socialismo marxista, as mulheres encontrarem caminho para a emancipação<sup>76</sup>.

Esta divisão clássica dos diferentes feminismos mostra-se obsoleta e inadequada para pensar os feminismos actualmente já que as fronteiras entre eles são cada vez mais difusas e integram os designados feminismos do terceiro mundo, os feminismos *chicanos* os feminismos *mestizos*, os feminismos afro-americanos entre outros que se juntam aqueles feminismos definidos como socialistas que consideram as relações raciais, culturais e coloniais e a forma como estas afectam as mulheres<sup>77</sup>.

---

<sup>73</sup> Idem, *Ibid.*, p. 586; J. Ann Tickner, *Gendering World politics* [...], p. 13.

<sup>74</sup> Jan Jindy Pettman, *op.cit.*, p. 586.

<sup>75</sup> J. Ann Tickner *Gendering World politics* [...]p. 16.

<sup>76</sup> Jan Jindy Pettman, *op. cit.*,p. 586 e J. Ann Tickner *op. cit.*, p. 17.

<sup>77</sup> Jan Jindy Pettman, *op. cit.*,p. 587.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Para além desta irreversível e inevitável diluição de fronteiras, subsequentemente, as teorias feministas têm vindo a incluir e a reivindicar um crescente reconhecimento das diferenças entre cada mulher e entre as mulheres, que está na base daquilo a que alguns apelidam de feminismo pós-estruturalista e se inclui dentro do que Pettman designa como feminismo “pós-moderno”<sup>78</sup>. É também neste conturbado seio de perspectivas e conceptualizações que surge a crítica explícita à apropriação do discurso de emancipação das mulheres com fins políticos, acabando, no entanto, por ser muitas vezes usado em prejuízo das mesmas, como atenta Pettman.

Os feminismos “pós-modernos”, segundo aquela autora, consideram o uso da categoria género como problemático, uma vez que este, num sentido estrutural é a primeira forma de estruturar relações de poder<sup>79</sup>. As feministas desta vertente tendem a considerar que a distinção entre sexo e género reforça, ainda mais, as dicotomias entre os sexos, ao mesmo tempo que cria a imagem do corpo como algo neutro, no qual a diferença de género é inscrita. Estas feministas da diferença consideram mais produtivo e operativo pensar na “diferença sexual”, uma vez que o nosso primeiro lugar de localização é o nosso corpo<sup>80</sup>, para além de que, em termos de categorias de género, um conceito anglo-americano – *gender* – é difícil de exportar para outros contextos linguísticos com a mesma significação e abrangência. Além da consideração de que tanto sexo como *gender* são conceitos social e culturalmente específicos, sexo é também ele um conceito construído socialmente não fazendo, por isso, sentido a distinção, ainda que teórica entre ambos.

Actualmente, os feminismos utilizam uma grande variedade de métodos, reivindicando a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade como instrumentos teóricos capazes de proporcionar uma análise e teorização mais eficaz à complexa realidade social e política, abrangendo, desta forma, a multiplicidade que cada disciplina é capaz de proporcionar. Precisamente por isso, os feminismos académicos têm vindo a confundir-se com os feminismos dos movimentos sociais, estando cada vez mais comprometidos em oferecer instrumentos e métodos de acção para uma teoria política que continua a ser elaborada desde as margens desta e de outras disciplinas do saber.

Assim, e para uma mais completa análise e ponderação dos contributos metodológicos e epistemológicos dos feminismos para as Relações Internacionais, é

---

<sup>78</sup> Idem, *Ibid.*, p. 587.

<sup>79</sup> Joan Scott, “Gender: A Useful Category of Historical Analysis.” *American Historical Review* 91, no.5, 1986, p. 1069 *apud* J. Ann Tickner *op. cit.*, p. 16.

<sup>80</sup> Jan Jindy Pettman, *op. cit.*, p. 588.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

importante propor um desafio à ortodoxia presente na disciplina, revendo os feminismos empíricos, as teorias do *standpoint* a partir da teorização de Sandra Harding e os que são designados por feminismos pós-estruturalistas, para dar mote ao capítulo que aprofundará e concretizará as perspectivas teóricas feministas em Relações Internacionais.

As teorias políticas, que servem de base para as diferentes análises feministas em Relações Internacionais, são também guiadas por teorias epistemológicas, sendo estas basicamente três, a saber, o feminismo empírico, o *standpoint feminism* – ou “feminismo de ponto de vista” – e o feminismo “pós-moderno”. Esta divisão entre estes feminismos é apenas enunciativa e analítica, já que, tendencialmente, cada um deles adota e elabora tipos de correspondência política e epistemológica com outros. Deste modo, as possibilidades de cruzamento entre as várias teorias políticas e epistemológicas são imensas.

Assim, o feminismo empírico pode ser tido como uma epistemologia que argumenta que o sexismo e o androcentrismo nas pesquisas representam um viés social, corrigível mediante uma maior rigorosidade nas normas e metodologias adoptadas na investigação científica. O empirismo feminista acredita que a introdução das questões de género na ciência contribui para a sua maior objectividade e precisão neste âmbito<sup>81</sup>. De acordo com Sandra Harding, uma investigadora dedicada ao estudo das questões metodológicas e epistemológicas do feminismo, este feminismo empírico é atractivo no sentido em que, ao mesmo tempo que questiona a existência de normas metodológicas na ciência, propondo revisões que vão neste sentido, confere uma maior credibilidade à investigação feminista no seio da comunidade científica *mainstream*<sup>82</sup>. Para Harding é, no entanto, através da adopção de um ponto de vista feminista que se pode fortalecer os padrões de objectividade, dando, por isso, prevalência ao que apelidou como *standpoint feminism*<sup>83</sup>, uma vez que este pode identificar os elementos de percepção e compreensão de dada realidade a partir de uma visão, ou de um ponto de vista, das mulheres. Isto significa e atribui propriedade às feministas para desenvolverem as suas pesquisas numa

---

<sup>81</sup> Sandra Harding, *The Science Question in Feminism*. Ithaca, Cornell University Press, 1986, p. 24 *apud* J. Ann Tickner, "What is Your Research Program? Some Feminist Answers to IR's Methodological Questions." *Boston Consortium on Gender, Security and Human Rights*, Boston, 2004, p. 3, (pp. 1-26).

<sup>82</sup> Idem, *Ibid.*, p.3.

<sup>83</sup> Sandra Harding, *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*, Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press, 1991, p. 123.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

base científica que está de acordo com as percepções e interpretações das mulheres e vai de encontro às suas explicações acerca da vida natural e social <sup>84</sup>.

Christine Sylvester, por seu turno, considera os feminismos empíricos, assim como os liberais, que normalmente lhe estão subjacentes, como “feminismos assimilacionistas”, e argumenta que os feminismos do *standpoint* estão profundamente ligados aos feminismos radicais e culturais, que integram os “feminismos da diferença”<sup>85</sup>. No entanto, e criticando o feminismo *standpoint*, por considerar que este parte de uma visão essencialista sobre as mulheres, Sylvester, em vez de se concentrar nas experiências das mulheres, prefere o que apelida de feminismo “pós-moderno” por este possibilitar, segundo a mesma autora, o foco na análise de género como fonte de poder e hierarquias, para compreender como estas são socialmente construídas. Sylvester defende que o feminismo pós-moderno permite, através da análise de discurso histórico, científico e político, pensar as múltiplas realidades escondidas nas supostas *verdades* das histórias e sobre a forma como a própria história pode promover a conformidade opressiva e desencorajar as críticas e a acção para a mudança <sup>86</sup>.

Estes múltiplos feminismos epistemológicos, tais como os feminismos políticos, não possuem barreiras rígidas entre si, pelo que uma investigação feminista pode recorrer a várias vertentes. Da mesma forma, as ferramentas metodológicas são também muito vastas e marcadas pela intercepção de métodos e metodologias. Seguindo a linha de Harding, Tickner arrazoa que não existe um método único de pesquisa feminista, uma vez que as feministas recorrem a uma variedade de métodos incluindo a etnografia, a pesquisa estatística, os inquéritos, a pesquisa intercultural, o argumento filosófico, a análise de discurso e os estudos de caso <sup>87</sup>, derivados e influenciados pelas diversas áreas do saber, que põem em diálogo.

Para além deste métodos, as feministas privilegiam a recorrência a análises comparativas entre dados institucionais e dados quantitativos, evocando a reflexividade enquanto instrumento de análise e de recolha de dados, bem como a preocupação com a constante e importante re(interrogação), que deverá estar presente quer na pesquisa quantitativa, tal como noutros tipos de recolha de dados e pesquisa, inclusivamente na

---

<sup>84</sup> Sandra Harding, *The Science Question in Feminism*, Ithaca, Cornell University Press, 1986, p. 26 *apud* Christine Sylvester, *Feminist International Relations. An unfinished journey*, Reino Unido, Cambridge University Press, 2002, p.172.

<sup>85</sup> Christine Sylvester, *Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, pp. 31, 37.

<sup>86</sup> Idem, *Feminist International Relations. An unfinished journey* [...], p.179.

<sup>87</sup> J. Ann Tickner, "What is Your Research Program? [...]" p. 4.



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

qualitativa<sup>88</sup>. Quanto à recolha, análise e pesquisa quantitativas, as feministas têm vindo a debater a operacionalidade e utilidade das mesmas, uma vez que consideram que os dados advindos deste tipo de pesquisa não passam muitas vezes de actos políticos, uma vez que a sua recolha e análise são imensamente influenciadas pelas escolhas dos estados, de acordo com os seus interesses<sup>89</sup>.

Estas perspectivas feministas acerca do poder, enfatizam a necessidade de desconstruir as estruturas e os discursos que produzem o conhecimento como exercício essencial para a construção de ontologias feministas que expandam as nossas noções da política mundial, para incluir as esferas pessoais, previamente invisíveis, que partem de uma perspectiva de que os sujeitos são relacionais (em vez de autónomos) e de que o mundo está em constante mudança<sup>90</sup>. Tal exige o recurso ao revisionismo ontológico, isto é, ao reconhecimento de que é necessário ir além do superficial e examinar a forma como o poder, diferenciado e sexualizado, constrói as relações sociais que formam uma dada realidade<sup>91</sup>. Para revelar a relação existente entre conhecimento e poder, as feministas recorrem frequentemente ao método foucauldiano da genealogia – um estilo de pensamento histórico que expõe e regista o significado destas relações que se operam entre poder e conhecimento – para demonstrar a forma como o conhecimento é produzido através de perspectivas particulares e politicamente interessadas nas Relações Internacionais<sup>92</sup>.

Enquanto o objecto convencional das R.I se baseia no comportamento dos estados, as feministas ambicionam investigar as vidas das mulheres dentro dos estados ou das estruturas internacionais. Como escreve Tickner, esta é tida como a única forma de possibilidade de transformação social<sup>93</sup>. No feminismo questiona-se o normal e investigam-se as práticas quotidianas, de forma a dar visibilidade aos factores e circunstâncias de género nas práticas das Relações Internacionais, dando uma atenção especial ao estudo dos “silêncios” e das vidas mudas de mulheres marginalizadas como continua Tickner<sup>94</sup>. Foi neste sentido que surgiu a proposta de Donna Haraway e a

---

<sup>88</sup> Brooke A. Ackerly, Maria Stern e Jacqui True, "Feminist methodologies for International Relations." in Brooke A. Ackerly, Maria Stern and Jacqui True (eds.), *Feminist methodologies for International Relations*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2006, p.4, (pp. 1-15).

<sup>89</sup> J. Ann Tickner, "Feminism meets International relations: some methodological issues." in *Feminist Methodologies for International Relations*, in Brooke A. Ackerly, Maria Stern and Jacqui True, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2006, p.37, (pp. 19-41).

<sup>90</sup> Gillian Youngs "Feminist International Relations [...], p.77.

<sup>91</sup> Idem, *Ibid.*, p. 77.

<sup>92</sup> J. Ann Tickner, *Gendering World Politics* [...], p. 33.

<sup>93</sup> Idem, "Feminism meets International Relations [...]" p. 25.

<sup>94</sup> Idem, *Ibid.*, p. 25.



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

noção de “situated knowledge”, isto é, de conhecimento situado, que não significa relativismo, mas uma partilha de conhecimentos e experiências que conduzam a uma melhor compreensão do mundo <sup>95</sup>.

Como processo dialéctico, a investigação feminista relaciona os significados subjectivos das experiências das mulheres, em particular, com os significados internalizados na sociedade, em geral <sup>96</sup>. É por esta mesma razão, que podemos argumentar que o feminismo não consiste apenas no estudo exclusivo e exaustivo das mulheres ou de género, uma vez que, assim como os estados, os conflitos, as instituições, a segurança e a globalização não podem ser estudados sem uma análise que inclua a categoria género, o género também não pode ser estudado sem se analisar estas disciplinas e conceitos <sup>97</sup>. Consequentemente, as abordagens metodológicas feministas não só são inovadoras, como também levantam novos dilemas éticos e políticos que expandem a investigação metodológica no geral.

A constante revisão e reformulação dos métodos enquanto metodologia feminista em si mesma e quando confrontadas com novas teorias, prevê que se tome epistemologias, ontologias e métodos e as suas múltiplas relações, como parte integrante dos estudos e análises. Neste sentido, pode-se dizer que as metodologias feministas são epistemologias em acção <sup>98</sup>, o que vem demonstrar que as feministas de RI estão mais preocupadas com uma observação mais aprofundada, com uma maior capacidade para situar e enfatizar acções e contribuir para uma real melhoria das condições de vida, do que preocupadas com o convencional.

Conclui-se, assim, que os estudos feministas convergem quanto à perspectiva metodológica, contrária às bases androcêntricas sobre a qual a disciplina de RI tem sido edificada, uma vez que, as várias teorias, concordam com o facto de que a invisibilidade das mulheres não é um problema que poderá ser resolvido adicionando simplesmente as mulheres ao estado, aos processos capitalistas e às teorias <sup>99</sup>. Propõe-se, assim, o questionamento acerca do que é validado como “conhecimento”, introduzindo o sentido de processo, que se define como aquele em que a produção intelectual resulta de um movimento dialéctico entre textos, ideias e experiências empíricas.

---

<sup>95</sup> Donna Haraway, “Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective”, *Feminist Studies* (14), 1988, p. 580, (pp. 575-599) *apud* J. Ann Tickner “You just don’t understand [...]”, p. 622.

<sup>96</sup> Idem, “Feminism meets International Relations [...]”, p.21.

<sup>97</sup> Brooke A. Ackerly, Maria Stern e Jacqui True, “Feminist methodologies for International Relations.” [...], p.4.

<sup>98</sup> Idem, *Ibid.*, p. 8.

<sup>99</sup> Christine Sylvester, *Feminist International Relations. An unfinished journey* [...], p.166.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Apesar das suas diferenças, as várias teorias e métodos feministas partilham a crença de que as mulheres e o género são essenciais para o campo das Relações Internacionais e, ao introduzi-las nos seus estudos e a tornarem-se neles, as académicas feministas tiveram de abordar os conceitos centrais e as questões do campo, como são a guerra, o militarismo e a segurança, a soberania e o estado, a globalização<sup>100</sup>, conceptualizações e questões que abordaremos no capítulo que se segue e que pretende considera-las a partir das várias teorias e propostas feministas.

---

<sup>100</sup> Gillian Youngs, *op. cit.*, p.77.

## CAPÍTULO II - PERSPECTIVAS TEÓRICAS FEMINISTAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

---

### 1. PERSPECTIVAS SOBRE AS QUESTÕES FUNDADORAS DO ESTADO OCIDENTAL MODERNO - A CIÊNCIA A LEI E O PODER - A COMUNIDADE “IMAGINÁRIA” DO PATRIARCADO

---

O feminismo das Relações Internacionais identificou a teoria *malestream* das Relações Internacionais como um dos discursos que ajudam a perpetuar uma visão do mundo distorcida e parcial, que reflecte o poder desproporcional de controlo e influência que os homens detêm, em vez da realidade social plena das vidas das mulheres, crianças e homens.<sup>101</sup>

A crítica central das teorias feministas recai sobre a as estruturas patriarcais, que, defende, serem as responsáveis pela perpetuação da exploração e da opressão das mulheres. Estas estruturas, que são sociais e culturais, têm a sua origem na Grécia Antiga, devendo a sua construção e justificação, epistemológica e ontológica, à filosofia clássica e que, posteriormente, com o Iluminismo, vêm-se reestruturadas e redefinidas com base na criação e fundamentação do Estado ocidental moderno. Este esforço, que de alguma forma revê o método genealógico foucauldiano, pretende perceber a forma como as hierarquias de género têm vindo a ser perpetuadas mediante a existência de instituições e práticas sociais e políticas, cultural e socialmente construídas, e que contribuem para a definição e atribuição de papéis de género de homem e de mulher, que criam expectativas diferenciadas e desiguais para cada sexo.

---

<sup>101</sup> Jane Flax, "Political Philosophy and the Patriarchal Unconscious: A Psychoanalytic perspective on epistemology and metaphysics." in Sandra Harding e Merrill B. Hintikka (eds.), *Discovering Reality: Feminist Perspectives on Epistemology, Methaphysics, Methodology and Philosophy of Science*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 1983, p. 269, (pp.245–281), (T. n.).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

A Grécia, na Antiguidade Clássica, é tida como o berço de todas as concepções filosóficas e representativas do mundo ocidental e é, por essa razão, um marco a ter em consideração quando atentamos para as construções sociais presentes nas diferenças sexuais e que foram, de alguma forma, moldando o conhecimento e entendimento no Ocidente, do passado ao presente. Nesse sentido, Fernanda Henriques, oferece-nos a sua reflexão acerca da forma como o discurso filosófico discriminou as mulheres defendendo que:

[P]arece ser pacífico afirmar que recebemos da Grécia uma discriminação antropológica fundadora, uma espécie de *estereótipo arquetípico*, que levou a pensar o feminino como derivado e, conseqüentemente, as mulheres como o segundo sexo, ao longo de toda a tradição ocidental<sup>102</sup>.

A autora defende que esta herança marcou toda a antropologia posterior, que passou a ser configurada pela assimetria entre homens e mulheres<sup>103</sup>.

Atente-se, então, para alguns elementos cruciais presentes na filosofia de Platão focando, nomeadamente, as distinções entre mente e corpo, entre conhecimento e sentido, entre razão e desejo e onde as mulheres foram identificadas como as detentoras das formas mais perigosas e perturbadoras da paixão<sup>104</sup>, em especial, da sexualidade<sup>105</sup>. Já Aristóteles, ao definir o universal, com base num *logos* abstracto e pretensamente neutro, acaba por defini-lo através do suposto universal *homem* que assume os valores próprios da “virilidade”. Tal conceptualização não só exclui todas as mulheres, como muitos homens<sup>106</sup> estando na origem do universal neutro *homem* contido e naturalizado na linguagem até ao presente. É neste universal masculino que vem embutida a ideia de uma humanidade, porque masculina e *de homem*, deve ser viril, combativa, dominadora e detentora de propriedade<sup>107</sup>, tal como é descrita por Aristóteles para legitimar o poder

---

<sup>102</sup> Fernanda Henriques, "Concepções filosóficas e representações do feminino: Subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica." in Adriana Bebiano e Maria Irene Ramalho (orgs.), *Estudos feministas e cidadania plena*, sep. da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 89, Junho 2010, p. 12, (pp.11-28).

<sup>103</sup> Idem, *Ibid.*, p. 16.

<sup>104</sup> Parece que Platão considerava a hipótese da existência de filósofas-rainhas que pudessem governar a cidade, embora de uma forma excepcional, estando por isso Platão longe de ser um defensor das mulheres Idem, *Ibid.*, p. 20.

<sup>105</sup> Jane Flax, *op. cit.*, p. 255.

<sup>106</sup> Fernanda Henriques, *op. cit.*, p. 19.

<sup>107</sup> Fernanda Henriques defende que “o complexo de castração e a inveja do pénis [teorizado por Freud], mais não são do que a reiteração da perspectiva aristotélica, agora elevada a saber científico.” Idem, *Ibid.*, p.16.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

hierárquico masculino da sua *polis*<sup>108</sup>. De acordo com Jane Flax, estes pressupostos seriam reforçados durante o Renascimento com a teoria racionalista de Descartes, autor fundador da postura que originou a dicotomia sujeito-objecto que predominou na filosofia moderna ocidental<sup>109</sup>.

A revolução científica do século XVII, que deu lugar à ciência iluminista e ao empirismo científico, intensificou as dicotomias que estão na origem destas assimetrias, reforçando as distinções entre racional e irracional, facto e valor, universal e particular e público e privado<sup>110</sup>. É com a emergência do Estado Moderno, que esta última díade iria incorporar a dicotomia masculino e feminino, atribuindo, a um e a outro, papéis sociais baseados na diferença biológica dos sexos, e que privilegiariam o masculino para a esfera do público, circunscrevendo as mulheres à esfera privada, numa distinção que se institucionalizou através dos domínios políticos e legais. Esta institucionalização legitimou um sistema de crenças que despreza e desvaloriza as práticas e actividades tidas como “naturais” ou instintivas como sejam a gestão doméstica, a maternidade e a prestação de cuidados, exaltando as actividades consideradas “racionais” como a política, a economia e a justiça, próprias da esfera do público<sup>111</sup>. Confinadas à esfera do privado, do natural, do instintivo e nunca racional, as mulheres acabam desvalorizadas, menosprezadas e silenciadas, sendo que é a esfera do público e o domínio do racional que prevalecem. Tal originou o indubitável de que todo o conhecimento produzido, quer nas ciências naturais, quer nas ciências sociais, tivesse sempre como base as experiências e percepções masculinas.

Numa crítica às ciências naturais, Evelyn Fox Keller afirma que a ciência incorpora um forte carácter androcêntrico, que condicionou as escolhas e a definição dos problemas sobre os quais os cientistas se têm vindo a debruçar, sugerindo que algumas subestruturas da ciência possam ter sido historicamente condicionadas e distorcidas<sup>112</sup>. Aliás, e no seguimento do anteriormente dito, o nascimento do método científico iluminista coincidiu, igualmente, com o nascimento do Estado-nação<sup>113</sup>, fazendo emergir a filosofia política moderna que, por sua vez, se mostrou

---

<sup>108</sup> Idem, *Ibid.*, p.19.

<sup>109</sup> Jane Flax, *op. cit.*, p. 261.

<sup>110</sup> J. Ann Tickner, “You just don’t understand [...]” p. 621.

<sup>111</sup> V. Spike Peterson, “Transgressing Boundaries: Theories of Knowledge, Gender and international Relations.” *Millennium Journal of International Studies*, 1992, p. 202, (pp.183-206).

<sup>112</sup> Evelyn Fox Keller, “Feminism and Science.” in Evelyn Fox Keller e Helen E. Longino, *Feminism & Science*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1996, p.28, (pp. 28-40).

<sup>113</sup> S. Toulmin, *Cosmopolis The Hidden Agenda of Modernity*, Chicago, University of Chicago Press, 1990 *apud* J. Ann Tickner, “ You just don’t understand [...]” p. 622.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

particularmente empenhada na busca do fundamento último do poder, ou seja, na determinação de um ou mais critérios de legitimidade da autoridade, por um lado, e da função e do dever da obediência política, por outro<sup>114</sup>.

Como já foi explicitado anteriormente, esta necessidade de fundamentação da dominação dos homens sobre as mulheres foi evocada pelos fundadores da teoria política subjacente à configuração do Estado ocidental moderno, tais como Hobbes e Rousseau. Estes autores viam no estabelecimento de um governo central, fundado num consentimento mútuo sob a forma de um contrato social, a única forma dos indivíduos coexistirem em conjunto e, através da sujeição à autoridade coerciva, obterem segurança num mundo, que consideravam, marcado pela luta pelo poder, que tem, como únicos resultados, a dominação ou a submissão<sup>115</sup>.

A concepção do contrato social é, pois, sustentada e baseada numa perspectiva masculina acerca da sociedade e que se revela agressiva e dominante, dotada da razão, como autoridade, e da opressão patriarcal sobre as mulheres. Também sobre elas recai a sua atribuição com a maternidade e quaisquer outras qualidades a elas associadas como *naturais* e que as iguala a tudo o que não é racional ou moral. Esta concepção foi sustentada pela teoria do contrato social explicada por Locke, Hobbes e Rousseau, cujas interpretações acerca do mesmo estão na origem da organização hierárquica e patriarcal das sociedades modernas ocidentais.

É por este motivo que, numa inovadora re-interpretação do contrato social, Carole Pateman argumenta que as mulheres foram excluídas do contrato original, que se concentra na esfera pública da sociedade civil, e mantidas no *estado de natureza* e, por isso, remetidas para a esfera privada, a esfera da submissão e da desvalorização<sup>116</sup>. A antinomia privado/público expressa também as divisões natural/ civil e homem/ mulher, uma dicotomia que reflecte uma ordem de diferença sexual na condição natural, mas que representa também uma diferença política<sup>117</sup>. Deste modo, e de acordo com Pateman, a nova sociedade civil teve como base um pacto sexual-social no qual os homens instituíram um acordo fraternal, onde lhes foi garantido o acesso aos corpos

---

<sup>114</sup> Norberto Bobbio, *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000, p.68.

<sup>115</sup> Martin Hollis e Steve Smith, *Explaining and Understanding International Relations* [...], p.94.

<sup>116</sup> Carole Pateman, *Sexual Contract*, Standford, California, Standford University Press, 1988, p.11.

<sup>117</sup> Idem. *Ibid.*, p.11.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

femininos pela salvaguarda do domínio daqueles sobre as mulheres, através da introdução do direito conjugal com uma configuração contratual moderna<sup>118</sup>.

Apesar de as mulheres terem sido contempladas no contrato social, foram-no apenas pela via matrimonial, isto é, a sua inclusão é de carácter relacional e pressupõe um direito sexual masculino e patriarcal que se manifesta e é consequência do tipo de poder que os homens exercem sobre as mulheres e que, na sociedade moderna, era entendido como uma forma de liberdade individual legítima dos homens. Considerando e concordando com Pateman, “o contrato social é a história da liberdade, o contrato sexual é a história da sujeição”<sup>119</sup>. Reiterando a sua afirmação, a liberdade individual emanada do contrato social é uma liberdade que é gerada de uma das partes contratantes através da subjugação de outras<sup>120</sup>. No que às mulheres diz respeito, o contrato sexual que se define nesta subjugação, de um sexo ao outro sexo, não é visível, porque aparece sob a forma de matrimónio que, estando conotado com a esfera privada, é muitas vezes ignorado e disfarçado na forma de um consentimento. O que se entende do “novo” *patriarcalismo fraternal moderno*<sup>121</sup> e que surge baseado num *contrato* supostamente *livre*, já que as características individuais substantivas do acordo são irrelevantes<sup>122</sup>, é que o carácter patriarcal, nele contido, está mascarado no que se define como um consentimento universal.

Estes constituem-se motivos que arrazoam as razões porque o patriarcado, como poder político dominante e opressivo, tenha sido largamente ignorado até aos dias de hoje<sup>123</sup>, juntamente com o facto de o fim do absolutismo político ser confundido, frequentemente, com o fim do patriarcado, pois este é usualmente entendido como lei paternal, no sentido literal do termo<sup>124</sup>. Fundamentado nesta asserção, está ainda a suposição de que a modernidade instituiria aquilo que viria a ser chamado de sociedade pós-patriarcal, definida pela transição entre o estado de natureza para a sociedade civil. No entanto, as feministas já têm vindo a apontar que todos os teóricos políticos têm, de

---

<sup>118</sup> Idem. *Ibid.*, p.2-3.

<sup>119</sup> Carole Pateman, *op. cit.*, p. 2, (t. n.).

<sup>120</sup> Rousseau afirma, por exemplo, que “na união dos sexos cada um concorre igualmente para o objecto comum, mas não da mesma maneira. [...] Um deve ser forte, o outro passivo e fraco: é preciso, necessariamente, que um vigie e tenha poder, sendo suficiente que o outro ofereça pouca resistência.” *apud* Fernanda Henriques, *op. cit.*, p. 20 *cit.* Fernanda Henriques, (1998), “Rousseau e a exclusão das mulheres de uma cidadania efectiva”, in Maria Luísa R. Ferreira (org.), *O que os filósofos pensam sobre as mulheres*, Lisboa, CF-UL, 1998, pp. 188-189, (pp.171-190).

<sup>121</sup> Carole Pateman, *op. cit.*, p. 3.

<sup>122</sup> Idem, *ibid.*, p.10.

<sup>123</sup> Idem, *ibid.*, p.19.

<sup>124</sup> Idem, *ibid.*, p.3.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

facto, explícita ou tacitamente, mantido o direito patriarcal e negligenciado a complexa interdependência e múltiplas correspondências entre o que se designa como esfera pública e esfera privada<sup>125</sup>.

Sendo o direito de propriedade central na teoria do contrato social, um dos argumentos feministas, nomeadamente de Heide Hartmann, é de que a velha fórmula familiar do patriarcado foi substituída pela forma pública e institucionalizada no sistema capitalista. Este, procedente do primeiro, com ele coexistiu e se complementou<sup>126</sup>. Dito de outra forma, e retomando as alegações de Hartmann, apresenta-se a relação como sendo uma parceria entre patriarcado e capitalismo. A autora explica que o patriarcado enquanto sistema de relações entre homens e mulheres, existe dentro do capitalismo, ao mesmo tempo que a acumulação de capital se insere comodamente na estrutura social patriarcal, contribuindo para a sua perpetuação<sup>127</sup>. O patriarcado moderno tem um dos seus grandes aliados no direito de propriedade, que surge como uma expressão material e concreta do domínio masculino, sendo, por isso, central no contrato social, que criou a sociedade civil com base na “fraternidade” entre homens e que está ligado às origens do liberalismo e do capitalismo.

A criação do contrato de trabalho, neste contexto, permite-nos compreender as ligações e correspondências a que anteriormente aludimos, existentes entre a esfera pública e privada, apesar de não reconhecida pelo Estado moderno. É desta forma, que Pateman atenta para a necessidade de observar as estreitas conexões entre as duas esferas, através de uma análise aturada do patriarcado moderno. Assim,

para compreender o patriarcado moderno, incluindo as suas relações económicas capitalistas, é necessário ter em consideração o contrato entre o mestre e o servo ou entre o mestre e o escravo e perceber a conexão entre o contrato “personalizado” na esfera doméstica e o contrato “impessoal”, público no mundo do capitalismo<sup>128</sup>.

---

<sup>125</sup> Mary Wollstonecraft, uma das pioneiras do feminismo moderno, publica em 1792, “A Vindication of the Rights of Woman” onde é abordada esta questão. Mary Wollstonecraft “A Vindication of the Rights of Woman” in Janet Todd (org.), *The Political Writings of Mary Wollstonecraft*. Toronto, University of Toronto Press, 1792. Ver em Carole Pateman, *op. cit.*, pp.11-12.

<sup>126</sup> Idem, *ibid.*, p. 37.

<sup>127</sup> Heidi Hartmann, “The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union” in L. Sargent (ed.), *Women and Revolution*, Boston, South End Press, 1982, pp. 19, 3 *apud* Carole Pateman, *op. cit.*, p. 38.

<sup>128</sup> Carole Pateman, *op. cit.*, p. 37, (t. n.).



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Apesar da separação da esfera pública e privada, o domínio dos homens está presente nas duas, sendo este domínio masculino salvaguardado na extensão de uma esfera para a outra. É neste sentido, que aquela autora afirma que “o contrato de trabalho e (o que chamarei) o contrato de prostituição, ambos entraram no mercado público, ou seja, no mercado capitalista, defendendo o direito masculino tão firmemente quanto o contrato de casamento”<sup>129</sup>. Carol Pateman, quase vinte anos depois, numa reformulação da sua própria conceptualização em torno da noção de contrato sexual, propôs um contrato sexual-racial global<sup>130</sup>, para demonstrar a dupla opressão das mulheres do terceiro mundo, que são as que mais sofrem com os efeitos da globalização capitalista. A autora defende, desta vez, que o conceito de “contrato” oferecido pelos teóricos clássicos não pode ser aplicado aos padrões globais de desigualdade, utilizando, por isso, o termo num sentido metafórico<sup>131</sup>.

Apesar de, actualmente, o panorama ser bastante diferente e de se ter construído um caminho que possibilitou uma crescente protecção dos direitos das mulheres através da instituição destes no sistema jurídico-legal, tal não significa que estes sejam suficientes. Isto porque, para além de todas as carências que se compreendem num quadro que está ainda em construção, a própria lei foi concebida com base numa referência masculina, ou seja, através do *Paradigma Igualitário de Género* que consiste numa aquisição de direitos das mulheres através da adopção de uma concepção comparativa do homem (*male standard of equality*), assumindo este como padrão para a promoção da igualdade<sup>132</sup>. Face a isto, é então necessário ter em conta que, não só a introdução das mulheres na lei não resolve o problema da opressão e da discriminação das mulheres, como também a própria lei é criadora e perpetuadora, por vezes, de leis discriminatórias.

Relativamente a esta problemática, Teresa Pizarro Beleza refere que “a grande parte dos problemas relativos à discriminação em função do género são da responsabilidade de práticas/costumes enraizados na sociedade (que normalizam a

---

<sup>129</sup> Carole Pateman *op. cit.*, p. 4, (t. n.).

<sup>130</sup> Em 2007, Carole Pateman escreveu o livro *Contract and Domination* em colaboração com Charles Mills, autor de obra *The Racial Contract*. Carole Pateman e Charles Mills, *Contract and Domination*, Cambridge, Polity Press, 2007.

<sup>131</sup> Carole Pateman, "Garantir a cidadania das mulheres: A indiferença e outros obstáculos", Teresa Tavares (trad.) in Adriana Bebianno e Maria Irene Ramalho (orgs.), *Estudos feministas e cidadania plena*, sep. da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 89, Junho 2010, p. 35, (pp. 29-40).

<sup>132</sup> Teresa Pizarro Beleza, "Anjos e Monstros." *Ex-Aequo*, 2004.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

subordinação da mulher), mas também são produto da lei”<sup>133</sup>. Ou seja, a simples remoção das barreiras legais não acaba com a discriminação contra as mulheres, quer na vida pública, quer na privada<sup>134</sup>. É com igual pertinência que a autora Carol Smart afirma que “a lei parte de um discurso unitário, operando como uma demanda de poder num campo de conhecimento unificado e superior que concede pouco a outros discursos impondo-se, assim, a outras contribuições, entre as quais as contribuições teóricas feministas”<sup>135</sup>. Smart afirma, assim, a urgência de pensar e desenvolver estratégias complementares, já que não entende a lei como o único recurso para acabar com a opressão das mulheres.

### 2. PERSPECTIVAS ACERCA DA SEGURANÇA GLOBAL - A SOBERANIA ESTATAL, AS POLÍTICAS EXTERNAS DE SEGURANÇA E O MILITARISMO – O ESTADO-NAÇÃO “MODERNO”

---

O Estado não é um facto da natureza mas, no entanto, a solução para um problema – uma solução moderna e Ocidental, recentemente generalizável para o resto do mundo, e que é, por sua vez, ela mesma a fonte de problemas <sup>136</sup>.

O final da década de 80, marcou o fim da guerra fria, o fim do bipolarismo político global e o advento de um sistema internacional aparentemente mais aberto à possibilidade de uma maior cooperação internacional. No entanto, as novas ameaças, de cariz multidimensional, foram marcadas por conflitos localizados que, na sua maioria,

---

<sup>133</sup> Nesse sentido, Teresa Pizarro Beleza conclui “[é] nesta exacta medida em que nos interstícios o discurso judicial se vai mantendo fiel a certos modelos sociais que o sistema jurídico avaliza a manutenção de guiões normativos de relações de género.” Idem, *ibid.*, p. 3.

<sup>134</sup> As críticas ao feminismo liberal sugerem que o seu destaque conferido ao individualismo e racionalidade promovem valores masculinos que privilegiam a mente sobre o corpo e o individualismo sobre as relações.

<sup>135</sup> Carol Smart, *Feminism and the Power of Law*, Londres, Routledge, 1989, p. 4.

<sup>136</sup> Mary Catherine Bateson, “Beyond Sovereignty”, *Foreign Affairs*, nº 67, Inverno 1988-9, p. 63 *apud* Kurt Mills, *Human rights in the emerging global order: a new sovereignty?*, Basingstoke, Macmillan Press, Nova Iorque, St Martin's Press, 1998, p. 9, (t.n.).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

tiveram como resposta confrontos bélicos<sup>137</sup>. Tal explica-se pela permanência da descontextualizada lógica estatocêntrica, advinda das concepções clássicas de segurança, que privilegiam o Estado como actor unitário, marginalizando outros actores, nomeadamente a sociedade civil e, principalmente, as vítimas destes conflitos que, face a uma nova configuração, agora mais localizada, penetra o domínio privado, acabando aquelas por ser as mais afectadas, em particular e especialmente, as mulheres.

Desafiando a visão tradicional do Estado como o cerne pelo qual a segurança tem vindo a ser definida e analisada, as feministas firmam as suas pesquisas num sistema de relações que atravessa os limites convencionais das R.I, situados entre as noções de segurança interna (dos estados) e da anarquia externa (do sistema internacional)<sup>138</sup>. A atenção feminista parte, assim, de uma análise construtivista em torno das complexidades existentes nos domínios da segurança defendendo que, para isso, é necessário ter em conta a forma como os conflitos se manifestam violentamente na esfera privada, bem como o facto de a segurança ser definida a partir de uma noção androcêntrica que desconsidera as mulheres. Como afirma Tatiana Moura,

[p]erante o reconhecimento da existência de novos riscos e ameaças, e a perpetuação de um sistema construído à custa do silenciamento de experiências e da construção estereotipada e antagónica de masculinidade e feminilidade, as propostas feministas das RI pretendem alargar ou redefinir o que é político, do nível micro ao global, da esfera pessoal à internacional, denunciando os impactos que as estruturas macro têm em grupos locais e em indivíduos<sup>139</sup>.

Ao analisarem as dimensões políticas e militares inerentes à segurança, as feministas tendem a concentrar-se sobretudo no que acontece durante as guerras e nas suas consequências, ao contrário das análises convencionais, que se debruçam apenas nas causas das guerras<sup>140</sup>. Para conseguirmos compreender estas dinâmicas é necessário, de acordo com Gillian Youngs, atentar para três temas concretos da teoria feminista em RI como a soberania estatal, a segurança e o militarismo uma vez que os três se apresentam como uma exploração analítica às interconexões androcêntricas existentes

---

<sup>137</sup> Juliana Alves da Costa, Lara Martim Rodrigues Sélis e Samuel Alves Soares, "De Afrodite a Melíade? [...] p.219.

<sup>138</sup> J. Ann Tickner, "You just don't understand [...]", p. 626.

<sup>139</sup> Tatiana Moura, *Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Armados* [...] p.17.

<sup>140</sup> J. Ann Tickner, *op. cit.*, p. 625.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

entre as políticas colectivas, dos estados, e a identidade política individual<sup>141</sup>. A soberania surge, por isso, como um conceito central nas RI, uma vez que define o papel preeminente dos estados como actores políticos e define, também, por implicação, a identidade política, ou a cidadania, em termos estatocêntricos<sup>142</sup>, encontrando-se, por isso, na base do funcionamento do sistema internacional. De facto, o Estado, a unidade por excelência do sistema internacional, é desconsiderado pelas feministas como actor de incontestável proeminência, o que desafia a perspectiva realista de uma definição de Estado como actor unitário, caracterizado em termos de autonomia, de busca de poder e de autodefesa e que, por isso, dá prioridade ao asseverar a sua sobrevivência num sistema que é considerado anárquico<sup>143</sup>.

Apoiado na máxima de Alexander Wendt, que define anarquia como “o que os estados dela fizeram”<sup>144</sup>, o feminismo assumirá que a instabilidade do meio anárquico é produto da linguagem pela qual os estados se socializaram e criaram expectativas negativas mútuas<sup>145</sup>. A incongruência do neo-realismo consiste, pois, em aplicar as mesmas prerrogativas, de um sistema assim concebido, no comportamento dos estados<sup>146</sup>, formulando, assim, visões parciais que negligenciam outros agentes, invisibilizando relações sociais desiguais.

---

### 2.1. A SOBERANIA DO ESTADO-NAÇÃO E O QUESTIONAMENTO FEMINISTA DO CONCEITO REALISTA DE PODER

---

De acordo com as feministas de RI, a própria soberania pode ser considerada como um problema fundacional das distorções patriarcais e sexistas acerca da natureza e da identidade política<sup>147</sup>, uma vez que é esta que institucionaliza a dominação masculina, através do contrato sexual e da construção do Estado moderno ocidental, criando a imagem do *homem político*, sujeito de soberania e de identidade política<sup>148</sup>.

---

<sup>141</sup> Gillian Youngs "Feminist International Relations [...], p.82.

<sup>142</sup> Idem, *Ibid.*, p.82.

<sup>143</sup> Tatiana Moura, *op. cit.*, p. 29; Juliana Alves da Costa, Lara Martim Rodrigues Sélis e Samuel Alves Soares, *op. cit.*, p. 215.

<sup>144</sup> Alexander Wendt, *Social Theory of International Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, (t.n.).

<sup>145</sup> Juliana Alves da Costa, Lara Martim Rodrigues Sélis e Samuel Alves Soares, *op. cit.*, p. 215.

<sup>146</sup> Idem, *Ibid.*, p. 215.

<sup>147</sup> Gillian Youngs, *op. cit.*, pp.82-83.

<sup>148</sup> V. Spike Peterson, “Reframing politics of identity: democracy, globalization and gender”, *Political Expressions* 1: 1, 1995, p.3 (pp. 1-16) *apud* Gillian Youngs, *op. cit.*, p. 83.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Estas construções, estão presentes tanto nos domínios conceptuais, como práticos, moldando a identidade política através da relação hierárquica que se estabelece pelo domínio do público sobre o privado e que tem correspondência ao masculino e ao feminino, respectivamente<sup>149</sup>. Podemos, assim, com propriedade, observar que “a construção das práticas do Estado estabeleceu as fronteiras da identidade política e da cidadania, quem se inclui e quem se exclui da esfera de poder”<sup>150</sup>.

Sendo que o próprio conceito realista de poder, enquanto capacidade militar, está associado a um certo tipo de masculinidade<sup>151</sup>, como considera Tickner, as perspectivas da segurança são construídas através de um visão universal, assente em valores associados com este tipo de masculinidade que é denominada de “masculinidade hegemónica”<sup>152</sup> e integra em si as características de virilidade, coragem e força. Estas características, que a compõem, não estão ligadas só à expectativa criada em torno dos indivíduos, como também do próprio Estado, sendo, assim, projectada na forma como estes se comportam na cena internacional. Assim, o *homem político* de Morgenthau, vê o esforço competitivo pelo poder como uma característica inevitável da natureza humana, tal como concebido por Nicolau Maquiavel, juntamente com a sua definição de *homem guerreiro*<sup>153</sup>. Uma vez que, por detrás da reificação das práticas do Estado, se escondem instituições que são produzidas e reproduzidas por acções individuais<sup>154</sup> e, uma vez que a generalização do *homem político* é feita tendo a masculinidade hegemónica como ponto de referência, também o comportamento dos Estados, dos quais o seu sucesso como actores internacionais é medido em termos das suas capacidades de poder e capacidade de auto-ajuda e autonomia, irá ser conduzido seguindo este padrão<sup>155</sup>.

As críticas feministas denunciam este “Estado” concebido com características convencionalmente patriarcais, fundado numa “gigantesca sublimação do valor feminino que o transforma num *outro* insignificante e desprezível”<sup>156</sup>, desencadeando um processo conflituoso de indivíduos e ideias. As abordagens feministas têm

---

<sup>149</sup> Gillian Youngs, *op. cit.*, p.83.

<sup>150</sup> Tatiana Moura, *Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Armados* [...] p. 30.

<sup>151</sup> *Idem, Ibid.*, p.30

<sup>152</sup> J. Ann Tickner examina os três níveis de análise concebidos pelos realistas nas suas análises sobre a guerra e a segurança nacional – o indivíduo, o estado e o sistema internacional – analisando a forma como estes têm sido construídos no discurso realista, *Gender In International Relations. Feminist Perspectives on achieving global security*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1992, p. 36.

<sup>153</sup> *Idem, Ibid.*, p. 38.

<sup>154</sup> *Idem, Ibid.*, p. 42.

<sup>155</sup> *Idem, Ibid.*, p. 42.

<sup>156</sup> Juliana Alves da Costa, Lara Martim Rodrigues Sélis e Samuel Alves Soares, *op. cit.*, p. 217.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

promovido uma desnaturalização das suas particularidades, nomeadamente no que diz respeito à inevitabilidade do uso da violência. De facto, e ao contrário da justificação neo-realista de Kenneth Waltz, que concebe um sistema internacional criado espontaneamente por unidades egoístas sem que os estados tenham participado na definição da sua estrutura e vendo, por isso, o uso da violência como uma necessidade criada por forças externas<sup>157</sup>, as feministas esclarecem que o recurso à violência é, antes, gerado através de um processo de interações, onde são confrontadas uma “multiplicidade de práticas e valores plausíveis diante da necessidade de acção” e onde se sobrepõem e são reproduzidos métodos “que entendem como ajustada à realidade aquele tipo de conduta política”<sup>158</sup>. Esta explicação, vai de encontro à posição de Sandra Harding, quando defende que não existe conhecimento situado fora da existência histórica, nas suas palavras, “não há uma perspectiva imparcial, de valor neutro archimédiano”<sup>159</sup>. Podemos então concluir que, “[a] legitimidade do uso da violência não foi um regalo da natureza anárquica aos vulneráveis estados nacionais: antes, ela é um bem social porque é património da interacção de actores e da defesa da sua permanência”<sup>160</sup>.

Nesse sentido, o feminismo requalifica o conceito de poder, desconsiderando-o enquanto um bem tangível e quantificável do qual o estado se possa apropriar de forma determinante mas, enquanto a “qualidade de exercer influência durante a interacção social que se resolve a cada enunciação”<sup>161</sup>. As feministas, conscientes de que “a objectividade reclamada pelo realismo é, afinal, a supressão de uma subjectividade, a feminina”<sup>162</sup> e de que aquela privilegia uma conduta estatal que tem como base uma concepção política referenciada numa masculinidade hegemónica, propõem a substituição da noção de poder enquanto *poder sobre* pela noção de *poder com*, ou seja, poder enquanto capacidade humana de agir em articulação com outros/as que partilhem as mesmas preocupações<sup>163</sup>.

Para isso, será necessário explorar e dismantelar a problemática e as complexidades das características do Estado como único detentor do uso legítimo da

---

<sup>157</sup> Idem, *Ibid.*, p. 217

<sup>158</sup> Idem, *Ibid.*, p. 217

<sup>159</sup> Sandra Harding, *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*, Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press, 1991, p. 59.

<sup>160</sup> Juliana Alves da Costa, Lara Martim Rodrigues Sélis e Samuel Alves Soares, *op. cit.*, p. 217.

<sup>161</sup> Idem, *Ibid.*, p.217.

<sup>162</sup> Tatiana Moura, *Entre Atenas e Esparta, Mulheres, Paz e Conflitos Armados [...]*, p. 31.

<sup>163</sup> Hannah Arendt, *On Violence*, Nova Iorque, Harcourt, Brace and World, *apud* Tatiana Moura *op.cit.*, p. 31.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

força nos interesses do mantimento da ordem interna e externa que, como já foi constatado, possui uma legitimidade derivada da tradição liberal advinda do contrato social<sup>164</sup>. As características do estado e as questões de violência a ele associadas são, de facto, centrais para o conceito de segurança nas RI<sup>165</sup>.

---

### 2.2. A SEGURANÇA ESTATAL – VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

---

Face à ocorrência de um elevado número de conflitos internos, na segunda metade do século XX, e face às ameaças colocadas pelos estados militarizados às suas próprias populações, a aceção realista, acerca da distinção entre ordem e anarquia, começou a ser questionada e problematizada<sup>166</sup>. É com a emergência de um número cada vez maior de guerras civis, que a capacidade dos estados em assegurar e manter a segurança das populações foi descredibilizada, inclusivamente dentro das suas próprias fronteiras.

Como foi demonstrado no início deste capítulo, para Hans Morgenthau, a segurança de um estado é atingida e preservada através da maximização do poder, particularmente do poder militar, enquanto que para Kenneth Waltz, a segurança consiste em evitar a dependência e construir as capacidades autónomas necessárias de defesa contra os actos agressivos de outros estados<sup>167</sup>. Porém, Tickner motiva a ponderação acerca de tais prescrições poderem gerar consequências perigosas, dado que as condições de desconfiança mútua criam, também elas, um dilema de segurança, uma vez que a guerra – fonte de insegurança – surge enquanto instrumento último de garantia de segurança e interesse nacional<sup>168</sup>. Tal motivou as feministas a questionarem o papel do Estado enquanto provedor de segurança, particularmente o facto de este conceber o entendimento de *paz* apenas como ausência de guerra, prezando pela manutenção da ordem social no seu aspecto nacional<sup>169</sup>.

---

<sup>164</sup> Neste âmbito, as feministas seguem o pensamento de Jonh Hoffman, que teoriza acerca do género e soberania. Jonh Hoffman, *Gender and sovereignty: feminism, the state and International Relations*, Londres, Palgrave, 2001 *apud* Gillian Youngs, *op.cit.*, p. 83.

<sup>165</sup> Gillian Youngs, *op.cit.*, p. 83.

<sup>166</sup> J. Ann Tickner, *Gender In International Relations* [...], p. 56.

<sup>167</sup> Idem, *Ibid.*, p. 32.

<sup>168</sup> Tatiana Moura, *Entre Atenas e Esparta, Mulheres, Paz e Conflitos Armados* [...], p. 39.

<sup>169</sup> Juliana Alves da Costa, Lara Martim Rodrigues Sélis e Samuel Alves Soares, *op. cit.*, p. 222.



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Analisando a segurança sob uma perspectiva divergente daquela das abordagens realistas, a qual entende que a capacidade militar dos estados tem como finalidade proteger os indivíduos de ameaças externas, muitas feministas consideram o militarismo como antiético e incompatível com a segurança dos indivíduos, em particular, com a das mulheres<sup>170</sup>. As perspectivas feministas defendem que os indivíduos são, antes, alvos secundários de protecção, uma vez que a segurança nacional muitas vezes tem precedência sobre a segurança individual<sup>171</sup>. O próprio estado acaba por ser o propulsor da violência tornando-se, ao mesmo tempo, o protector e o agressor, num sistema retroactivo, uma vez que o seu apelo por acções bélicas “gera um ciclo vicioso entre insegurança internacional e corrida armamentista, cujas consequências recaem sobre a sociedade, em que os custos da militarização não são distribuídos igualmente entre os indivíduos e grupos sociais”<sup>172</sup>. Assim, mesmo quando um estado não usa a violência de forma directa, acaba por ser um motor de insegurança individual da mesma forma, porque gera e reproduz desigualdades estruturais e recorre muitas vezes à violência sobre o indivíduo quando entende que o *status quo*, que é preservado e garantido por essas mesmas desigualdades, é ameaçado<sup>173</sup>. Na verdade, e tal como afirmam Maria Mies e Vandava Shiva, como forma estratégica e subtil de domínio, “a violência directa foi sendo transformada em violência estrutural, aparentando ser algo de limpo e puro”<sup>174</sup>.

Como se conclui, as abordagens feministas estabelecem uma relação causal entre o aumento da violência estrutural na esfera pública e o aumento da violência contra as mulheres na esfera privada. Como afirma Maria Mies, o processo de modernização no terceiro mundo, além de agudizar o conflito entre classes, conduziu a um aumento da violência contra as mulheres no espaço privado<sup>175</sup>. A mesma autora estabelece uma analogia entre ordem e anarquia e espaço público e privado, respectivamente, argumentando que a linha que os demarca separa a violência regulamentada pelo estado,

---

<sup>170</sup> J. Ann Tickner, “You just don’t understand[...], p. 625.

<sup>171</sup> Idem, *Gender In International Relations* [...], p.28.

<sup>172</sup> Juliana Alves da Costa, Lara Martim Rodrigues Sélis e Samuel Alves Soares, *op. cit.*, p. 223.

<sup>173</sup> É nesse sentido que Galtung irá distinguir dois tipos de violência: a violência pessoal e directa (própria de um contexto de guerra) e a violência indirecta e estrutural, que resulta de uma distribuição de poder desigual, tendo como expressões concretas a repressão, a exploração e a injustiça social, definindo o primeiro tipo de violência como mais visível e o segundo mais silencioso. Johan Galtung, “Violence, Peace and Peace Research”, *Journal of Peace Research*, 6 (3),1969, (pp. 167-191) *apud* Tatiana Moura, *Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Armados* [...] pp. 32-33.

<sup>174</sup> Maria Mies e Vandava Shiva, *Ecofeminismo*, Fernando Dias Antunes (trad.), Lisboa, Instituto Piaget, 1997, p. 68. (T.n.).

<sup>175</sup> Maria Mies, *Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour*, Londres, Zed Books, 1986 *apud* J. Ann Tickner, *Gender In International Relations* [...], p. 57.



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

da violência masculina, que ocorre no espaço privado da família onde, em muitos casos, não existe qualquer protecção legal<sup>176</sup>. Deste modo, e uma vez que a violência no espaço público se reflecte na vida privada, “o propósito das teorias feministas, sobre a paz e a violência, foi o alargamento dos conceitos de paz negativa e positiva de modo a incluir, no seu âmbito, todos os tipos de violência que se manifestam não só em escala macro-social, mas também em relações de proximidade<sup>177</sup>, como se pode constatar.

As investigações feministas compreendem, assim, o conhecimento das múltiplas formas de violência como uma via imprescindível para toda e qualquer análise construtivista, que caminhe no sentido de uma transformação positiva dos conflitos. As propostas feministas rejeitam o recurso à violência como um caminho a seguir, e, neste sentido, defendem a criação de mecanismos não violentos que partam de uma lógica de poder enquanto capacidade e capacitação (*empowerment*)<sup>178</sup>, “ numa ampliação de perspectivas que privilegiam um processo de construção histórica e social e da relação agente-estrutura”.<sup>179</sup> Muitas feministas definem segurança em termos cooperativos, multidimensionais e multinivelados, promovendo a diminuição de todas as formas de violência, incluindo a violência física, estrutural e ecológica<sup>180</sup>. Pode ser referida como “segurança cooperativa multidimensional”, uma definição que, para além do aspecto militar, incorpora outros factores, tais como a desigualdade económica, a pobreza extrema, as barreiras ao comércio e a proliferação de armas<sup>181</sup>.

Contudo, e apesar do reconhecimento da interligação entre os vários tipos de violência já estar presente em documentos advindos de algumas convenções<sup>182</sup>, a definição de segurança mais comum e usada continua a ser a convencional, que se insere no âmbito das propriedades discursivas do Estado. Desta forma, a segurança “é uma prática auto-referenciada pelo seu próprio discurso” estabelecendo a definição de “ameaça existencial, não porque esta seja real, mas porque é apresentada como tal”<sup>183</sup>.

De acordo com algumas teóricas feministas, para que o Estado possa recorrer a este estatuto de excepcionalidade, relativamente aos regulamentos institucionalizados,

---

<sup>176</sup> Idem, *Ibid.*, p. 57.

<sup>177</sup> José Manuel Pureza e Tatiana Moura, “ O regresso da paz negativa? ” in *Revista de História das Ideias*, vol. 2, 2004, p. 5 *apud* Tatiana Moura, *op. cit.*, p. 35.

<sup>178</sup> Betty Reardon, *et al.* (orgs.), *Towards a Women’s Agenda for a Culture of Peace*, Paris, UNESCO, 1999 *apud* Tatiana Moura *op. cit.*, p. 36.

<sup>179</sup> Juliana Alves da Costa, Lara Martim Rodrigues Sélis e Samuel Alves Soares, *op. cit.*, p. 219.

<sup>180</sup> J. Ann Tickner, “You just don’t understand [...]”, p. 628.

<sup>181</sup> Juliana Alves da Costa, Lara Martim Rodrigues Sélis e Samuel Alves Soares, *op. cit.*, p. 206.

<sup>182</sup> Por exemplo, no documento da Estratégia projectada para o futuro adoptada na Convenção de Nairobi, em 1985.

<sup>183</sup> Juliana Alves da Costa, Lara Martim Rodrigues Sélis e Samuel Alves Soares, *op. cit.*, p. 220.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

necessita de recorrer a um processo de militarização capaz de normalizar e legitimar o uso da violência directa. É, assim, através da instauração de uma “cultura de violência” que foi “interiorizada ou mesmo sacralizada, através de mitos, simbolismos, políticas, comportamentos e instituições”<sup>184</sup> que se consegue manter activo o carácter militarista do sistema internacional, que foi, tal como anteriormente referido, apelidado por Betty Reardon como “sistema de guerra”<sup>185</sup>.

As perspectivas feministas constataam que, no recurso a meios militares, se nota “a presença de uma prática social intersubjectivamente erigida pelos processos de formação da identidade colectiva de cada nação”<sup>186</sup>, de tal modo que Maria Stern chega mesmo a definir a segurança nacional como uma “fairytail”<sup>187</sup> mas que, na verdade, tem efeitos reais na sociedade. Identificando a presença histórica de narrativas que legitimam a guerra, também Jean Bethke Elshtain identifica a história vitoriosa, típica das narrativas do Estado, ao criar a imagem dos *guerreiros justos* e das *belas almas*, na qual o homem surge como protagonista, protegendo heroicamente as mulheres e as crianças, os “inocentes” portanto, do inimigo. De acordo com Elshtain, o consentimento das mulheres relativamente à existência das guerras nestas narrativas é tido como irrelevante e até mesmo indesejável<sup>188</sup>.

Esta noção essencialista de feminilidade, patente na narrativa da *bela alma*, é, deste modo, usada pelo Estado como justificação para a guerra ou razão para lutar pela paz<sup>189</sup>. Entende-se, assim, partindo destes pressupostos, que características associadas com masculinidade como a resistência, a coragem, o poder, a independência e a força física foram, ao longo dos tempos, as mais valorizadas na conduta política, em particular na cena internacional, fazendo com que também a violência e o uso da força sejam aplaudidos e valorizados em nome da defesa nacional<sup>190</sup>.

São estas dicotomias estereotipadas de homem/mulher, público/privado, agressividade/pacificidade que, em contexto de guerra, se tornam ainda mais evidentes e

---

<sup>184</sup> Vicenç Fisas, *Cultura de paz y gestión de conflictos*, Barcelona/Paris, Icaria Editorial, UNESCO, 1998, p. 351 *apud* Tatiana Moura, *Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Armados* [...] p. 47.

<sup>185</sup> Betty Reardon, *Sexism and the War System*, Nova Iorque, Teachers College Press., 1985 *apud* Tatiana Moura, *op. cit.*, p.47.

<sup>186</sup> Juliana Alves da Costa, Lara Martim Rodrigues Sélis e Samuel Alves Soares, *op. cit.*, p. 224.

<sup>187</sup> Maria Stern, *Naming security - constructing identity: Mayan women in Guatemala on the eve of 'peace'*, Manchester, Manchester University Press, 2005, p. 17.

<sup>188</sup> Jean Bethke Elshtain, "Sovereignty, Identity, Sacrifice." *Millenium Journal of International Studies*, nº 3, 1991, (pp. 395-406) *apud* Laura Sjoberg, "Women fighters and the 'beautiful soul' narrative." *International Review of the Red Cross*, Março, 2010, nº 877, p.59, (pp. 53-68).

<sup>189</sup> Laura Sjoberg, *op. cit.*, p. 57; J. Ann Tickner, "You just don't understand [...], p. 627; Jan Jindy Pettman, *Worlding Women: A Feminist International Politics*, Londres, Routledge, 1996, p.99.

<sup>190</sup> J. Ann Tickner, *Gender In International Relations* [...], *cit.*, p.6.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

que, mesmo em tempo de paz, são extremamente importantes para sustentar as actividades militares do Estado<sup>191</sup>. Estas desempenham uma função primordial na perpetuação de valores bélicos que são expandidos a áreas a que tradicionalmente estavam deles desligados, como, por exemplo, negócios privados, políticas governamentais, ou educação e lazer<sup>192</sup> e fazem parte do dito processo de militarização da sociedade. É por isso que, de acordo com Tatiana Moura, “a análise do militarismo a partir da perspectiva do sistema patriarcal contribuiu, portanto, para desmascarar os privilégios de uma forma de masculinidade dominante e hegemónica que operam e existem activamente nas sociedades actuais”<sup>193</sup> atravessando e influenciando toda a nossa rotina diária e as nossas ideologias, estando, por isso, enraizados em quase todos os domínios humanos<sup>194</sup>.

---

### 2.3. A MILITARIZAÇÃO DA SOCIEDADE – O *HOMEM GUERREIRO* E A *BELA ALMA*

---

Em seguimento, do que anteriormente foi exposto, é importante oferecer dois exemplos assentes nas dicotomias existentes, construídas em torno das noções de *Homem* e *Mulher*, e que oferecem uma abordagem àquela que é a atribuição de papéis construídos com base nas noções de masculinidade militarizada, e feminilidade pacífica, que, em contextos de guerra (assim como em contextos de paz) são particularmente visíveis, revelando o essencialismo a elas inerente.

Assim, sendo, atentemos para a reflexão de Cynthia Enloe que, em *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives*, chama a atenção para o facto da militarização penetrar na rotina quotidiana de forma subtil e de diversas formas, mascarada em objectos ou embalagens que usamos diariamente<sup>195</sup>. No já paradigmático capítulo intitulado “How Do They Militarize a Can of Soup”<sup>196</sup>, Enloe fornece um exemplo concreto da comercialização de uma lata de sopa de tomate da marca *Heinz* que possui, no seu interior, pedaços pequenos de massa em forma de satélites que

---

<sup>191</sup> Idem, “You just don't understand [...], cit., p. 627.

<sup>192</sup> Juliana Alves da Costa, Lara Martim Rodrigues Sélis e Samuel Alves Soares, *op. cit.*, p. 225.

<sup>193</sup> Tatiana Moura, *op. cit.*, p. 49.

<sup>194</sup> Idem, *Ibid.*, p. 49.

<sup>195</sup> Cynthia Enloe, *Maneuvers: the International Politics of Militarizing Women's Lives*. Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 2000, p. 2.

<sup>196</sup> Idem, *Ibid.*, p.2.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

reproduzem as naves usadas no, também ele emblemático, filme *Star Wars*. Como argumenta a autora, estas naves dentro de uma lata de sopa, aparentemente inofensiva, são objectos de uma estratégia de *marketing* concebida para atrair a atenção das crianças e contribuir para a interiorização de um conjunto de elementos que fazem parte de um processo de militarização com fins reais, concluindo, “[s]e a militarização é um processo tão persuasivo e resulta, portanto, de tão difícil erradicação é, precisamente, porque as suas formas quotidianas raramente se apresentam como ameaçadoras”<sup>197</sup>. Para Enloe, a “militarização é um processo pelo qual uma pessoa, ou coisa, é progressivamente controlado pelo poder militar ou o seu bem-estar passa a depender de ideias militaristas”<sup>198</sup> e, por isso, quanto mais estas transformam o indivíduo, mais este as começa a ver não só como normais, como até necessárias.

Existe, de facto, uma cultura normalizada em torno da militarização, senão pense-se nos heróis de filmes americanos como *Rambo*, o “símbolo da hipermasculinidade patriótica”<sup>199</sup> que, no oportuno momento do final da guerra do Vietname, surge no grande ecrã com a finalidade, óbvia, de recuperar a moral e o orgulho nacional arrasados pela retirada das tropas americanas do território; reflecta-se, igualmente na quantidade colossal de armas de plástico como as réplicas de artefactos de guerra, destinados a ser parte de brincadeiras e jogos de crianças dispostos nas prateleiras e montras dos grandes centros de comércio e existentes nos supermercados.

Considere-se, ainda a título de exemplo, os videojogos que retratam cenários de guerra como o *Counterstrike*<sup>200</sup> e o *Call of Duty*<sup>201</sup>, fazendo com que, desde cedo, crianças e jovens não só pensem as armas e a violência como normal, como entrem e sejam inseridos num mundo onde, ainda que virtual, é natural o recurso à extrema violência e agressividade. Esta virtualidade é muitas vezes confundida com a realidade, principalmente pelas crianças, mais vulneráveis à sua influência, chegando até mesmo, em alguns casos, a associar as armas e o uso destas como um meio para adquirir prestígio e provar honra e virilidade. A autorização para a comercialização destes jogos não é inocente e pode estar ligada com a necessidade de incitar os jovens, principal e maioritariamente os do sexo masculino, a ingressar no Exército, uma vez que o serviço

---

<sup>197</sup> Idem, *Ibid.*, p.3, (tradução nossa).

<sup>198</sup> Idem, *Ibid.*, p.3, (tradução nossa).

<sup>199</sup> Tatiana Moura *Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Armados* [...], p. 62.

<sup>200</sup> É um jogo de tiro, em primeira pessoa, baseado na guerra do Iraque, no qual equipas de contra-terroristas e terroristas combatem até a vitória.

<sup>201</sup> Distribuído em 29 de Outubro de 2003, é um jogo de tiro, em primeira pessoa, baseado em combates da Segunda Guerra Mundial.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

militar em muitos contextos ocidentais já não é, pelo menos tendencialmente, obrigatório. A comercialização deste tipo de produtos é a expressão máxima do objectivo final inerente ao processo de militarização acima referido, pelo qual os rapazes, desde novos, são *educados para a guerra* e incentivados para a violência ou, pelo menos, para a entender como algo naturalizado e associado ao poder e ao estatuto social.

Os homens não são os únicos que são “militarizados”, sendo que as mulheres integram também o dito sistema de guerra, embora com diferentes papéis e, por isso, são igualmente alvos neste processo de formatação. Enloe analisa a “militarização de Carmen Miranda”<sup>202</sup> operada pelos estúdios cinematográficos no contexto da II Guerra Mundial, quando a administração Roosevelt tentava obter o apoio dos governos sul-americanos. Cármen Miranda aparece nos filmes que eram visionados pelos militares destacados para a guerra e era “vendida” como o ícone latino, elemento e símbolo da união entre o Norte e o Sul do continente americano, ao mesmo tempo que distraía os militares e expandia a sua masculinização, exercendo também o mesmo efeito na vida pública da sociedade americana. Como escreve Enloe, “a actuação de Carmen Miranda como centro de um filme militarizado camuflava a actuação dos homens no cenário político”<sup>203</sup>. A figura feminina surge então conotada com todas as características que o sistema patriarcal e militarista lhe reservou, isto é, como apaziguadora e diplomática, como objecto sexual, como o objecto de entretenimento e como o elemento passivo e neutro da guerra.

Estes exemplos, demonstram que os estereótipos que sustentam o sistema patriarcal na sociedade quotidiana atingem o seu auge nos processos de militarização, tal como a violência é exponenciada em contextos de guerra. Conclui-se assim, e em concordância com o que explana Tatiana Moura, “os estereótipos ou mitos essenciais para a manutenção de um sistema de guerra - o qual permite, normalizar, chegando mesmo a banalizar a violência (em tempo de guerra ou em tempo de paz) – impregnam-se de forma subtil na sociedade, nas nossas vidas e nas nossas casas”<sup>204</sup>.

A prevalência conferida à masculinidade hegemónica associada àquela que é a finalidade última deste processo de militarização, que consiste no treino militar<sup>205</sup> do *Homem Guerreiro*, produz uma dicotomia de género que reflecte uma construção

---

<sup>202</sup> Cynthia Enloe, *Bananas, Beaches and Bases* [...], p.124.

<sup>203</sup> Idem p.332, (tradução nossa).

<sup>204</sup> Tatiana Moura, *op. cit.*, p. 40.

<sup>205</sup> Betty Reardon, *Sexism and the war system* [...] *apud* Tatiana Moura, *op. cit.*, p. 53.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

artificial da realidade, uma vez que esta imagem estereotipada de masculinidade hipersexualizada, heterossexual e homofóbica não se revê na maioria dos homens, excluindo, assim, aqueles que não se encaixam neste perfil, mais uma vez, a maioria<sup>206</sup>. Afinal, e como denota Tatiana Moura, “se os homens fossem naturalmente agressivos, não seria necessária tanta doutrinação ideológica”<sup>207</sup>. Esta é uma ideia cultural, socialmente construída e que, apesar de variar ao longo do tempo e do espaço, não só serve para manter a subordinação feminina, como também para manter o poder dos grupos dominantes sobre as minorias<sup>208</sup>.

Os estereótipos femininos são construídos por oposição aos estereótipos masculinos e, por isso, a legitimação do militarismo depende da vulnerabilização e do silenciamento das mulheres<sup>209</sup>. Este silenciamento, torna invisíveis os papéis das mulheres como participantes activas nos conflitos, mesmo quando estas desempenham funções no Exército e cumprem papéis activos nos palcos de guerra. De facto, o serviço militar feminino é considerado, na maioria das vezes, um desvio da norma e, por isso, as mulheres que participam directamente nas guerras são imediatamente categorizadas e associadas com a masculinidade<sup>210</sup>. Contudo, mesmo nestes casos, é latente uma tentativa de lhes atribuir noções de feminilidade essencialistas, sendo frequentemente caracterizadas como inocentes, necessitando de protecção e sendo afastadas das frentes de batalha devido à sua suposta vulnerabilidade<sup>211</sup>.

Desafiando esta noção e antinomia do protector e da protegida, as críticas feministas vêm demonstrar que, frequentemente, são os protectores que constituem a maior ameaça<sup>212</sup>, uma vez que esta é uma relação de dependência assimétrica que legitima a perpetuação das desigualdades entre os sexos, conduzindo a sentimentos de fraca auto-estima e fraco sentido de responsabilidade por parte das mulheres. Para além disso, esta relação entre protector e desprotegida, que é por definição desigual, incorpora em última análise, uma ameaça ou uso de violência<sup>213</sup>, na medida em que torna as mulheres alvos fáceis de agressão e violência por parte dos homens. De acordo

---

<sup>206</sup> R.W. Connell, *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*, Standford, Standford University Press, 1987 apud J. Ann Tickner, *Gender In International Relations* [...], p.6; Betty Reardon *op. cit.*, p. 30 apud Tatiana Moura, *op. cit.*, p.54.

<sup>207</sup> Tatiana Moura, *op. cit.*, p. 54.

<sup>208</sup> J. Ann Tickner, *Gendering World Politics* [...], cit., p.15.

<sup>209</sup> Tatiana Moura, *op. cit.*, p. 58.

<sup>210</sup> Tatiana Moura, *op. cit.*, p. 58.

<sup>211</sup> Laura Sjoberg, "Women fighters and the [...], cit., pp.60- 61.

<sup>212</sup> J. Ann Tickner, "You just don't understand [...], cit., p. 627.

<sup>213</sup> Jan Jindy Pettman, *Worlding Women* [...], p. 99.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

com Tickner, este tipo de comportamento pode também ser agravado pela misoginia presente durante os treinos militares, onde os soldados são ensinados a lutar e a matar nas guerras, através do apelo e recurso à sua hipermasculinidade <sup>214</sup>.

Assim, em contextos de guerra, as mulheres são particularmente vulneráveis à violência sexual, que é frequentemente utilizada como estratégia militar e arma de guerra, não sendo esta prática, contudo, considerada como tal, perante os estudos convencionais de RI <sup>215</sup>. Para as feministas, no entanto, que se concentram principalmente nas consequências das guerras, o estudo deste tipo de ocorrências é fundamental porque estão ligadas também a um tipo de violência particularmente sistemática e que constituem vulnerabilidades particulares das mulheres. A sua ocorrência e invisibilização é tanto maior quanto maior for grau de hierarquia imposta entre os sexos tornando, por isso, as mulheres ainda mais vulneráveis a situações de violação sexual em sociedades militarizadas, sociedades essas onde a violência contra as mulheres no espaço doméstico ocorre também frequentemente <sup>216</sup>.

A violência tem, no entanto, inúmeras facetas e, por isso, na análise das complexidades a ela inerentes e implícitas nos conflitos, as feministas incluem, forçosamente, e relacionam, também, questões económicas e sociais. Perante a multidimensionalidade destes novos conflitos, uma abordagem às questões de segurança não envolve apenas questões militares, mas preocupa-se também com as dimensões económicas e as questões de violência estrutural <sup>217</sup>. A introdução das questões de Economia Política Internacional nos estudos feministas de RI está também, assim, relacionada com as novas formas de opressão e exploração das mulheres derivadas do capitalismo global. Neste contexto, Charlotte Hooper define um novo modelo de masculinidade hegemónica a que designa de modelo “burguês-racionalista” e que, na sua opinião, tende a ser menos agressivo, mais igualitário e democrático <sup>218</sup> mas que de facto, perpetua as desigualdades entre sexos e por isso, o domínio patriarcal, agora mascarado, na sua versão moderna, de capitalismo liberal.

---

<sup>214</sup> J. Ann Tickner, *op.cit.*, p. 627. Esta desvalorização da feminilidade, já remonta o pensamento de Maquiavel, para quem o outro feminino é a “fortuna”, originalmente uma deusa romana caracterizada pelos seus caprichos e imprevisibilidade e que representa o poder feminino sobre os homens. Para Maquiavel, a forma dos homens conseguirem autonomia das mulheres é através do seu domínio sobre estas. Ver em J. Ann Tickner, *Gender In International Relations* [...], pp. 38-39.

<sup>215</sup> Jan Jindy Pettman, *op. cit.*, p.105.

<sup>216</sup> J. Ann Tickner, *Gender In International Relations* [...], p. 56. No terceiro capítulo, a temática das violações como arma de guerra será explorada em maior profundidade.

<sup>217</sup> J. Ann Tickner, “You just don’t understand [...], *cit.*, p. 626.

<sup>218</sup> Gillian Youngs “Feminist International Relations [...], *cit.*, p. 85.



### 3. PERSPECTIVAS FEMINISTAS SOBRE A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

---

Face à necessidade de compreender e combater a violência estrutural, as análises feministas tiveram que se debruçar sobre questões da Economia Política Global, uma vez que, é neste domínio, que se encontram explicações mais abrangentes relacionadas com a insegurança das mulheres, nomeadamente, o baixo acesso destas a condições mínimas de sobrevivência. Após os conflitos, as mulheres já não se encontram directamente ameaçadas pelos confrontos militares, contudo, são afectadas pelo arrasamento das estruturas sociais e económicas por eles provocados, reduzindo as suas expectativas de vida.

Assim, enquanto as análises feministas sobre a segurança militar focam as estruturas sexuadas e as instituições estatais, as questões de segurança e insegurança económica concentram-se na inter-relação entre as actividades económicas, e os impactos destas, nas vidas das mulheres na esfera privada. Contudo, as inseguranças económicas particulares das mulheres só podem ser compreendidas no contexto das estruturas patriarcais e através da consideração de factores particulares, associados como raça, classe e etnicidade <sup>219</sup>.

A chamada “masculinidade burguesa-racional”, aparece neste cenário de globalização capitalista, caracterizado pela intensificação financeira e pelas ligações de comunicação hipermédia, acentuando as desigualdades económicas e sociais entre homens e mulheres, países ricos e países pobres. Uma vez que a globalização pressupõe que questões de segurança incluam factores económicos é necessário partir, primeiramente, do facto de as expectativas sociais em torno dos papéis de género poderem reforçar as desigualdades económicas entre homens e mulheres <sup>220</sup>, pressupondo, para tal, o uso de género como uma categoria de análise, um meio para estudar a extensão pela qual as oportunidades e escolhas são condicionadas pelas relações sociais nas quais estão inseridas<sup>221</sup>. Como defende Tickner, “[as políticas de género são] um mecanismo para distribuir benefícios e prejuízos sociais; portanto sã

---

<sup>219</sup> J. Ann Tickner, “You just don’t understand [...]”, p. 626.

<sup>220</sup> Jan Jindy Pettman, *op. cit.*, pp. 165-68.

<sup>221</sup> J. Ann Tickner, *op. cit.*, p. 628.



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

cruciais para a análise das políticas globais e económicas.”<sup>222</sup>. Com efeito, os números desproporcionais patentes na divisão internacional do trabalho e na sua assimetria entre homens e mulheres, não podem ser explicados, isoladamente, pelas condições do mercado<sup>223</sup>.

Incidindo na forma como um determinado conjunto de expectativas, associado com o comportamento masculino e feminino, é usado para sustentar e legitimar determinadas práticas das políticas globais, Cynthia Enloe, em *Bananas, Beaches and Bases*, fornece uma das mais bem sustentadas considerações e explicações para o género figurar na Economia Política Internacional. Procedendo à análise de um conjunto de questões como o turismo, o trabalho doméstico e o processamento de zonas de exportação, observa, por exemplo, a forma como os países subdesenvolvidos estão progressivamente mais dependentes do turismo como fonte de rendimento e de como a indústria turística é profundamente sexuada<sup>224</sup>.

O fenómeno da globalização provocou mudanças estruturais profundas na economia e na política internacional, provocando uma série de crises globais - como a dependência comercial, a dívida externa e a reestruturação – que tiveram um particular impacto negativo nas mulheres<sup>225</sup>. As condições impostas aos estados em troca de empréstimos, têm incluído políticas de ajustamento estrutural, desregulamentação financeira e liberalização do comércio, favorecendo indústrias exportadoras e reduzindo os serviços sociais e o apoio público<sup>226</sup>. Estas políticas não se restringem, porém, apenas aos países pobres do terceiro mundo. Nos países comunistas, assim como naqueles que transitam para o sistema capitalista<sup>227</sup>, a mercantilização tem efeitos similares, nomeadamente na remoção da provisão estatal de muitos serviços que apoiavam as mulheres trabalhadoras<sup>228</sup>. Estas mudanças no sistema internacional tiveram, de facto, efeitos dramáticos sobretudo nas mulheres, uma vez que os cortes nos serviços do Estado, como os que tiveram lugar na saúde, na educação e na segurança social, afectam especialmente as oportunidades de trabalho e as condições sócio-económicas das mulheres. Afinal, a feminização da pobreza continua a ser uma realidade globalizada.

---

<sup>222</sup> J. Ann Tickner, *Gendering World Politics* [...], p. 134, (Tradução nossa).

<sup>223</sup> Idem, “You just don’t understand [...], p. 628.

<sup>224</sup> Cynthia Enloe, [Bananas, Beaches and Bases...], p. 33.

<sup>225</sup> Jan Jindy Pettman, *Gender Issues* [...], p. 589.

<sup>226</sup> Idem, *Ibid.*, p. 589.

<sup>227</sup> Os países ocidentais são também cada vez mais afectados por estas políticas, sendo alvo de uma cada vez menor regulação económica e de cortes na segurança social e investimento público. Idem, *Ibid.*, p. 590.

<sup>228</sup> Idem, *Ibid.*, p. 590.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Além disso, as mulheres são, em quase todo o mundo, esmagadoramente responsáveis pela manutenção e cuidado da família e das suas casas tendo, muitas vezes, que compensar, através do seu tempo ou do seu trabalho, a falta de prestação de cuidados quando o suporte e apoio do estado são reduzidos ou removidos. O custo da globalização não é uniformemente distribuído, uma vez que a feminização da pobreza diagnostica a proporção crescente de mulheres que vivem abaixo do limiar de pobreza.

Este panorama faz parte de uma tendência mundial que suscita crescentes reivindicações e tentativas de acção de mulheres, um pouco por todo o mundo. Maria Mies e Vandava Shiva na obra *Ecofeminismo* procedem a um levantamento exaustivo dos impactos sociais, económicos e ecológicos que a globalização capitalista exerce, sobretudo nas mulheres. As autoras explicam que todas as estratégias de desenvolvimento são baseadas na suposição explícita ou implícita de que o modelo de “boa vida” é o que prevalece nas sociedades abundantes do Norte, designadamente, os Estados Unidos da América, a Europa e o Japão. Denotam, assim, que estas sociedades sustentam a crença de que todos os países, mais cedo ou mais tarde, vão seguir a mesma via de industrialização, e enfrentar o progresso tecnológico e a acumulação de capital, tal qual se verificou no Ocidente, através do processo de desenvolvimento a que se apelida de *catching-up*. Ora, a situação actual dos países subdesenvolvidos, mostra-nos que o desenvolvimento *catching-up* é um mito, pois em nenhum destes ela conduziu ao objectivo “esperado” e “desejado”<sup>229</sup>.

A partir da década de 70<sup>230</sup>, as críticas feministas e as Organizações não-governamentais (ONGs), tornaram visível o facto dos planos de desenvolvimento negligenciarem as mulheres, nomeadamente os seus papéis como trabalhadoras, proprietárias na subsistência e na produção familiar. Estas críticas revelaram que as mulheres eram diferentemente afectadas pelo desenvolvimento, perdendo, frequentemente, o acesso à terra e aos recursos e ficando encarregues de assumir encargos adicionais no trabalho. Foi também demonstrado que os resultados das políticas de desenvolvimento foram afectados pelas já existentes relações de poder, incluindo aquelas que se interligam directamente com as noções de natureza do trabalho das mulheres<sup>231</sup>.

---

<sup>229</sup> Maria Mies e Vandava Shiva, *op. cit.*, p. 78.

<sup>230</sup> Em 1975, é declarada a Década da Mulher pelas Nações Unidas. Jan Jindy Pettman, *op.cit.*, p. 589.

<sup>231</sup> Idem, *Ibid.*, p.589.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Face a isto, têm vindo a surgir cada vez mais mulheres a liderar e a participar em várias formas de activismo e movimentos sociais, inclusivamente, nos movimentos globais de mulheres que apostam na criação de redes políticas globais, tentando exercer pressão e criar forças nos processos de reconstrução de paz e de democratização, entre outros<sup>232</sup>. Desenvolvendo estratégias criativas, estas activistas exercem um importante papel e dão visibilidade às identidades e vidas das mulheres, contribuindo para o seu *empoderamento* e emancipação. O trabalho feminista, que tem vindo a ser desenvolvido sobre a globalização, foca as dinâmicas locais e globais e nas suas conexões, sobretudo, nos papéis que as mulheres desempenham nestes processos<sup>233</sup>.

Assim, concluímos que, tanto as teorias ou posições feministas, como as organizações de mulheres, nos fornecem perspectivas que contribuem para uma visão mais inclusiva da globalização<sup>234</sup> o que, no próximo capítulo, se abordará em maior profundidade.

Deste modo, seguidamente focar-se-á o emblemático e inspirador exemplo das *Mulheres de Negro de Belgrado* que, contrapondo-se ao nacionalismo militarista sérvio, conseguiram desenvolver grupos de trabalho em rede, criar estratégias locais eficazes de apoio às mulheres, ao mesmo tempo que pressionavam os organismos internacionais para a introdução das suas preocupações e reivindicações nas agendas internacionais.

Antes de dar a conhecer o trabalho e o activismo antimilitarista por elas desenvolvido, é importante situar a sua acção no contexto dos conflitos que tiveram lugar nos Balcãs, assim como o contexto pós-guerra, particularmente no que concerne à situação actual das mulheres da região, para que possamos compreender melhor as vertentes da globalização, uma vez que estas estão profundamente relacionados com o objecto de estudo em questão.

---

<sup>232</sup> Gillian Youngs "Feminist International Relations [...], pp. 86-87.

<sup>233</sup> Idem, *Ibid.*, p. 87.

<sup>234</sup> Jan Jindy Pettman, *op.cit.*, p. 582.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

### CAPÍTULO III – OS CONFLITOS E O PÓS-GUERRA NAS REPÚBLICAS EX-JUGOSLAVAS – ESTRATÉGIAS FEMINISTAS E MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA ANTIMILITARISTAS

---

“A tragédia dos Balcãs ainda não escreveu o seu epílogo...”<sup>235</sup>

O final da Guerra Fria e o desmantelamento do Bloco Soviético acabaria com a bipolaridade da política internacional que, desde o fim da segunda guerra mundial, havia proporcionado um equilíbrio entre os estados europeus, sendo a fase que a precedeu caracterizada por um clima pacífico de ausência de conflitos no continente. O ressurgimento de alianças multilaterais e a transição da URSS para um estado democrático capitalista, neste contexto, iriam proporcionar o declínio dos já fragilizados socialismos de Leste, que, isolados, foram entrando numa crise económica cada vez mais profunda. Nos Balcãs, em particular, assolava um clima de intensa frustração social criada pelas sucessivas crises económicas, que teve como reacção o reemergir dos velhos nacionalismos que haviam despoletado os conflitos na região nas duas primeiras guerras e que provocariam a desintegração da Jugoslávia.

Ao contrário do que Francis Fukuyama viria a afirmar, a história não terminaria com a queda do comunismo pelas mãos de Gorbachev<sup>236</sup>. Este “desfecho da história” traria, pelo contrário, acontecimentos advindos das consequências previsíveis de um cenário característico de situações de transição política e económica: o reacendimento de velhas paixões nacionalistas e a cobiça das grandes potências, ansiosas para exercer a sua influência nas novas economias recém-capitalistas. Ambos os factores iriam fazer aumentar as tensões étnicas, políticas, económicas e sociais, desencadeando violentos conflitos numa região, outrora, marcada pela coexistência pacífica de várias etnias na Jugoslávia socialista.

---

<sup>235</sup> Palavras do jornalista e historiador Carlos dos Santos Pereira em entrevista no Jornal das 9, na *Sic Notícias*, a 29 de Julho de 2008. Nesta entrevista, Carlos Santos Pereira comenta aos protestos desse mesmo dia em Belgrado contra a extradição para o Tribunal Internacional de Justiça, em de Haia, do ex-líder sérvio-bósnio Radovan Karadžić, acusado de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio. Estes protestos, organizados pela oposição nacionalista sérvia, reuniram cerca de 15 mil pessoas. “*Sic Notícias*”, [sapo.pt](http://sapo.pt), 29 de Julho de 2008, disponível em, <http://videos.sapo.pt/nSzEuLtKcO8aHZRJQDlC> (acedido em 25 de Novembro de 2011).

<sup>236</sup> Ver o livro de Francis Fukuyama sobre esta questão: *The End of History and the Last Man*, Nova Iorque, Free Press, 1992.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Deste modo, a multipolaridade emergida da nova ordem mundial, fundada com a vitória do capitalismo sobre o socialismo, esteve longe de constituir uma base sólida para a construção da paz mundial, nem mesmo, até, na Europa: o apoio internacional às distintas forças reaccionárias nos Balcãs<sup>237</sup> contribuiu para os sangrentos conflitos que levaram à desintegração jugoslava, nomeadamente o sangrento massacre de Srebrenica – o maior desde a 2ª guerra mundial. As respostas violentas das intervenções da NATO na região fizeram da crise humanitária um completo desastre humanitário, transformando a zona num autêntico “terreno de ensaio” para o seu Novo Conceito Estratégico. Os mesmos Balcãs que, no início do século XX, foram cenário do atentado a Sarajevo, que deu origem à I Guerra Mundial, constituíram, uma vez mais, “a área em que se traça a ferro e fogo essa nova ordem de contornos ainda indefinidos”<sup>238</sup>, deitando por terra o orgulho da Europa ao se assumir como uma região pacífica, uma vez que “o colapso violento e espasmódico da defunta federação jugoslava seria, com efeito, o grande revelador dos equívocos e dos podres do planeado edifício europeu”<sup>239</sup>.

O jornalista e historiador Carlos Santos Pereira, no prefácio da 3ª edição do seu livro *Da Jugoslávia à Jugoslávia: os Balcãs e a Nova ordem europeia* (1999) afirma incisivamente,

“A 14 de Dezembro os acordos de Dayton [1995] garantiam a presença da NATO no terreno e prometiam a paz definitiva à Bósnia e uma nova era de estabilidade a toda a área dos Balcãs. [...] Quase quatro anos mais tarde, a tragédia do Kosovo enche de novo as primeiras páginas [...] Invocando o conflito entre sérvios e albaneses, a NATO bombardeia impiedosamente a Jugoslávia, o Kosovo mergulha no caos, a Bósnia vive

---

<sup>237</sup> União Democrática Croata. Partido de Franco Tudjman: apoiado pela Alemanha, pelo Vaticano e *Opus Dei* e pela extrema direita internacional; Partido de Acção Democrática. Partido de Alia Itzezbegovic : apoiado pelos Estados Unidos e pelos regimes muçulmanos integristas (Sudão, Irã, Kwait, Arábia Saudita); Partido Radical Sérvio. Partido de Seselj apoiado pela extrema direita internacional - dos ultradireitistas russos de Zirinovsky à Frente Nacional francesa de Le Pen; Exército de Libertação de Kosovo: apoiado pela Alemanha e pelo partido fascista albanês de Sali Berisha ; Partido Croata do Direito, Nova Direita Croata, etc. Forças croatas abertamente nazistas de Tudjman. São apoiados pelas forças mais nazistas do mundo, da Alemanha, Áustria, países bálticos, Bégica, etc ; Partido Democrático Sérvio: Partido de Karadzic na Bósnia. Inicialmente apoiado por Milosevic. Depois recebe apoio de um pequeno lobby da direita francesa, do nacionalismo russo e eslavo, do sionismo israelita e dos extremistas da Sérvia. Jose Antonio Egido, "Jugoslávia, Capitalismo, Barbárie e Mentiras", Angelfire, Outubro 1998, Disponível em <http://www.angelfire.com/mt/cebraspo/encarte.html> (acedido em 15 de Dezembro de 2011).

<sup>238</sup> Carlos Santos Pereira, *Da Jugoslávia à Jugoslávia: os Balcãs e a nova ordem europeia*, Lisboa, Edições Cotovia, 1999, p.10.

<sup>239</sup> Idem, *Ibid.*, pp. 16-17.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

cada vez mais na tensão e na incerteza, todo o quadro regional está de novo à deriva e a própria ordem internacional ameaçada”<sup>240</sup>.

Constituindo um dos maiores focos de tensão das duas grandes guerras e que, ainda hoje, continua a ser palco de instabilidade e de intervenção militar – mais concretamente na Bósnia e no Kosovo – a situação dos Balcãs denuncia, de uma forma flagrante, que a nova ordem mundial é mantida através da violência e do imperialismo político, que tem a NATO como seu executor exponencial. A tentativa de restabelecimento da Paz advogada pelas principais potências e mecanismos internacionais, mostrou-se, de facto, fracassada, tal como escreve Carlos Santos Pereira:

“[D]os grandes objectivos anunciados em Dayton – reconciliação entre os beligerantes de ontem, regresso dos refugiados, estabilização política, reconstrução económica da Bósnia – nenhum parece ter-se cumprido. A missão de paz da NATO parece ter resvalado para uma pura ocupação militar”<sup>241</sup>.

As intervenções militares da NATO provam, assim, que a velha ordem internacional não morreu, e que o Ocidente está mais disposto do que nunca a firmar bem as suas fronteiras face ao inimigo económico russo, aproveitando-se da fragilidade balcânica para aí exercer a sua influência a Leste e construir os “novos muros da Europa”<sup>242</sup>.

No entanto, enquanto isso, as mulheres desta região, compõem a população civil que mais foi afectada pelos confrontos nacionalistas e pelos ódios étnicos, tendo sido violentamente mortas, brutal e sistematicamente violadas durante os conflitos, e que, terminada a guerra, são as que também mais sofrem com as mudanças estruturais das políticas de transição, sendo particularmente afectadas pelo desemprego, e condições degradantes de vida, para além de todos os tipos de violência que as envolve numa sociedade patriarcal. Esta conjuntura, no seu total, instiga-nos a pensar que, se os Balcãs podem ser considerados como os espólios da guerra fria, as mulheres foram, sem dúvida, os espólios das guerras e da violência dos Balcãs.

---

<sup>240</sup> Idem, *Ibid.*, p. 9.

<sup>241</sup> Idem, *Ibid.*, p. 9.

<sup>242</sup> Esta expressão figura no título de uma obra posterior de Carlos Santos Pereira: *Os novos muros da Europa: a expansão da NATO e as oportunidades perdidas do pós-Guerra Fria Lisboa*, Edições Cotovia, 2001.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

### 1. NACIONALISMO ESTATAL COMO MOTOR DO ÓDIO ÉTNICO E VIOLÊNCIA COMO SINTOMA E CAUSA DO PATRIARCADO

---

Como já vimos, os Balcãs constituem uma região historicamente marcada por conflitos étnicos, tendo sido palco de vários confrontos, em diferentes momentos, ao longo do tempo. Contudo, após a derrota dos nazis na sua tentativa de invadir a Sérvia, o marechal comunista Josip Broz Tito, que havia liderado o movimento de resistência – os *partizans* – sobe ao poder e reunifica a Jugoslávia, constituída por seis repúblicas – Eslovénia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro, Macedónia e Sérvia<sup>243</sup> – desta vez sob uma estrutura federal<sup>244</sup>. Para isso, Tito criou políticas de integração e de impulso à multietnicidade estatal que erradicassem as tensões nacionais internas, que haviam causado os conflitos étnicos na região. Conjugando a libertação, a revolução social e a reunificação, assente no lema “Bratstvo e jedinstvo” – Fraternidade e unidade – serviu-se de uma tática que “tanto explora a tragédia da ocupação nazi, como os dramas do reino jugoslavo e as divisões e rivalidades étnicas” numa “hábil combinação do modelo ideológico e organizacional soviético com a política austro-húngara para as nacionalidades”<sup>245</sup>.

Para promover a coexistência étnica essencial à existência de uma Jugoslávia unificada, os casamentos etnicamente mistos foram, de facto, largamente incentivados pelas políticas titistas. Assim, de acordo com Maya Korac, durante os 50 anos da Jugoslávia comunista, “as comunidades multiétnicas” não só eram “zonas de coexistência multiétnica pacífica”, como também de “uma coesão genuína”<sup>246</sup>. Na verdade, e como frisa Korac, “os casamentos etnicamente mistos eram uma das mais significativas características demográficas e culturais da sociedade jugoslava”<sup>247</sup>, exprimindo relações pacíficas e de coexistência entre as etnias da região. Contudo, a

---

<sup>243</sup> A Sérvia contém ainda duas províncias autónomas Vojvodina e Kosovo. Lepa Mladjenovic, e Donna M. Hughes, “Feminist resistance to War and Violence in Serbia.” in Marguerite R. Waller e Jennifer Rycenga *Frontline Feminism: Women, War, and Resistance*, Nova Iorque, Routledge, 2001, p. 242, (pp. 241-270).

<sup>244</sup> Carlos dos Santos Pereira, *op.cit.*, p. 130.

<sup>245</sup> Idem, *Ibid.*, p. 128.

<sup>246</sup> Maya Korac “War, Flight, and Exile: Gendered Violence among Refugee Women from Post-Yugoslav States” in Wenona Giles e Jennifer Hyndman, *Sites of Violence: gender and Conflict Zones* Berkeley and Los Angeles, California, University of California Press, 2004. p. 251, (pp. 249-272).

<sup>247</sup> Idem, *Ibid.*, p. 251.



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

crise económica instaurada, juntamente com as pressões internacionais após o desmantelamento do bloco socialista de Leste, iriam gerar um clima intenso de frustração propício ao emergir de aspirações nacionalistas, das quais a classe burguesa se soube aproveitar, lançando uma verdadeira campanha de incentivo ao ódio étnico através dos meios de comunicação.

Esta conjuntura, que demonstra os primeiros sinais de crise na federação, agravar-se-ia com a morte de Tito em 1980, com o sucessivo desmantelamento do Jugoslávia comunista e com a ascensão ao poder de Slobodan Milošević que, em 1989, é eleito Presidente da República jugoslava da Sérvia<sup>248</sup>. Rapidamente, Milošević, aproveitando-se da onda ultranacionalista que a classe burguesa ajudou a instaurar, ansiando ocupar lugares no governo após o vazio de poder advindo da desintegração da Jugoslávia, lança uma estratégia de poder cujas “ambições ultrapassam largamente as fronteiras da Sérvia”<sup>249</sup>. Aproveitando-se de factores internos e externos, Milošević irá fomentar a exaltação nacionalista e reavivar os sentimentos dos sérvios em torno da ideia da “Grande Sérvia”, que no período de 1991 a 2000, irá ser revestida de agressivas campanhas militares contra a Eslovénia, Croácia e Bósnia e Herzegovina, entre 1991 e 1995 após estas declararem a sua independência, e contra os albaneses no Kosovo, onde o regime de *apartheid*, contra estes levado a cabo pelo regime sérvio depois de 1989, se transforma numa violenta limpeza étnica<sup>250</sup>.

Os esforços do nacionalismo sérvio em criar territórios nacional e etnicamente puros, largamente através do controlo estatal dos média, caminharam no sentido de fazer as pessoas odiarem aqueles/as que eram diferentes<sup>251</sup>, através da construção de uma “comunidade altamente imaginada, habitada por pessoas cujas identidades tinham pouco a ver com os atributos históricos e geográficos”<sup>252</sup> das aspirações nacionalistas. Esta foi construída designadamente em programas de televisão, que exploraram a vitimização dos sérvios, ao relembrar dramaticamente os crimes de guerra de que foram vítimas, por exemplo, nas mãos dos croatas durante a II Guerra Mundial. Enquanto as histórias das derrotas e vitimizações sérvias eram rejuvenescidas, todos os “outros” se tornaram potenciais ameaças para a Sérvia: a população de etnia albanesa no Kosovo, os

---

<sup>248</sup> Carlos Santos Pereira, *op.cit.*, p. 155.

<sup>249</sup> Idem, *Ibid.*, p. 155.

<sup>250</sup> Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes. "Feminism Resistance to War and Violence in Serbia" in Marguerite R. Waller e Jennifer Rycenga, *Frontline Feminisms: Women, War, and Resistance*, pp. 241-270, Nova Iorque, Routledge, 2001, p. 244.

<sup>251</sup> Idem, *Ibid.*, p. 245

<sup>252</sup> Idem, *Ibid.*, p. 245



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

eslovenos da Eslovénia e os croatas e muçulmanos da Croácia e da Bósnia-Herzegovina<sup>253</sup>. Para além disso, numa verdadeira “limpeza cultural”, o regime sérvio procedeu ao apagamento histórico de monumentos, livros, obras de arte e todo o tipo de elementos considerados não sérvios, tendo sido a seguir descrita em novos livros para incluir a visão nacionalista da história<sup>254</sup>. Estas visões contribuíram para gerar a desconfiança e ódio mútuos e para que as pessoas aceitassem a guerra e a violência como uma solução legítima para as tensões existentes, as quais originariamente não possuíam, de todo, uma componente étnica<sup>255</sup>.

As mulheres da região, que simbolicamente representam a confluência das misturas étnicas e sendo vistas como as reprodutoras das mesmas, irão ser as primeiras a ser “atacadas por aqueles que querem purificar as suas origens, livrar-se dos outros, e negar os outros”<sup>256</sup>. Irão, por isso, ser alvo de controlo das suas relações matrimoniais, procriação, e sexualidade, que tenderá a ser elevada na agenda nacionalista<sup>257</sup>. De acordo com Nira-Yuval Davis, a centralidade das mulheres, neste processo, está intrinsecamente relacionada com as suas funções como reprodutoras biológicas e como cultivadoras da cultura dos limites das colectividades étnico-nacionais das suas ideologias<sup>258</sup>.

Deste modo, o nacionalismo militarista sérvio insistia que as mulheres deveriam ter mais filhos para que a nação se pudesse defender na guerra, fazendo com que a maternidade para as estas se tivesse tornado uma obrigação, e não uma opção livre. Foi assim que “a sexualidade das mulheres na Sérvia começou a ser controlada e reduzida à procriação”<sup>259</sup>, ao mesmo tempo que os nacionalistas criavam restrições legais ao aborto<sup>260</sup>. Para além disso, a falta de informação em controlo de natalidade e a inexistência de um fornecimento consistente e adequado de contraceptivos, seria

---

<sup>253</sup> Idem, *Ibid.*, p. 245.

<sup>254</sup> Idem, *Ibid.*, p. 246.

<sup>255</sup> Mirjana Morokvasic Müller, "From Pillars of Yugoslavism to Targets of Violence: Interethnic Marriages in the Former Yugoslavia and Thereafter" in Wenona Giles e Jennifer Hyndman, *Sites of Violence: Gender and Conflict Zones*, Berkeley and Los Angeles, California, University of California Press, 2004, p. 142, (pp. 134 – 151).

<sup>256</sup> R. Ivekovic, “ Femmes, Nationalisme et Guerre” in *Peuples Méditerranéens*, nº61, Outubro-Dezembro, 1992, p. 191, (pp. 185-200) apud Mirjana Morokvasic Müller *op. cit.*, p.143.

<sup>257</sup> Nira Yuval-Davis, *Gender and Nation*, Thousand Oaks, Calif., Sage, 1997, p. 23 apud Mirjana Morokvasic Müller *op. cit.*, p. 143.

<sup>258</sup> Nira Yuval -Davis e Floya Anthias (eds.), *Women-Nation-State*, Nova Iorque, Macmillan, 1989 apud Maya Korac, *op. cit.*, p. 252.

<sup>259</sup> Stasa Zajovic, “Militarism and Women in Serbia”, Dezembro, 1991 in *Anthology*, 1993, p. 26 apud Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes, *op. cit.*, p. 247.

<sup>260</sup> O discurso nacionalista na Sérvia compara, inclusivamente, o número de abortos com o número de soldados mortos nas guerras. Idem, *Ibid.*, p. 247.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

agravado com as sanções internacionais impostas à Sérvia devido às agressões a outras repúblicas, o que impediu os contraceptivos de serem importados, durante esta altura<sup>261</sup>.

Durante os conflitos, o nacionalismo sérvio criou efeitos verdadeiramente catastróficos para as mulheres da região, uma vez que é nos cenários de guerra que se manifesta a expressão mais horrenda dos abusos e violência a que são submetidas as mulheres e raparigas, principalmente os casos de violação e violência sistemática usadas como arma de guerra, que consiste no “uso criminoso da sexualidade com fins de destruição moral e política do inimigo colectivo do conflito”<sup>262</sup>. Na verdade, a violação é, em termos simbólicos, “o método mais pertinente de ‘purificação étnica’”, aquele que pretende destruir por completo a ligação de uma determinada etnia com o futuro, podendo ser definido, em termos antropológicos, como “uma tentativa de intervir contra o elo de ligação, de quebrar a continuidade, seccionando-a por meio da violência através do ventre das mulheres”<sup>263</sup>. A violação dirige-se assim, simbolicamente, a toda a comunidade, uma vez que “as mulheres são vistas em muitas sociedades como as guardiãs da honra e da identidade”<sup>264</sup>.

O acto da violação em si está relacionado com a dimensão de absorção das mulheres do grupo atacado pelo grupo agressor e, na maioria das vezes, implica a eventualidade do nascimento de uma criança para a nação violadora. As mulheres são, assim, vistas como meros receptáculos de transmissão patrilinear no seio da Nação, e por isso são as principais vítimas dos nacionalismos, que são uma consequência directa daquela. De facto, abuso sexual e a violência contra as mulheres foram centrais nas planeadas políticas de “limpeza étnica” levadas a cabo nas guerras da Croácia e na Bósnia- Herzegovina<sup>265</sup>.

A chamada limpeza étnica, é, de acordo com Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes, um termo que inclui a violação, para além da aniquilação, ou expulsão das pessoas de diferentes etnias e tem a definição legal de genocídio – “a tentativa de destruir, inteiramente ou de forma parcial, um determinado grupo nacional, étnico, racial ou religioso”<sup>266</sup>. Uma vez que o objectivo da “limpeza étnica” é a criação de uma

---

<sup>261</sup> Idem, *Ibid.*, p. 247.

<sup>262</sup> Véronique Nahoum-Grappe, "As violações: uma arma de guerra" in Christine Ockrent, *O livro negro da condição das mulheres*, Ana Patrícia Xavier e Sérgio Coelho (trad.), Lisboa, Temas e Debates, 2007, p. 51, (pp. 51-65).

<sup>263</sup> Idem, *Ibid.*, p. 55.

<sup>264</sup> Tatiana Moura, "Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Violentos." *Dissertação de Mestrado em Sociologia*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2003, p. 134.

<sup>265</sup> Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes, *op. cit.*, pp. 247-248.

<sup>266</sup> Idem, *Ibid.*, p. 247.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

população etnicamente e nacionalmente pura, a gravidez forçada de mulheres não sérvias constituiu uma das características mais visíveis da ideologia nacionalista sérvia. É certo que todas as partes dos conflitos praticaram estas atrocidades, e por isso “mulheres de todas as nacionalidades foram violadas”, mas a verdade é que “as mulheres muçulmanas encontravam-se desproporcionalmente entre as vítimas e os paramilitares sérvios desproporcionalmente entre os violadores”<sup>267</sup>. A gravidez forçada de mulheres não-sérvias foi também usada como arma de nacionalismo e limpeza étnica na campanha de violência contra as mulheres na Bósnia.

Podemos constatar assim, que a violência usada contra os grupos étnicos é altamente sexuada: enquanto os homens são sequestrados, mortos ou torturados, as mulheres, como símbolos da nação, representativas das fronteiras nacionais, são violadas<sup>268</sup>, podendo, neste caso, ser aceites, absorvidas ou assimiladas pelo grupo agressor. No entanto, estas também podem experienciar a rejeição pelas respectivas comunidades, principalmente as mulheres casadas com homens de outras etnias, que “são potenciais vítimas de violência tanto por homens pertencentes ao seu grupo étnico, como pelos seus maridos, como por outros que as vêem como mulheres do inimigo”<sup>269</sup>.

As mulheres são também vistas como um alvo fácil de vingança dirigida directamente aos homens do seu grupo, ou aos homens inimigos com os quais estas contraíram matrimónio. Desta forma, as políticas de exclusão do nacionalismo étnico têm um impacto ainda maior nas mulheres provenientes ou inseridas em casamentos interétnicos, ou naquelas que se recusam a exprimir a sua identidade em termos de uma única nação étnica<sup>270</sup>, sendo consideradas duplamente traidoras, uma vez que eram frequentemente rejeitadas como “outras por um grupo e desleais pelo outro grupo”<sup>271</sup>. Esta ideia é muitas vezes traduzida na estigmatização pública das mulheres que cruzam as linhas demarcadas entre colectividades étnico-nacionais, seja porque têm filhos provenientes de casamentos mistos, seja por se recusarem a identificar-se exclusivamente de acordo com os seus “laços de sangue”<sup>272</sup>.

Uma vez que a maioria das comunidades da Jugoslávia eram etnicamente mistas, as políticas nacionalistas resultaram, em fins de 1993, no deslocamento de 559, 000 refugiados/as registados/as e 150.000 não registados/as no território da República

---

<sup>267</sup> Idem, *Ibid.*, p. 248.

<sup>268</sup> Mirjana Morokvasic Müller, "From Pillars of Yugoslavism [...], cit., p. 143.

<sup>269</sup> Idem, *Ibid.*, p. 144.

<sup>270</sup> Maya Korac, "War, Flight, and Exile [...], cit., p. 250.

<sup>271</sup> Mirjana Morokvasic Müller *op. cit.*, p. 135.

<sup>272</sup> Maya Korac, *op. cit.*, p. 253.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Federal da Jugoslávia dos quais predominantemente mulheres e crianças, e nas quais as primeiras representavam 84% da população adulta refugiada<sup>273</sup>. Cidadãos e cidadãs foram forçados /as a abandonar as suas casas<sup>274</sup>. Neste contexto, as mulheres refugiadas constituíam a grande parte da população deslocada, sendo colocadas em situações de extrema insegurança e vulnerabilidade a todo o tipo de abusos. São frequentemente assediadas e consideradas um fardo<sup>275</sup>, fazendo do local de exílio, um local que carrega características de uma zona de guerra, particularmente para as mulheres de nacionalidades pertencentes a minorias étnicas. A maioria destas mulheres enfrenta um medo constante pelas suas vidas ou pela segurança dos seus filhos, dos quais frequentemente são separadas à força<sup>276</sup>. Muitos foram os casos de famílias que enviaram seus filhos para orfanatos ou campos de refugiados para os manter em segurança durante um tempo que esperavam fosse curto. No entanto, na maioria das vezes, as famílias não se voltam a juntar. Este desenraizamento e arrasamento total dos laços familiares deixam marcas profundas e irreparáveis nas vidas das mulheres, que são ainda forçadas a viver isoladas em campos de refugiados sem condições dignas de sobrevivência, ou a tentar abandonar o país sem perspectivas de regresso<sup>277</sup>.

Podemos assim concluir que o nacionalismo, tal como a edificação do Estado-nação a ele subjacente, é criado à custa da subordinação e objectificação das mulheres, que, consideradas como portadoras simbólicas da identidade colectiva, carregando o fardo da representação, são, ao mesmo tempo, quem constitui os alvos de violência agressora. A sua condição fica, assim, resumida a uma das opções que compõem a dicotomia – protegida/ agredida – presentes na construção identitária das mulheres nas guerras, tal como mencionado no capítulo anterior<sup>278</sup>. No entanto, as ideologias étnicas e nacionais, que geram as limitações que desencadeiam situações negativas para as mulheres, são construídas artificialmente pela burocracia e outros aparatos estatais que propagam aspirações que raramente se relacionam com as opiniões e vontades das mulheres.

Para explicar a forma com é o Estado que dita a natureza dos valores étnicos nacionais hegemónicos na sociedade, Nira Yuval-Davis relaciona a teoria do contrato

---

<sup>273</sup> De acordo com relatórios reportados pela Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Cf. Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes, *op. cit.*, p. 249.

<sup>274</sup> Maya Korac, *op. cit.*, p. 252.

<sup>275</sup> Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes, *op. cit.* p. 250.

<sup>276</sup> Maya Korac, *op. cit.*, p. 252.

<sup>277</sup> Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes, p. 249.

<sup>278</sup> Cf. pp. 49-50.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

sexual, de Carole Pateman<sup>279</sup>, com a teoria do nacionalismo. Desta forma, Davis defende que, tanto o Estado-nação, emergido pela ideia do contrato social, como as concepções do nacionalismo, sempre pertenceram à esfera pública, tendo as mulheres, por isso, sido excluídas também deste domínio<sup>280</sup>. Portanto, assim como Pateman afirma que a subordinação das mulheres está na base da ordem social, também o nacionalismo se constrói na base do silenciamento, subordinação ou absorção das mulheres, o que tem sido largamente ignorado e silenciado nos estudos convencionais sobre nacionalismo, mas que as feministas têm tentado remediar demonstrando que o género é central no projecto de configuração da identidade nacional<sup>281</sup>. No reforço desta ideia, atentemos para a afirmação de Jan Jindy Pettman, que considera que a relação entre mulheres e nacionalismo não pode ser mais do que um casamento infeliz, argumentando que,

“a nacionalidade e a cidadania, tal como a raça e a etnicidade, são categorias instáveis e identidades contestadas. Elas são todas identidades sexuadas e as construções das mulheres, dentro ou fora das suas fronteiras, fazem parte dos processos de formação identitária”<sup>282</sup>.

Contudo, é precisamente esta contestabilidade e instabilidade que cria um escopo para a mudança, onde, através de uma consciência feminista, algumas mulheres se conseguiram organizar e mobilizar no sentido de alertar para o perigo dos neo-nacionalismos actuais, principalmente quando estes tendem a ser acompanhados por um processo de militarização extremo que coloca prioridade sobre a sobrevivência nacional em detrimento da segurança da população, particularmente das mulheres. De facto, a militarização dos movimentos nacionalistas apenas privilegia os homens, silenciando as mulheres críticas das práticas e atitudes patriarcais<sup>283</sup>. Precisamente por isso, numa sociedade patriarcal como a sociedade sérvia, onde o modelo de agressividade masculino não só é tolerado como encorajado, a violência ultrapassa as áreas onde

---

<sup>279</sup> Cf. a teoria do contrato social-sexual de Carole Pateman nas pp. 33-36.

<sup>280</sup> Nira Yuval Davis "Gender and nation" in Rick Wilford e Robert L. Miller, *Women, ethnicity and nationalism: the politics of transition*, Londres, Routledge, 1998, p.23, (pp. 23-35).

<sup>281</sup> Rick Wilford, "Women, ethnicity and nationalism: surveying the ground" in Rick Wilford e Robert L. Miller (eds), *Women, ethnicity and nationalism: the politics of transition*, Londres, Routledge, 1998, p. 8, (pp. 1-22).

<sup>282</sup> Jan Jindy Pettman, *Worlding Women: A Feminist International Politics*, Londres, Routledge, 1996, p. 62.

<sup>283</sup> Cynthia Enloe, *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*, Londres, Pandora, 1989, p. 58.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

existem conflitos militares, exprimindo outros actos violentos, inclusivamente a moralmente justificada violência doméstica. Assim, e de acordo com Zorica Mrsevic:

“A violência é um sintoma do patriarcado e a sua causa, tanto uma consequência própria do patriarcado, como um dos meios mais eficazes para manter o sistema patriarcal, tanto uma consequência da guerra, como uma das suas causas. A violência doméstica está, portanto, presa num círculo vicioso de mútua consequência e causa, juntamente com o patriarcado e com guerra<sup>284</sup>.”

Conscientes de que, apesar de existirem outros factores por detrás da guerra e do violento nacionalismo militarista da Sérvia, as feministas defendem que a violência doméstica, exercida sobre as mulheres sérvias, contribuiu significativamente para a expansão de comportamentos violentos no campo de batalha, da mesma forma que a guerra contribuiu para o aumento da violência doméstica na Sérvia. Por isso, algumas feministas de Belgrado, em rede com outras mulheres das repúblicas vizinhas, já mesmo antes dos começos dos conflitos, levariam a cabo um intenso activismo, criando mecanismos de acção local de apoio às mulheres vítimas de violência, organizando *workshops* e acções de protesto em torno destas temáticas e lançando uma série de publicações, no sentido de erradicar as práticas patriarcais e militaristas.

### 2. O ACTIVISMO FEMINISTA ANTIMILITARISTA NA SÉRVIA – *SOLIDARIEDADE SEM FRONTEIRAS*

---

“When we think of one another  
Miles away from  
Together  
We are not alone  
Imagine  
Outside the lines”<sup>285</sup>

---

<sup>284</sup> Zorica Mrsevic, "The Opposite of War Is Not Peace- It is Creativity" in Marguerite R. Waller e Jennifer Rycenga *Frontline Feminism: Women, War, and Resistance*, Nova Iorque, Routledge, 2001, p. 44, (pp. 43-57).

<sup>285</sup> Citação extraída de uma publicação das Mulheres de Negro de Belgrado: *Women in Black, Women's side of War*, Belgardo, ArtPrint, *cit.*, p. 12.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Conduzidas pelo nacionalismo, as guerras da Eslovénia, da Croácia e da Bósnia, provocaram 300.0000 mortes, 1.500.00 feridos e forçaram 4.500.000 pessoas a tornarem-se refugiadas<sup>286</sup>. Enquanto o mundo assistia a relatórios diários sobre a agressão sérvia e o extremismo nacionalista, as feministas na Sérvia, na Croácia e na Eslovénia protestavam contra todos os actos de agressão, incluindo aqueles defendidos pelos seus próprios governos, ao mesmo tempo que apoiavam as vítimas de violência.

Ainda na Jugoslávia socialista, a primeira conferência feminista que teve lugar em Belgrado intitulada *The Woman's question: a new approach* havia inspirado a formação de grupos de discussão em Zagreb e Belgrado. Em 1986, o grupo de Belgrado definiu a sua organização “Mulheres e Sociedade” como feminista, começando a desafiar o patriarcado socialista na sua acepção de que a luta das mulheres era sinónimo de luta de classes<sup>287</sup>. Apesar da dificuldade em criar grupos apenas constituídos por mulheres, o grupo de Belgrado desenvolveu *workshops* e discussões públicas sobre violência, aborto, sexualidade, direitos das trabalhadoras, psiquiatria e medicina<sup>288</sup>.

Apoiantes da democratização, no ano de 1990, aquando as vésperas das primeiras eleições multipartidárias, as mulheres de diferentes partidos não nacionalistas uniram-se para criar o Lobby das Mulheres, no sentido de criar um espaço para as vozes críticas das mulheres e para influenciar a opinião pública, firmando uma forte posição contra o nacionalismo, apelando aos eleitores: “Não votem no Partido Socialista Sérvio, no Partido Radical Sérvio [...] e em todos os outros partidos nacionalistas, fascistas e militaristas”<sup>289</sup>. Com a aproximação das eleições, foi formado o Partido das Mulheres – ZEST<sup>290</sup>, com o objectivo de melhorar as vidas das mulheres, que, à medida que o militarismo ia crescendo, tentou influenciar os parlamentos das repúblicas a negociar a paz<sup>291</sup>.

---

<sup>286</sup> Idem, *Ibid.*, *op. cit.*, p.12.

<sup>287</sup> Zarana Papic “Women's Movement in Former Yugoslavia: 1970s and 1980s.” in Center for Women's Studies Research and Communication, *What can We Do For Ourselves: East European Feminist Conference, Belgrade, 1994*, Belgrado, 1995, (pp. 19-22) apud Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes, *Feminism Resistance* [...], cit., p. 250.

<sup>288</sup> Idem. *Ibid.*, p. 250.

<sup>289</sup> Women in Black, “Women in Black against War.” 17 de Dezembro de 1992, in *Anthology*, 1993 p.101, apud Zarana Papic *op. cit.*, p. 251.

<sup>290</sup> O nome ZEST, significa: “Z”, para “zene” ( “mulheres”, em sérvio), “E” para ética, “S” para solidariedade e “T” para tolerância. Idem. *Ibid.*, p. 251.

<sup>291</sup> Idem. *Ibid.*, p. 252.



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Enquanto os líderes nacionalistas fomentavam o ódio entre a população civil, os grupos de mulheres foram fundando cada vez mais movimentos feministas e antimilitaristas, buscando estratégias para resistir ao militarismo do Estado e à violência interpessoal, através da assistência mútua: “Com activismo e desobediência civil, elas transformaram o desespero das mulheres e a sua revolta em acção”<sup>292</sup>, participando em protestos pela defesa dos direitos das mulheres e da desmilitarização da Jugoslávia. Para isso, criaram também organizações antimilitaristas, centros de aconselhamento, e abrigos para mulheres e crianças que, a partir de 1990, contavam em Belgrado com o SOS Hotline, com o Lobby das Mulheres, com o Parlamento das Mulheres, com as Mulheres de Negro, com o Centro de Pesquisa e Comunicação sobre Estudos das Mulheres, com o Centro Autónomo de Mulheres Contra a Violência Sexual, com o Centro para Raparigas, Centro de Aconselhamento para Mulheres, para além de outras casas de acolhimento e centros para mulheres com problemas específicos<sup>293</sup>.

À medida que os grupos se iam formando e envolvendo, o nacionalismo intensificava-se, fazendo os grupos assumirem as suas posições. Assim, o Lobby das Mulheres e as Mulheres de Negro assumiram publicamente a sua posição anti-nacionalista, e o Partido das Mulheres foi dissolvido, devido a discordâncias sobre o nacionalismo. Estas posições e o seu intenso activismo contra as mobilizações para a guerra, fizeram com que os movimentos de paz em Belgrado fossem organizados, na sua grande maioria, por mulheres que, juntando grupos da Eslovénia, Croácia e Sérvia, formavam a colectividade Mulheres para a Paz<sup>294</sup>.

A primeira resistência pública às guerras seria conhecida como “The Mother’s Protest”, juntando mulheres que, no Verão de 1990, organizaram protestos contra a guerra, devido à preocupação pelos seus filhos que combatiam no Exército Federal Jugoslavo. Esta manifestação acabou, no entanto, por servir a crença patriarcal de que as mulheres são inerentemente pacifistas e espontaneamente protectoras, tendo encontrado o apoio dos homens que tinham o objectivo nacionalista de impedir que o Exército jugoslavo interviesse no seu próprio país. Tal fez com que o “protesto das mães” fosse rapidamente conotado com ideologias nacionalistas pró-sérvias ou pró-croatas<sup>295</sup>.

Insatisfeitas com o carácter que os protestos antimilitaristas estavam a adquirir, as Mulheres de Negro de Belgrado – inspirado no grupo israelita de mulheres, que

---

<sup>292</sup> Idem. *Ibid.*, p. 242.

<sup>293</sup> Idem. *Ibid.*, p. 242.

<sup>294</sup> Idem. *Ibid.*, p. 254.

<sup>295</sup> Idem. *Ibid.*, p. 256.



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

protestavam vestidas de negro, em silêncio, contra o tratamento dos palestinos/as no seu país<sup>296</sup> – tendo como *slogan* “[s]empre desobedientes ao patriarcado, à guerra, ao nacionalismo e ao militarismo...”, surgem para exigir “o reconhecimento da diferença, reciprocidade, respeito pela natureza, e para o desenvolvimento de acordo com as necessidades da população civil, e não com a oligarquia civil e militar e os seus interesses nacionais”<sup>297</sup>. No seu primeiro aparecimento em público, definiram-se em como anti-nacionalistas, antimilitaristas, feministas e como grupo pacífico que rejeitava a ideia da redução das mulheres ao papel de mães, afirmando:

“Nós queremos que a nossa presença seja visível e não vista como algo “natural” e como parte do papel das mulheres. Nós queremos que fique esclarecido que o que nós fizemos foi a nossa escolha política, uma crítica radical ao regime patriarcal e militarista, e um acto não-violento de resistência às políticas que destroem cidades, matam pessoas e anulam as relações humanas”<sup>298</sup>.

As Mulheres de Negro mostravam-se também empenhadas no objectivo de fortalecer a solidariedade entre mulheres que foram separadas pelas guerras, acreditando que “a solidariedade é um dos valores mais profundos da nossa existência,” e que “o activismo entre as mulheres é a força e a ternura pela qual nós podemos ultrapassar o isolamento, a solidão os traumas e outras consequências do ódio,” lutando por um mundo “sem guerra, violações, violência e militarismo”<sup>299</sup>. Todas as semanas, as Mulheres de Negro faziam, e continuam a fazer, vigílias de protesto vestidas de preto e em silêncio, em frente da Praça da República de Belgrado, declarando:

“As mulheres vestem de preto nos nossos países para exprimirem a dor pela morte dos entes queridos. Vestimos de preto, porque as pessoas foram atiradas para fora das suas casas, porque as mulheres foram violadas, porque cidades e aldeias foram queimadas e destruídas”<sup>300</sup>.

---

<sup>296</sup> Idem. *Ibid.*, p. 257

<sup>297</sup> Citação retirada do discurso das Mulheres de negro de Belgrado, disponível no seu site oficial. *Women in Black - Zene u crnom – Belgrade* disponível em [http://www.zeneucrnorn.org/index.php?option=com\\_content&task=blogcategory&id=2&Itemid=4](http://www.zeneucrnorn.org/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=2&Itemid=4) (acedido em 3 de Agosto de 2011), (tradução nossa).

<sup>298</sup> Women in Black, “Women in Black” in *Anthology*, 1993, p.23a *apud* Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes, *Feminism Resistance* [...], p.257, (tradução nossa).

<sup>299</sup> Women in Black, “Women in Black Against War.” 10 de Junho, 1992 in *Anthology*, 1993 *cit.*, p. 50. *apud* Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes *op.cit.*, p. 257, (tradução nossa).

<sup>300</sup> Idem. *Ibid.*, *apud* Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes *op.cit.*, p. 257, (tradução nossa).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

As feministas na Sérvia foram, no geral, mudando as suas formas de abordagem, e as suas declarações e escritos foram-se tornando cada vez mais políticos e analiticamente feministas, considerando a militarização da ex-Jugoslávia “um culto à necrofilia” e à “aceitação do totalitarismo político e moral”<sup>301</sup>. Contudo, após o estabelecimento das Mulheres de Negro, de orientação mais radical, houve uma mudança política na análise, passando o nacionalismo sérvio a ser considerado como o propulsor da guerra e o governo sérvio nomeado como o agressor. Assim, proferiam:

“Nós dizemos que o regime Sérvio e as suas estruturas repressivas (Exército Federal e formações paramilitares) são responsáveis por todas as três guerras, na Eslovénia, Croácia e Bósnia Herzegovina. O Regime Sérvio lidera guerras em nome de todos os cidadãos e cidadãs da Sérvia. Desta forma, todos/as os cidadãos e cidadãs se tornam reféns das suas políticas imperialistas”<sup>302</sup>.

Muito antes das atrocidades levadas a cabo pelos sérvios terem recebido atenção por parte da comunidade internacional, as Mulheres de Negro, fizeram uma declaração apelando para o final dos crimes de guerra, enquanto que o Parlamento das Mulheres e o Lobby das Mulheres elaboraram uma declaração intitulada “Contra os crimes de guerra” que continha uma lista dos crimes que eram considerados crimes de guerra, relembrando que a Jugoslávia havia assinado todas as Convenções e acordos das Nações Unidas, inclusivamente a Convenção de Genebra<sup>303</sup>. As Mulheres de Negro, em 1992, apelaram para a perseguição dos perpetradores da guerra, assim como para o reconhecimento das vítimas sobreviventes de violação como arma de guerra. No entanto, mantiveram a posição da importância de ter em mente muitos outros crimes levados a cabo pelas forças sérvias, sublinhando também todos os crimes efectuados por todas as partes beligerantes:

“As feministas de Belgrado e da Sérvia não suportam a posição do sofrimento simétrico (...) A grande percentagem de mulheres muçulmanas violadas na guerra da Bósnia não é motivo para esquecer o sofrimento das mulheres de outras nacionalidades

---

<sup>301</sup> Stasa Zajovic, “Militarism and Women in Serbia”, Dezembro, 1991 in *Anthology*, 1993 apud Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes p. 258, (tradução nossa).

<sup>302</sup> Women in Black, 1992, “Women in Black against War,” 10 de Junho, 1992 *cit.*, p.50 in *Anthology*, 1993, apud Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes, *op.cit.*, p. 258, (tradução nossa).

<sup>303</sup> Women’s Parliament and Belgrade Women’s Lobby, 1991, “Against Crime”, 9 de Outubro, in *Women for Peace Anthology*, Women in Black (eds.), Belgrado, Women in Black, 1992, *cit.*, p. 21 apud Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes, *op. cit.*, p.259.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

e religiões, das ateístas ou daquelas que não se identificam com nenhuma nacionalidade em particular.”<sup>304</sup>

As Mulheres de Negro depressa começaram a ganhar projecção e apoio internacional, tendo participado na Conferência de Viena sobre Direitos Humanos das Nações Unidas, 1993, na Conferência sobre as mulheres de Pequim em 1995, nas sessões sobre os direitos humanos dos refugiados e das mulheres, entre 2000-2003, em Genebra, Nova Iorque e Granada, assim como na sessão do Parlamento Europeu sobre a contribuição das mulheres para a Estabilidade do Leste e Sudeste Europeu e nas reuniões do corpo consultivo da UNIFEM <sup>305</sup>.

No entanto, apesar de apoiarem a democratização e de trabalharem em rede com os principais organismos internacionais, as Mulheres de Negro de Belgrado não deixaram de apontar críticas ferozes à forma como estes responderam à guerra na Jugoslávia, declarando:

“As sanções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas não afectaram apenas aqueles que as causaram: o regime militarista sérvio e os seus aliados, a nova elite que lucra com a guerra, que possui contas bancárias mundiais que estão sãs e salvas. A tão denominada comunidade internacional tem, de uma forma ou de outra, dado apoio político a este regime através da legalização dos resultados das suas conquistas à custa da limpeza étnica na Bósnia e noutros lugares... Nós desconfiamos dos tão chamados mediadores que usam *slogans* apelativos à paz para os fanáticos da guerra e do ódio étnico; eles fazem parte da mesma velha maquinaria patriarcal militarista. Nós já não sustentamos a ilusão de que a comunidade internacional não vai aplicar a lógica da violência e do direito do mais forte”<sup>306</sup>.

A 19 de Setembro de 1998, o governo proibiu os protestos antimilitaristas, tendo surgido, de seguida, ameaças contra as Mulheres de Negro e outras organizações. Pouco tempo depois, a NATO ameaça bombardear Belgrado, o que contribuiu mais ainda para os sentimentos nacionalistas e para o ódio contra as pacifistas, que são consideradas

---

<sup>304</sup> Women in Black, “Women in Black against war: A Call for Action”, 28 de Outubro, 1992, in *Anthology*, 1993, *cit.*, p. 92a apud Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes, *op. cit.*, p. 259, (tradução nossa)

<sup>305</sup> Stasa Zajovic, *Always disobedient*, Standard 2, Beograd, Belgrado, 2006, p. 73.

<sup>306</sup> Women in Black, “New Year’s Message To Feminist and Pacifist Groups.” 27 de Dezembro, 1993 in *Women For Peace, Women in Black* (eds.), Belgrado, 1994 *cit.*, p. 15 apud Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes, *op. cit.*, p. 252, (tradução nossa).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

como “ as inimigas internas da Sérvia”<sup>307</sup>. As Mulheres de Negro responderam corajosamente com uma declaração anual intitulada “Sete anos das Mulheres de Negro contra a guerra: 9 de Outubro de 1991 a 9 de Outubro de 1998”<sup>308</sup>, que consistiu num relatório em forma de “confissão” onde estas feministas admitiram conscientemente a sua “culpa” enquanto activistas.

Contra a aprovação do Conselho de Segurança da ONU, os bombardeios da NATO ao Kosovo/a iniciam-se a 24 de Março<sup>309</sup>, ao qual as feministas se opõem veemente, por motivos óbvios, e porque consideram que tal só iria servir para enfraquecer a oposição a Milošević e conferir-lhe ainda mais popularidade entre os seus apoiantes, uma vez que tal enalteceria o já existente discurso de vitimização nacionalista sérvio<sup>310</sup>. Elas têm também a plena consciência que estes bombardeios, terão como resultado final a transformação do Kosovo em protectorado internacional e a falência da Sérvia<sup>311</sup>. Para além do mais, o argumento da NATO de intervir com base na protecção dos direitos humanos e na promoção da democracia do Kosovo, não parece ser compatível com o custo humanitário da campanha militar, que teve como resultado 500 mortes civis confirmadas e o ferimento de 6.000 civis<sup>312</sup>.

Após a queda do regime de Milošević, em 5 de Outubro de 2000, por força do movimento *Otpor* e da coligação de partidos que formara a Oposição Democrática da Sérvia (DOS), cresce o sentimento de esperança entre as activistas feministas ao avizinhar uma mudança positiva no que concerne às suas preocupações. Apesar da divergência das agendas políticas das Mulheres de Negro de Belgrado com o movimento *Otpor* – que elas consideravam como sexista e nacionalista, integrando nos seus círculos um reduzido número de mulheres – durante os anos que precederam a queda do regime, ambos os movimentos trabalharam em conjunto no sentido de derrubar Milošević<sup>313</sup>.

---

<sup>307</sup> Idem, *Ibid.*, p. 260.

<sup>308</sup> Idem, *Ibid.*, p. 260.

<sup>309</sup> As intervenções na NATO no Kosovo provocaram opiniões distintas entre aqueles que a consideraram ilegal e aqueles que a consideraram legítima. Karen Engle, “Calling in the troops: The Uneasy Relationship Among Women's Rights, Human Rights and Humanitarian Intervention”, *Harvard Human Rights Journal*, 2007, p. 207, (pp.189-226).

<sup>310</sup> Cynthia Cockburn “Women in Black: being able to say neither/nor”, *Canadian Women's Studies/Les Cahiers de la Femme*, Toronto, Canada. Vol.19, No.4, 2000. p.7, (pp. 7-10).

<sup>311</sup> Idem, *Ibid.*, p.9.

<sup>312</sup> Tania Voon, “Pointing the Finger: Civilian Casualties of NATO Bombing in the Kosovo Conflict.” *American University International Law Review* 16, no. 4, 2001, p. 1085, (pp.1083-1113).

<sup>313</sup> Orli Fridman, “Anti-War Activism at Times of 'Peace'; Alternative Voices and Street Activism in Serbia”, ASN Conference, Columbia University, Nova Iorque, Abril, 2007, p. 5, (pp. 1-13).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Durante uma pesquisa de campo realizada por Orli Fridman em 2004<sup>314</sup>, que durante sete meses acompanharia o trabalho das Mulheres de Negro de Belgrado, uma das suas activistas explicava “nós não fazíamos parte do *Otpor*, mas as suas campanhas deram-nos esperança. Isso era muito importante porque nós pensávamos que [o regime repressivo de Milošević] nunca iria acabar”<sup>315</sup>. No entanto, a investigadora deparar-se ia com um cenário onde “o sentimento mais dominante era o desespero” e uma constatação que “nada havia mudado o suficiente depois de tantos anos de luta”<sup>316</sup>. De facto, as grandes expectativas e euforia iniciais após a queda de Milosevic foram rapidamente esquecidas, tal como explica uma activista:

“Essa parte da história [do regime de Milošević] acabou, isso é certo. O 5 de Outubro pode não ter sido tão perfeito assim, mas serviu o seu propósito e Milošević desapareceu. Agora encontramos-nos numa nova fase de enfrentar todo o fascismo e os fascistas que foram criados durante esse tempo, e agora com Kostunica [o então Primeiro-Ministro da Sérvia] ele deu-lhes uma luz verde, e esta fase não irá ser curta”<sup>317</sup>.

Desta forma, para as activistas, esta nova fase nos movimentos feministas pacifistas continuaria a ser caracterizada pela luta contra o nacionalismo e mais ainda pelo combate da negação colectiva em torno dos crimes de guerra<sup>318</sup>, face aos quais as Mulheres de Negro insistem em relembrar, nomeadamente:

“[O] cerco das Forças Armadas sérvias a Sarajevo, que durou 1.425 dias; o genocídio em Srebrenica, em Julho de 1995, quando mais de 8.000 bósnios foram mortos; a Operação ‘Horseshoe’ no Kosovo, em 1999, onde as forças armadas sérvias queimaram 127.000 casas pertencentes a pessoas como nomes albaneses, tendo assassinado 12.000 pessoas”<sup>319</sup>.

---

<sup>314</sup> Orli Fridman é investigadora e a directora académica da SIT Study Abroad, da organização sem fins lucrativos do *World Learning*, que desenvolve programas de desenvolvimento internacional, educacionais e de intercâmbio no âmbito académico. Ver site oficial <http://www.worldlearning.org/> (acedido em 10 de Dezembro de 2011).

<sup>315</sup> Entrevista realizada por Orli Fridman, durante a sua pesquisa. Orli Fridman, *op.cit.*, p. 5, (tradução nossa), disponível em [http://works.bepress.com/orli\\_fridman/10](http://works.bepress.com/orli_fridman/10).

<sup>316</sup> Idem. *Ibid.*, p.3, (tradução nossa).

<sup>317</sup> Idem. *Ibid.*, p.3, (tradução nossa).

<sup>318</sup> Idem. *Ibid.*, p.3.

<sup>319</sup> Depoimento de Stasa Zajovic, representante das Mulheres de Negro de Belgrado, (tradução nossa), disponível [http://www.zeneucrnom.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=348&Itemid=54](http://www.zeneucrnom.org/index.php?option=com_content&task=view&id=348&Itemid=54) (acedido em 7 de Agosto de 2011).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Nesta mesma operação, “quase 2.000 pessoas com nomes albaneses foram condenados após o Acordo de Kumanovo (em Julho de 1999) e mantidos em prisões por toda a Sérvia. Todos os seus processos foram politicamente manipulados”<sup>320</sup>. As Mulheres de Negro relembram igualmente que, “o Centro de Pesquisa de Sarajevo reuniu os nomes de 25.000 pessoas que participaram ou colaboraram em crimes na Bósnia-Herzegovina,” onde também “cerca de 300 valas comuns foram encontradas”. Posto isto, as Mulheres de Negro questionam:

“ Seremos capazes de construir um futuro com este demente sistema de valores na Sérvia? Um sistema no qual os criminosos são glorificados e aqueles/as que procuram responsabilidades por crimes cometidos em nosso nome são demonizados/as e criminalizados/as?”<sup>321</sup>

A persistência do nacionalismo continua, de facto, a perpetuar a violência, inclusivamente contra as Mulheres de Negro de Belgrado que resistem à “amnésia política” e combatem a “negação oficial” dos crimes de guerra<sup>322</sup>, exigindo a confrontação com o passado, como um primeiro passo a tomar para a transição democrática, lançando, metaforicamente, a questão: “Como vamos construir uma casa nova, não tendo previamente limpo o porão das ruínas da casa antiga?”<sup>323</sup> Defendem por isso, que “a justiça de transição é um imperativo da nossa ética feminista,”<sup>324</sup> definindo-a como “um conceito que emergiu nas últimas décadas e que está constantemente a ser alterado, reformulado e enriquecido com novos conteúdos e modelos, de acordo com a necessidade de abordar as questões complexas da herança negativa do passado. Em suma, a justiça de transição “é uma maneira pela qual uma sociedade autoritária / dictatorial / totalitarista / antidemocrática faz uma transição para a ordem democrática”<sup>325</sup>.

Nesse sentido, face à enorme influência que a Igreja Ortodoxa Sérvia e muitas outras instituições continuam a exercer na Sérvia e que “criaram as condições

---

<sup>320</sup> Idem, *Ibid.*, (tradução nossa).

<sup>321</sup> Idem, *Ibid.*, (tradução nossa).

<sup>322</sup> Orli Fridman *op. cit.* p. 6, (tradução nossa).

<sup>323</sup> Stasa Zajovic *op. cit.* (tradução nossa).

<sup>324</sup> Idem, *Ibid.*, (tradução nossa).

<sup>325</sup> De acordo com o jurista e filósofo Nenad Dimitrijevic, “ A Justiça de transição é uma agregação de respostas, instituições, estratégias e formas pelas quais uma sociedade autoritária se move em direção a uma democracia e portanto, num conjunto de instituições e de processos morais, legais, políticos e sociais e medidas e decisões que são adoptadas e implementadas no curso do processo de transição democrática. Nenad Dimitrijevic apud Stasa Zajovic *op. cit.*

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

ideológicas e culturais que produziram, justificaram e perdoaram a guerra”<sup>326</sup>, as Mulheres de Negro, juntamente com outras ONG’s de Belgrado e com o apoio de dezenas de ONG’s ao longo de toda a Sérvia, fundaram a Coligação para um Estado Secular (“Coalition for a Secular State”) para combater a lei fundada nas Igrejas e nas comunidades religiosas, a clericalização da sociedade e para proteger o carácter secular do estado<sup>327</sup>. A campanha de luta contra a Lei das Igrejas e Comunidades Religiosas constituiu uma das seis campanhas e iniciativas legislativas organizadas pelas Mulheres de Negro de Belgrado, independentemente e com outros grupos durante 2005 e 2006, e que consistiram nas seguintes reivindicações: pelo cancelamento do serviço militar obrigatório; contra o crescimento do anti-semitismo na Sérvia; para a punição de crimes de guerra e de cooperação com o Tribunal de Haia, pelo cancelamento da Lei de Apoio Financeiro aos Réus de Haia e Suas famílias; e para a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU; para a aprovação da Resolução “Mulheres, Paz e Segurança”<sup>328</sup>.

### 3. DO LOCAL AO GLOBAL – A TRANSVERSALIDADE DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS DA ANTIGA JUGOSLÁVIA COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

---

A década de 90 foi marcada pelo emergir de intensas redes de comunicação entre movimentos sociais, instituições, organizações não-governamentais, entidades políticas e organizações intergovernamentais e internacionais, numa confluência que criou bases sólidas de acção no que toca à defesa dos direitos humanos, nomeadamente nos direitos humanos das mulheres. No caso dos países da antiga Jugoslávia, o surgimento de vários movimentos de mulheres entendeu-se como um fenómeno de oposição às situações de crise geradas pela violência militar. No entanto, a sua eficácia e internacionalização não podem ser ingenuamente entendidos como tendo simplesmente

---

<sup>326</sup> Stasa Zajovic *op. cit.*, (tradução nossa).

<sup>327</sup> Informação retirada do site oficial das Mulheres de Negro de Belgrado, disponível em [http://www.zeneucrnom.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=235&Itemid=1&lang=en](http://www.zeneucrnom.org/index.php?option=com_content&task=view&id=235&Itemid=1&lang=en) (acedido em 10 de Dezembro de 2011).

<sup>328</sup> Idem, *Ibid.*



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

agido, a uma nível tão amplo, desprovidos de qualquer apoio político e financeiro por parte de outras entidades.

A intensificação destes movimentos na antiga Jugoslávia aumentou a partir do momento em que estes começaram a receber apoio externo dos principais organismos internacionais, o que fez com que, alguns, fossem transformados em organizações não-governamentais, com o fundamento na ideia de que estas poderiam sustentar e agilizar os movimentos sociais<sup>329</sup>. A crença de que o desenvolvimento organizacional pudesse vir a reforçar a capacidade e eficácia dos movimentos sociais das repúblicas ex-jugoslavas, trouxe, contudo, efeitos ambíguos<sup>330</sup>.

A dependência criada entre o que Aida Bgaić caracteriza por destinatários – “recipients”, – relativamente aos movimentos sociais/ organizações – e doadores – “donors”, relativamente às entidades intergovernamentais ou estatais, gera, em regra, uma tendência de transformação dos movimentos sociais em organizações profissionalizadas<sup>331</sup>. Esta transformação pode ter como consequências a interferência das organizações internacionais nas agendas políticas dos movimentos sociais, a mudança de estrutura na própria organização dos movimentos, que, após a sua transformação em organizações, frequentemente se tornam mais hierarquizados e burocratizados<sup>332</sup>. Ora, esta mudança na estrutura das organizações influencia profundamente o objectivos, os princípios e a conduta das agendas políticas dos movimentos sociais, podendo constituir factores de impedimento à realização no sentido de uma mudança social.

Como atenta Aida Bgaić, de uma forma comum, as “destinatárias”, primeiramente experienciam uma “fase de desilusão” traduzida nas “primeiras frustrações e ressentimentos”, quando “as expectativas não são correspondidas tão facilmente” e quando o apoio dos doadores é entendido como não sendo “puramente

---

<sup>329</sup> Aida Bgaić ‘Women’s Organizing in Post-Yugoslav Countries: Talking about ‘Donors’’, in Gould e Henrik Secher Marcussen (eds.): *Ethnographies of Aid*, Occasional Paper Series, International Development Studies at Roskilde University, 2004, p. 21.

<sup>330</sup> Idem, *ibid.*, p. 21.

<sup>331</sup> Idem, *ibid.*, p. 20.

<sup>332</sup> Nesse sentido, Bgaić refere que a pressão dos doadores alterou a forma de organização de muitas organizações que não possuíam uma estrutura hierárquica antes de receberem um subsídio significativo. Os formulários de candidatura requerem, no entanto, as funções de Presidente ou Vice-Presidente, o que faz com que, mesmo que um grupo decida delegar essas funções a um dos seus membros apenas para essa ocasião especial, se a subvenção for concedida, a hierarquia enunciada no formulário se torne uma estrutura real. Este processo “cria necessariamente novas relações dentro do grupo, que não são necessariamente harmoniosas.” Idem, *ibid.*, p. 21.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

altruísta”<sup>333</sup>. Por outro lado, também os doadores tendem a considerar alguns pedidos, programas e projectos como desprovidos de capacidade de implementação, tendendo a “seguir o processo linear de definição do problema que necessita de ser resolvido, identificando as possíveis opções e estabelecendo critérios de escolha racionais”<sup>334</sup>, limitando, assim, o escopo de acção sobre o qual as feministas desejam operar. No entanto, após a superação das tensões iniciais e à medida que as duas partes vão estabelecendo relações de interdependência e traçando pontos de convergência nas suas agendas, é aberta a possibilidade de parceria, traduzida numa concertação de prioridades, diálogo e numa relação mútua de influências. Por outro lado, à medida que as escolhas se tornam mais complexas e ultrapassam a satisfação das necessidades imediatas iniciais, as agendas também se vão tornando mais diversas<sup>335</sup>, possibilitando uma maior introdução e adequação das demandas feministas nas agendas políticas.

A parceria dos movimentos/organizações feministas com as organizações internacionais, consiste, por isso, na maioria dos casos, numa estratégia prudente que tem como objectivo influenciar os domínios legais e políticos dos órgãos de tomada decisão no âmbito internacional, na tentativa de estabelecer, no seu interior, linhas orientadoras que favoreçam a igualdade entre os sexos e que confirmem mais poder às mulheres. Deste modo, a participação das mulheres nos processos políticos a nível internacional, mesmo a nível informal, possibilita a inclusão de questões específicas das mulheres nas agendas políticas e a sua consideração relativamente aos contextos geográficos, políticos e sociais especificamente relacionados com os problemas daquelas.

Podemos, assim, verificar, que, apesar das Organizações não-governamentais não integrarem os parâmetros formais das tomadas de decisão legais ao nível internacional, o impacto das ONG’s de mulheres, no que toca ao avanço e ao reforço das normas relacionadas com a justiça de género, deve ser reconhecido e largamente valorizado. Estas têm, de facto, desempenhado um incontestável papel na criação e implementação do Direito Internacional, particularmente no Direito Penal Internacional,

---

<sup>333</sup> Idem, *ibid.*, p. 19, (tradução nossa).

<sup>334</sup> Idem, *ibid.* p. 21-22, (tradução nossa).

<sup>335</sup> Idem, *ibid.* p. 22.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

tendo possibilitado uma maior participação das mulheres na governança internacional, campo do qual sempre foram excluídas<sup>336</sup>.

Tal como afirma Tatiana Moura ao referir-se ao feminismo internacionalista nos novos sistemas de governação, “os rostos da nova sociedade civil global são variados, podem ir desde grupos de indivíduos a movimentos sociais ou ONG, e caracterizam-se pelo seu carácter informal, horizontal e muitas vezes voluntário”<sup>337</sup>. Tal possibilitou que os movimentos feministas fossem penetrando, com maior ou menor intensidade, nas instituições da sociedade civil global, tendo aí exercido um grande poder de influência que favoreceu a criação de políticas mais igualitárias.

---

### 3.1. O INTERNACIONALISMO DAS MULHERES DE NEGRO DE BELGRADO - *SOLIDARIEDADE SEM FRONTEIRAS*

---

As Mulheres de Negro de Belgrado, constituem um excelente exemplo da projecção e do alcance que as acções de grupos locais de mulheres podem ter e a influência que podem exercer nos processos de tomada de decisão internacionais, uma vez que integram redes pacifistas de mulheres a nível global, regional e internacional, juntamente com as quais reúnem esforços e desenvolvem estratégias no sentido de fazerem valer as suas reivindicações perante as instâncias internacionais.

Como já foi indicado, as Mulheres de Negro foram formadas primeiramente em Israel, após a ocupação israelita dos territórios palestinianos em Janeiro de 1988, tendo sido formados grupos de apoio a esses esforços nos Estados Unidos e na Alemanha<sup>338</sup>. Após o início dos protestos das Mulheres de Negro de Belgrado, em 9 de Outubro de 1991, foram também formados grupos num grande número de países europeus, na América Latina e na Ásia, tendo sido criada a Rede de Solidariedade das Mulheres contra a Guerra, – *The International Network of Women's Solidarity against War* – que, mais tarde, foi denominada de Rede Internacional das Mulheres de Negro –*The International Network of Women in Black*. Actualmente, esta integra 250 grupos em

---

<sup>336</sup> Helen Durham, “Women and Civil Society: NGO’s and International Criminal Law”, in Kelly D. Askin e Doreen M. Koenig, *Women and International Human Rights Law*, Vol. 3, Transnational Publishers, Inc., Ardsley, 2001. p. 819, (pp. 819-843).

<sup>337</sup> Tatiana Moura, “Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Violentos”, *Dissertação de Mestrado em Sociologia* [...], cit., p. 32.

<sup>338</sup> Stasa Zayovic, *Always disobedient*, p. 23.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

todo o mundo, constituindo uma das redes activistas com maior expressão na resistência não-violenta das mulheres à guerra e das políticas alternativas das mulheres<sup>339</sup>.

Os grupos que constituem esta rede partilham, de acordo com as Mulheres de Negro, os seguintes princípios: a “oposição a todas as formas de políticas de guerra e de violência”; “a criação de conexões, alianças e coligações de solidariedade de mulheres que atravessam fronteiras políticas e étnicas e qualquer outra barreira”; “políticas pacíficas globais de mulheres, baseadas nos princípios do feminismo e do antimilitarismo”; “políticas e diplomacia alternativas, que fomentem o diálogo entre mulheres de zonas de conflito, criando espaço para intercâmbio, iniciativas e actividades conjuntas”; “resistência não-violenta de todas as formas de homogeneização étnica e controle patriarcal das mulheres em nome da unidade étnica”; “suporte para a participação das mulheres nas negociações de paz no local, regional e mundial” ; “criação de uma paz justa através da desobediência civil para todas as formas de militarização”; “campanhas para a desmilitarização”; “campanhas de pressão a instituições para o deslocamento dos gastos militares efectuados para o sector civil”; “acções globais contra a guerra”; e “acções em solidariedade com as mulheres de áreas de conflito”<sup>340</sup>.

A Rede Internacional das Mulheres de Negro existe sem uma estrutura oficial, pelo que não provém de uma direcção centralizada, e é exclusivamente suportada através de uma base voluntária. As suas acções e iniciativas conjuntas realizam-se através de reuniões internacionais, reuniões bilaterais entre os vários membros nacionais ou regionais e através de constante comunicação pela via electrónica<sup>341</sup>. Tal possibilitou que, em 1997, fosse igualmente criada a Rede das Mulheres de Negro na Sérvia – *The Women in Black Network - Serbia*, – desenvolvida, de forma gradual, a partir do grupo de Belgrado, sendo actualmente composta por grupos de activistas e indivíduos de mais de trinta cidades da Sérvia, que operam a partir das bases. Como extensão dos princípios e práticas do grupo de Belgrado, a rede tem como base o feminismo, o pacifismo e o antimilitarismo, combinando teoria e prática e o activismo

---

<sup>339</sup> Idem *ibid.*, p. 23. As Mulheres de Negro de Belgrado participaram igualmente nas seguintes redes internacionais: WRI (War Resisters International), WLUML (Women Living Under Muslim Laws), WGNRR (Women’s Global Network for Reproductive Rights), IFOR/PBI (International Fellowship of Reconciliation/Peace Brigades International), NPF (Nonviolent Peace Force). Informação retirada do site oficial das Mulheres de Negro de Belgrado, disponível em [http://www.zeneucnom.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=235&Itemid=1&lang=en](http://www.zeneucnom.org/index.php?option=com_content&task=view&id=235&Itemid=1&lang=en)

<sup>340</sup> Idem, *ibid.*, p. 24.

<sup>341</sup> Stasa Zajovic *Always disobedient*, p. 25.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

com conhecimento teórico<sup>342</sup>. Fundando-se no lema “não em nosso nome”<sup>343</sup>, exigem a responsabilidade pela guerra e pelos crimes de guerra do regime sérvio, desobedecendo publicamente ao nacionalismo e ao militarismo e advogando uma cultura de diversidade étnica, cultural e sexual<sup>344</sup>. Desde 2002, são realizadas reuniões onde são discutidas actividades conjuntas, sendo também partilhadas experiências e informações, o que possibilita conexões horizontais entre os vários grupos da rede. Essas conexões, são o aspecto mais marcante da autonomia e da solidariedade que ainda não são consistentemente praticadas, principalmente devido à falta de recursos financeiros.

Em resultado de uma década de solidariedade, em 2006 é formada a Coligação das Mulheres para a Paz – *The Women's Peace Coalition* – composta pela Rede das Mulheres de Negro da Sérvia, em conjunto com Rede das Mulheres do Kosovo – *The Kosova Women's Network* – como uma iniciativa de cidadania com base na ideia de que a solidariedade das mulheres atravessa as fronteiras nacionais e os limites étnicos e religiosos. Esta coligação defende “uma paz justa e duradoura, a participação das mulheres nos processos e nas negociações de paz, a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU e a melhoria do estatuto político, económico e social das mulheres”, opondo-se às “tendências e processos retrógrados” que figuram em ambos os estados e que “impedem a realização dos objectivos da Resolução 1325”<sup>345</sup>. A Coligação das Mulheres para a Paz, monitoriza as negociações oficiais sobre o estatuto do Kosovo através de uma perspectiva de género, reivindicando a presença de questões dos direitos humanos das mulheres e do activismo pacífico e feminista no futuro estatuto, mantendo contacto frequente entre si e realizando reuniões trimestrais onde as actividades conjuntas são discutidas<sup>346</sup>.

A um nível mais alargado, surgiu também o Lobby das Mulheres para a Paz, Segurança e Justiça na Europa do Sudoeste - *The Women's Lobby for Peace, Security, and Justice in Southeast Europe*, composto por mulheres activistas da sociedade civil e

---

<sup>342</sup> Idem, *ibid.*, p. 25.

<sup>343</sup> Idem, *ibid.*, p. 26, (tradução nossa).

<sup>344</sup> Idem, *ibid.* p. 26.

<sup>345</sup> Idem, *ibid.* pp. 26-27.

<sup>346</sup> Até agora, a actividade mais importante da Coligação foi uma conferência intitulada "Mulheres, Paz e Segurança", realizada no início de Setembro de 2006 em em Struga, na Macedónia contando com a presença de setenta mulheres activistas de ambos os países. Algumas activistas da Coligação da Paz também apresentaram as suas actividades em instituições no exterior, bem como em fóruns internacionais. Idem, *ibid.* p. 27.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

de partidos políticos democráticos da região dos Balcãs, para a promoção da paz, segurança e estabilidade na região<sup>347</sup>.

Apesar dos entraves colocados à realização dos seus objectivos, o trabalho desenvolvido por estas redes de mulheres conseguiu trazer alguns resultados, em muito devido à agilização de forças, permanente comunicação, e à concertação com outros agentes da sociedade civil, com os quais foram criando parcerias. A nível institucional, o Lobby das Mulheres foi um elemento chave essencial para conseguir exercer pressão junto dos grandes órgãos políticos no sentido das suas reivindicações.

---

### 3.2. A PENALIZAÇÃO DOS CRIMES DE GUERRA NA ANTIGA JUGOSLÁVIA – O PAPEL ACTIVO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DE MULHERES

---

A penalização dos crimes de guerra e a aplicação da justiça transitória é uma das reivindicações centrais dos movimentos feministas pacifistas da Sérvia e sobre os quais as Mulheres de Negro têm vindo a desenvolver um forte activismo. Em 2005, estas irão integrar o conjunto de oito ONG's de Belgrado para formar o grupo G8<sup>348</sup>, em defesa da responsabilidade pela guerra e pelos crimes de guerra: primeiramente, daqueles levados a cabo pelo regime sérvio e depois na punição de todos os crimes de guerra. Indo contra a negação do passado criminal na Sérvia, reivindicam a aplicação de todas as formas de justiça transitória, o estabelecimento do Estado de Direito e da democracia, exercendo pressão junto das instituições internacionais no sentido da aplicação de sanções penais ou outras formas de responsabilidade criminal<sup>349</sup>.

As ONG's que integram o G8 desenvolveram uma série de iniciativas conjuntas de denúncia dos crimes de guerra, levados a cabo pelos seus governos, e dos quais a

---

<sup>347</sup> Informação retirada do site oficial das Mulheres de Negro de Belgrado, disponível em [http://www.zeneucnom.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=235&Itemid=1&lang=en](http://www.zeneucnom.org/index.php?option=com_content&task=view&id=235&Itemid=1&lang=en)

<sup>348</sup> O G8 integra as Mulheres de Negro de Belgrado, o Círculo de Belgrado (*Belgrade Circle*), o Centro para a Descontaminação Cultural (*The Center for Cultural Decontamination*), Iniciativas Cívicas, o Centro de Direito Humanitário (*The Humanitarian Law Center*), o Comité de Helsínquia para os Direitos Humanos na Sérvia (*The Helsinki Committee for Human Rights in Serbia*), a Iniciativa da Juventude para os Direitos Humanos (*The Youth Initiative for Human Rights*) e o Comité dos Advogados para os direitos Humanos (*The Lawyers' Committee for Human Rights*). Stasa Zajovic, *Always disobedient*, p. 29.

<sup>349</sup> Idem, *ibid.*, p. 29.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Declaração sobre Srebrenica de Junho de 2005 constitui o exemplo mais notável<sup>350</sup>. Contudo, muitas mais ONG's se debruçaram na questão de penalização dos crimes de guerra a nível internacional, tendo exercido um grande peso nas reuniões de preparação de um projecto para aquele que viria a ser o Estatuto de Roma, que estabeleceria o Tribunal Penal Internacional (TPI).

A criação do Tribunal Penal Internacional bebeu muito do impulso gerado pelo estabelecimento, nos cinco anos anteriores, do Tribunal Penal para a ex-Jugoslávia (TPIJ), assim como, também, do Tribunal Penal Internacional para o Ruanda (TPIR). As ONG's de mulheres, que desempenharam um papel significativo na criação destes tribunais, conseguiram, assim, trazer para a atenção mundial a temática das violações do Direito Humanitário Internacional e dos Direitos Humanos, ocorridos nos Balcãs a partir da década de noventa.

### 3.2.1. O TRIBUNAL PARA ANTIGA JUGOSLÁVIA

---

O Tribunal Internacional *ad hoc* para a ex-Jugoslávia (TPIJ) foi criado pelas Nações Unidas para julgar os crimes de guerra, que tiveram lugar na Croácia e na Bósnia- Herzegovina na década de 90. Desde o seu estabelecimento, em Maio de 1993, a sua jurisdição alterou irreversivelmente a configuração do Direito Humanitário Internacional, lançando as bases para as normas que, actualmente, orientam os conflitos e a reconstrução pós-bélica em todo o mundo<sup>351</sup>. As suas decisões em torno do genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, abriram precedentes no que concerne à acusação de pessoas individuais pela responsabilidade destes crimes, como forma de impedir que países ou comunidades acertassem com a responsabilidade colectiva sobre estes crimes. Um dos grandes contributos da Jurisprudência do TPIJ, seria, contudo, a consideração da violação sexual como crime de guerra, crime contra a

---

<sup>350</sup> Informação retirada do site oficial das Mulheres de Negro de Belgrado, disponível em [http://www.zeneucnom.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=235&Itemid=1&lang=en](http://www.zeneucnom.org/index.php?option=com_content&task=view&id=235&Itemid=1&lang=en)

<sup>351</sup> Informação extraída do site oficial do Tribunal Penal para a Ex-Jugoslávia, disponível em [http://www.icty.org/sections/About theICTY](http://www.icty.org/sections/About%20the%20ICTY) , (acedido em 7 de Novembro de 2011).



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

humanidade, ou como forma de tortura ou de genocídio, marcando, assim, o início do fim da impunidade dos crimes sexuais no direito internacional <sup>352</sup>.

O TPIJ procedeu à acusação de mais de 160 pessoas, entre as quais chefes de Estado, primeiros-ministros, chefes militares, chefes do interior e muitos outros políticos, militares e polícias, oriundos das várias partes dos conflitos da Antiga Jugoslávia<sup>353</sup>. Estas acusações incluem os crimes cometidos entre 1991 e 2001 contra membros de vários grupos étnicos na Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Kosovo e Antiga República da Macedónia, sendo que mais de 60 pessoas foram condenadas, estando, actualmente, mais de 40 pessoas em diferentes estágios e procedimentos perante o Tribunal<sup>354</sup>.

Durante as sessões deste Tribunal, situado em Haia, foi provada a ocorrência de crimes de violação sexual efectuados por membros de todos os lados do conflito, apesar do maior número de acusações ter incidido sobre as das forças armadas sérvias e sérvio-bosníacas<sup>355</sup>. A reunião de provas nestes processos deveu-se, em grande parte, ao trabalho das ONG's de mulheres constituídas em rede. Disseminando os horrores do conflito, um grande número de ONG's sugeriu a acusação dos responsáveis pelos crimes, trabalhando igualmente na reunião de detalhes iniciais, particularmente no que toca à violência sexual, junto às Nações Unidas, já antes da criação do Tribunal<sup>356</sup>.

O trabalho das ONG's constituiu, de facto, um elemento vital para o levantamento de informação de base à qual os agentes oficiais não tinham a capacidade

---

<sup>352</sup> O crime de violação foi expressamente incluído nos estatutos dos dois tribunais (para a ex-Jugoslávia e para o Ruanda) como crime contra a humanidade (artigo 5.º, al. g) do Estatuto do TPIJ, e artigo 3.º, al. g) do Estatuto do TPIR). Enquanto o Estatuto do TPIR confere ao tribunal competência para julgar as violações do artigo 3.º comum às Convenções de Genebra e ao Segundo Protocolo Adicional, como o “ultraje à dignidade da pessoa, nomeadamente (...) violação, prostituição e qualquer outra forma indecente de ofensa” (artigo 4.º), o Estatuto do TPIJ não prevê expressamente a violação como um crime de guerra. No entanto, sendo entendimento consensual que a violação não deve apenas ser punida como crime contra a humanidade, o TPIJ, em inúmeras situações, condenou os arguidos por violação e outras formas de violência sexual socorrendo-se de outras normas do Estatuto, e afirmou que a violação e outras formas de violência sexual devem ser consideradas graves violações das leis e costumes de guerra Michael Cottier, “War crimes – para. 2 (b) (xxii)”, in Otto Triffterer (ed.), *Commentary on the Rome Statute of the International Criminal Court*, Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 1999 apud Sónia Mariza Florêncio Fidalgo, “Os crimes sexuais no Direito Internacional Penal”, XV Congresso Internacional de Defesa Social – O Direito Penal entre a guerra e a paz: Justiça e cooperação penal nas intervenções militares internacionais, Toledo, 200, p. 7, (pp. 1-22).

<sup>353</sup> No banco dos réus no Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia sentam-se e sentaram-se altos responsáveis sérvios, como Milosevic, Karadzic e Mladic, mas também responsáveis croatas como Ante Gotovina. Notícia da *Euronews* de 20 de Junho de 2011, disponível em <http://pt.euronews.net/2011/07/20/servia-vira-a-pagina-rumo-a-europa/>, (acedido a 27 de Novembro de 2011).

<sup>354</sup> Site oficial do TPIJ (ICTY), disponível em <http://www.icty.org/sections>, (acedido a 7 de Novembro de 2011).

<sup>355</sup> Idem, *Ibid.*,

<sup>356</sup> Helen Durham, “Women and Civil Society [...], cit., p. 833.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

de aceder, uma vez que o grau de desconfiança dos sobreviventes e das testemunhas em relação às instituições políticas e militares constitui um entrave ao conhecimento dos factos. As testemunhas mostrar-se-iam, assim, mais dispostas a recorrer aos actores não-estatais, quer nos grupos locais da comunidade, quer em ONG's de renome internacional<sup>357</sup>.

No que concerne aos crimes de violação sexual ou crimes relacionados com género, as ONG's de mulheres constituíram os meios não estatais mais activos e eficientes<sup>358</sup>. Devido à natureza pessoal destes crimes, os grupos de mulheres desempenharam um papel primordial em localizar testemunhas e a encorajá-las a falar<sup>359</sup>, demonstrando-lhes que a melhor forma de assegurar o julgamento destes crimes e criar um precedente legal claro, seria através da sua prestação de depoimentos<sup>360</sup>.

Os relatórios de violações em massa de mulheres nas repúblicas ex-jugoslavas tiveram um “efeito electrizante e tornaram-se um factor significativo na demanda para a criação do Tribunal Penal Internacional”<sup>361</sup>. De uma forma geral, os relatórios que descreviam os horrendos crimes de milhares de civis que foram mortos/as e feridos/as, torturados/as e abusados/as sexualmente em campos de detenção e centenas de milhares expulsos/as de suas casas, causou indignação em todo o mundo. Após o estabelecimento do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, foi criado um mecanismo capaz de julgar os indivíduos responsáveis por estes crimes tais como descritos pelo Estatuto deste Tribunal<sup>362</sup>. O mais importante avanço, foi, sem dúvida, o lançamento das bases jurídicas que estiveram na origem da criminalização da violência sexual a um nível

---

<sup>357</sup> É de frisar que nem todos os grupos que lidam com sobreviventes de violência sexual desejaram criar parceria com o TPIJ, uma vez que este limita em certa medida o trabalho das ONG's, conferindo-lhe um carácter burocrático, que nem sempre corresponde às necessidades das vítimas.

<sup>358</sup> A *Sexual Assault Unit*, do TPIJ, declarou que, sem a cooperação destes grupos, apenas haveriam provas limitadas dos crimes de violência sexual, nomeadamente nos crimes de violação sexual. Entrevistas com Nancy Patterson, jurista e com Agnes Inderhaug, chefe da equipa de investigação da *Sexual Assault Unit*, TPIJ, Haia, 7 de Novembro de 1996 apud Helen Durham, *op.cit.*, p. 834.

<sup>359</sup> Helen Durham, *op.cit.*, p. 834.

<sup>360</sup> Idem, *ibid.*, p. 834-835.

<sup>361</sup> Rhonda Copeland, *Surfacing Gender*, 5 (2) HASTINGS WOMEN'S L.J. 1994, p. 248 apud Helen Durham, *op.cit.*, p. 833.

<sup>362</sup> No que toca à Croácia, a *Euronews* noticia a 7 de Novembro de 2011 a detenção de Goran Hadzic, antigo comandante que dirigiu, em 1995, a operação para expulsar os sérvios da autoproclamada República Sérvia de Krajina, tendo sido condenado a 24 anos de prisão e que representa “a última via do difícil processo forjado entre a diplomacia de Bruxelas e a justiça de Haia”. A detenção de Hadzic marca, de acordo com a *Euronews*, “o princípio do fim do Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia” e abriu à Croácia “as portas da União Europeia” ao mesmo tempo que “marcou o caminho a seguir pela Sérvia, na busca por criminosos de guerra.” Notícia da *Euronews*, de 26 de Maio de 2011, disponível em <http://pt.euronews.net/2011/05/26/a-porta-da-ue-esta-agora-aberta-a-servia-diz-carla-del-ponte/>, (acedido a 27 de Novembro de 2011).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

internacional e permanente, com a posterior criação do Estatuto de Roma que estabelecerá o Tribunal Penal Internacional em 2002.

### 3.2.2. ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O CRIME DE VIOLAÇÃO SISTEMÁTICA COMO ARMA DE GUERRA

---

Ainda durante os conflitos, as redes de mulheres da Jugoslávia – entre as quais as Mulheres de Negro de Belgrado – conseguiram trazer o problema da violação sistemática como arma de guerra e de limpeza étnica aos fóruns internacionais, mais concretamente, na Conferência sobre Direitos Humanos de Viena de 1993<sup>363</sup>. Dois anos depois, estas questões seriam discutidas com a criação do primeiro Comité Preparatório para o Estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional (TPI), estabelecido em Dezembro de 1995 pela Assembleia Geral das Nações Unidas<sup>364</sup>, visando analisar as questões substantivas e administrativas decorrentes do projecto de criação de um Estatuto para este mesmo Tribunal. Este comité contou, não apenas com um grande número de delegações estatais, como também com um amplo leque de ONG's e especialistas em Direito Internacional, com o objectivo de desenvolver estratégias sobre as questões legais e políticas relativas à proposta de um estatuto, assim como promover uma conscientização e apoio entre as diversas organizações da sociedade civil<sup>365</sup>.

Inspirado na jurisdição dos mecanismos legais de protecção dos Tribunais Internacionais *ad hoc* para a Ex-Jugoslávia, de 1993, e para o Ruanda, de 1994, é adoptado em 1998 o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Esta decisão, “surgiu como resultado de mais de cinquenta anos de discussão, cinco anos de debate ao abrigo das Nações Unidas e de uma intensa Conferência diplomática que durou cinco semanas”<sup>366</sup> – que teve lugar em Roma nos meses de Junho e de Julho de 1998 – e nas

---

<sup>363</sup> Tatiana Moura, *op.cit.*, p. 135.

<sup>364</sup> GA Res. 50/46, 50 U.N. GAOR 87th plen.mtg., UN.Doc A/Res/46 (1995) apud Helen Durham *op.cit.*, p. 827.

<sup>365</sup> Estas ONG's formariam a Coligação para a criação de um Tribunal Penal Internacional (*Coalition for an International Criminal Court*), Idem, *Ibid.*, p. 827.

<sup>366</sup> Conferência Diplomática das Nações Unidas sobre o Estabelecimento do Tribunal Penal Internacional. Idem, *Ibid.*, p. 826.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

quais as várias ONG's desempenharam um importante papel na sua criação e estruturação.

Destaque-se o importante papel da rede *Women's Caucus*<sup>367</sup>, responsável por um influente número de recomendações e de comentários escritos, tendo desempenhado um importante papel, ao insistir na inclusão da jurisdição do TPI a consideração de um amplo leque de actos sexualmente violentos como crimes contra a humanidade e como crimes de guerra durante os conflitos armados internacionais e internos<sup>368</sup>. As *Women's Caucus* também exerceram, com sucesso, um *lobby* para a inclusão da representação de género nos lugares representativos do TPI, o qual é referido no artigo 37º, sendo também responsáveis por alguns avanços, demonstrados no que toca ao aprovisionamento de procedimentos apropriados e efectivos para a protecção de vítimas<sup>369</sup>.

O Tribunal Penal Internacional (TPI) foi estabelecido em 2002 após a sua ratificação por 60 países<sup>370</sup>, surgindo, assim, como o primeiro mecanismo com o poder de julgar os crimes de violação sistemática, efectuados a título individual, passando este a constituir crime de genocídio, conforme previsto no Estatuto de Roma assinado em 1998 e que instituiu o TPI como Tribunal Internacional Permanente. O Tribunal Penal Internacional é, actualmente, um dos mecanismos mais desenvolvidos em matéria de justiça de género pois incorpora, nomeadamente, os seguintes artigos: uma definição de género: art. 7º,3; o princípio da não-discriminação baseada em género: art. 7º 1 h); normas de procedimento e prova, protecção e participação em relação a vítimas e testemunhas de crimes de violência sexual:art.68; e criminaliza ao nível internacional a violência sexual e de género:art.7º alínea g) e h) <sup>371</sup>.

De acordo com os artigos, presentes neste estatuto, pode ser constatada que os esforços levados a cabo pelas redes e organizações feministas tiveram resultados

---

<sup>367</sup> A *Women's Caucus* tinha poderosas afiliações com cerca de outras 300 organizações. Idem, *Ibid.*, p. 828.

<sup>368</sup> Helen Durham, *op. cit.*, p. 827. A exigência da inclusão da justiça em género na legislação do TPI, que constituía uma preocupação central da *Women's Caucus* na Conferência de Roma para o Estabelecimento do Tribunal Penal Internacional, gerou controvérsia e tensão entre os Estados e ONG's e entre os vários grupos destas. Todas as questões relativamente ao género, tornaram-se extremamente controversas, particularmente quanto à inclusão da gravidez forçada na jurisdição do Tribunal, devido ao impacto que esta questão poderia causar nas leis domésticas relativas ao aborto *Idem, Ibid.*, p. 829-830.

<sup>369</sup> Helen Durham, *op. cit.*, p. 828.

<sup>370</sup> Informação extraída do site oficial do Tribunal Penal Internacional, disponível em <http://www.icc-cpi.int/Menus/ICC/About+the+Court/>, (acedido a 21 de Novembro de 2011).

<sup>371</sup> Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, adoptado pela Conferência Diplomática de Plenipotenciários das Nações Unidas para o Estabelecimento do Tribunal Penal Internacional, 17 de Julho de 1998, U.N. Doc. A/ CONF. 183/9 (1998), 37 I.L.M. 999 (1998), disponível [www.un.org/icc](http://www.un.org/icc), (acedido a 21 de Novembro de 2011).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

positivos, uma vez que este, tal como afirma Teresa Pizarro Beleza, “pondera as mulheres na sua real condição de vítimas de violência sexualizada em teatro de guerra e reclama a importância da sua presença nos mecanismos de decisão do próprio Tribunal, designadamente o corpo de juízes”<sup>372</sup>. No entanto, algumas ONG’s de mulheres recusaram-se a criar parceria com o TPI, por considerarem o seu carácter burocrático como limitador das suas acções. Algumas posições feministas apontaram, por sua vez, uma avaliação crítica à forma como os procedimentos legais do TPI instrumentalizaram os direitos das mulheres.

### 3.2.3. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES – AS CRÍTICAS FEMINISTAS E A POSIÇÃO DAS MULHERES DE NEGRO DE BELGRADO

---

A criação do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional surgiu numa altura em que começou a aumentar uma tendência de apoio para às intervenções militares por motivos humanitários, entre os quais o genocídio e a violação sistemática como arma de guerra. A crescente protecção legal dos direitos das mulheres neste âmbito pareceu, assim, também estar relacionada com a legitimação da intervenção externa das grandes potências ocidentais em países beligerantes que, na verdade, escondem outras motivações que não a defesa dos direitos das mulheres. A propensão para incluir a defesa dos direitos humanos nos discursos argumentativos em torno destas intervenções, aparece, assim, como uma tática perversamente utilizada por alguns estados para exercerem poder político e económico noutros territórios. Atentemos, desta feita, para a asserção de Karen Engle:

“[e]nquanto as finalidades humanitárias, incluindo a protecção dos direitos das mulheres, já há muito têm sido usadas para justificar o colonialismo e outras intervenções, hoje as ONG’s de Direitos Humanos, Organizações Intergovernamentais e os académicos, apoiam crescentemente a intervenção militar”<sup>373</sup>.

---

<sup>372</sup>Teresa Pizarro Beleza, “Anjos e Monstros”, *Ex-Aequo*, 2004, p. 3.

<sup>373</sup>Karen Engle, “Calling in the troops [...]”, p. 195.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Deste modo, a intervenção humanitária – que anteriormente confiava na neutralidade como forma de legitimidade – começou a ser “frequentemente encorajada por aqueles que gostariam de ver assistência dada a um dos lados dos conflitos”<sup>374</sup>, tendo-se vindo a assistir a um consenso crescente no que toca a uma norma emergente para a intervenção militar em casos de genocídio, limpeza étnica e violações sistemáticas dos direitos humanos. Foi esse o caso das intervenções na Jugoslávia, mais concretamente na Bósnia e no Kosovo, onde os subsequentes processos de democratização e de independência, após a desintegração das suas repúblicas, favoreceram em grande escala os interesses estratégicos e económicos dos Estados Unidos e da Europa.

O crime de genocídio tem, de facto, sido usado como argumento desde o início dos anos 90 para justificar algumas intervenções militares. No entanto, o facto de este acartar consigo um princípio moral que iria obrigar os Estados a intervir sempre que este crime se manifestasse, fez com que os governos o usassem com especial cuidado. Tal foi verificado, por exemplo, pela administração Bush, que, aquando a invasão da Bósnia-Herzegovina pelas forças da NATO, preferiu empregar o termo de *limpeza étnica* para promover a intervenção militar no conflito<sup>375</sup>. Os Estados Unidos passaram a variar entre um termo e o outro (genocídio e limpeza étnica) conforme os seus interesses, apoiados nas leituras cada vez menos literais da Carta da ONU, na qual as preocupações com questões humanitárias passaram a ser incluídas como justificação adicional<sup>376</sup>, e que teve a sua formalização normativa com um conjunto de princípios advindos da Cimeira Mundial de 2005, denominados ambigualmente de “Responsability to protect”<sup>377</sup>.

Para além disso, na opinião de algumas feministas, o facto de violações sistemáticas em larga escala passarem a constituir crimes de genocídio (de acordo com o Estatuto de Roma do TPI), diminuiu o significado destes crimes, uma vez que tal pode fazer com que estes sejam considerados a uma menor escala por acontecerem na esfera privada. Ora, é precisamente esta problemática da qual parte Karen Engle, ao atentar para o facto de a elevação do crime de violação ao crime de genocídio contribuir para invisibilizar as violações que não servem propósitos de limpeza étnica, ao mesmo tempo que desloca a atenção dos danos provocados às mulheres, especificamente, para se

---

<sup>374</sup> Idem, *Ibid.*, p.198.

<sup>375</sup> Idem, *Ibid.*, p.210.

<sup>376</sup> Idem, *Ibid.*, p.206.

<sup>377</sup> Idem *Ibid.*, p.205.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

concentrar mais na definição generalizada desta como genocídio e, portanto, como crime contra a humanidade. A autora defende que, “se ligar a violação ao genocídio é uma forma de chamar a atenção para os horrores da guerra, também constitui uma forma para se focar no genocídio”<sup>378</sup>, uma vez que “a confluência de violação e genocídio sugere que aquilo que é único sobre as violações em questão é que são baseadas em ódio étnico”<sup>379</sup>. Isto significa então que, neste contexto, a atenção é mais centrada num determinado conjunto étnico, do que mais especificamente nas mulheres. Engle atenta igualmente para o facto de “estes [crimes] estarem ligados de certa forma” e de, por isso, virem a “representar o genocídio”, podendo “igualmente constituir uma justificação ou demanda do uso da força”<sup>380</sup>.

A propósito desta instrumentalização dos direitos das mulheres na jurisdição internacional, que dão mais relevo aos crimes cometidos em massa, as Mulheres de Negro de Belgrado defendem que a distinção entre as vítimas é problemática afirmando: “Nós recusamos as políticas de instrumentalização das vítimas. Uma vítima é uma vítima, e o número de outras vítimas não diminui o seu sofrimento”<sup>381</sup>. Por isso suportam uma posição contrária a uma abordagem do passado de uma forma meramente pragmática, com vista a uma integração na comunidade internacional, acreditando que esta transição não pressupõe, por si só, a criação de um novo sistema de valores, instigando:

“Pode o passado criminal ser enviado num pacote para Haia? Podemos nós fazer mais alguma coisa? Ou apenas recorrer á comunidade internacional e aos tribunais internacionais? Claro que não! (...) Pode o passado ser fechado num arquivo, para que nós possamos abrir a porta para um brilhante futuro? Claro que não! O passado criminal é um vórtice (...) retorna sempre até nós de diferentes maneiras”<sup>382</sup>.

Defendendo um conceito de justiça transitória que englobe muitas outras questões que ultrapassam a aplicação dos Tribunais Internacionais, afirmam que

---

<sup>378</sup> Idem, *Ibid.*, p.222.

<sup>379</sup> Idem, *Ibid.*, p.224.

<sup>380</sup> Idem, *Ibid.*, p.222.

<sup>381</sup> *Women in Black Against War: A Letter to the Women's Meeting in Amsterdam on the 8th of March 1993*, WOMEN MAGAZINE, Dez. 1993, pp.17–18 in Jelena Batinic, *Feminism, Nationalism, and War: The 'Yugoslav Case' in Feminist Texts*, 3 J. INT'L WOMEN'S STUD, 2001 apud Karen Engle, *op cit.*, pp. 220-221.

<sup>382</sup> Informação retirada do site oficial das Mulheres de Negro de Belgrado, disponível em [http://www.zeneucnom.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=348&Itemid=54](http://www.zeneucnom.org/index.php?option=com_content&task=view&id=348&Itemid=54), (acedido em 1 de Agosto de 2011).



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

“confrontar o passado criminal é predominantemente uma categoria moral e uma “precondição para a integridade e dignidade” que concerne à sociedade civil e às suas relações intersubjectivas<sup>383</sup>.

Posto isto, é inegável, de facto, que o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional constituiu um grande passo no sentido da penalização dos crimes de guerra ao considerá-los puníveis na jurisdição internacional, focando especial atenção para as atrocidades cometidas contra mulheres e raparigas (abusos e violações sistemáticas)<sup>384</sup>. No entanto, os julgamentos destes crimes não previnem nem resolvem questões de fundo estrutural relacionadas com toda uma cultura de violência enraizada nas facções militares e até mesmo nos civis homens, para além de não apagar os danos físicos, morais e psicológicos provocados por estas práticas que deixam vestígios para o que resta da vida destas mulheres.

Constata-se que é frequente no final dos conflitos, as mulheres terem de encarar, por vezes, a rejeição dos seus companheiros, familiares e até mesmo da comunidade<sup>385</sup>, sendo forçadas a deslocar-se para outros sítios, onde enfrentam situações de insegurança ainda mais graves. É importante considerar também que “mesmo após o conflito, a violência sexual continua, passando da esfera pública para a esfera privada”. Uma vez que “muitas vezes os maridos, na sua maioria ex-combatentes, quando regressam a casa, projectam os seus traumas e frustrações sobre as suas famílias”<sup>386</sup>, o que é agravado perante a falta de uma segurança eficaz característica numa fase pós-conflito.

Conscientes da necessidade imperativa de criar medidas que tivessem em conta o que foi exposto, grupos de feministas exerceram pressão nas Nações Unidas para uma reformulação e configuração das missões de paz, tendo em vista a introdução das questões específicas de género nos seus planos de acção, que ultrapassam largamente a mera criminalização das violações efectuadas em contexto de guerra. Estas consideram a criação de medidas, que fomentem a sensibilidade em torno das necessidades

---

<sup>383</sup> Idem, *Ibid.*,

<sup>384</sup> O TPI é actualmente um dos mecanismos mais desenvolvidos em matéria de justiça de género, pois incorpora uma definição de género: art. 7º,3; o princípio da não-discriminação baseada em género: art. 7º 1 h); normas de procedimento e prova, protecção e participação em relação a vítimas e testemunhas de crimes de violência sexual:art.68; criminaliza ao nível internacional a violência sexual e de género:art.7º alínea g) e h).

<sup>385</sup>S. Brownmiller, *Against Our Will: Men, Women and Rape*, Nova Iorque, Simon & Schuster, 1975, p. 78 apud Tatiana Moura, "Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Violentos." Dissertação [...], 136.

<sup>386</sup> T. Bouta, e G. Ferks, “Women’s roles in Conflict Prevention, Conflict Resolution and Post-Conflict Reconstruction: Literature review and Institutional Analysis.” Haia, *Netherlands Institute of International Relations “Clingendael”*, 2002, p. 29, apud Tatiana Moura, *op.cit.*, p. 136.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

específicas das mulheres, como elemento fundamental para o restabelecimento da paz em zonas de conflito, assim como a integração das mulheres como agentes activos neste processo.

---

### 3.3. A INFLUÊNCIA DAS REDES INTERNACIONAIS DE MULHERES E OS AVANÇOS NA INTRODUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA DE GÉNERO NAS MISSÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS

---

No que toca as Direitos humanos das Mulheres, a década de 90 veio constituir o culminar do trabalho que havia sido realizado nos vinte anos anteriores, que teve início com a primeira Conferência dos direitos humanos das mulheres no México em 1975, tendo sido, pouco depois, efectuado um passo decisivo a nível institucional com a adopção, em 1979, da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as Mulheres (CEDAW). Vislumbrando-se um maior progresso a nível das questões das mulheres, como resultado do esforço de centenas de grupos de mulheres de todo o mundo – mulheres das Nações Unidas, de instituições internacionais em articulação com mulheres que trabalhavam ao nível local, nacional e regional – os movimentos feministas internacionalizaram-se a um nível sem precedentes, desenvolvendo pressão junto dos governos e instituições para a adopção de planos de estratégia, coordenação, educação e unificação. Estes esforços resultaram na Conferência Internacional de Direitos Humanos de Viena, em 1993, e na Quarta Conferência Mundial das Mulheres em Beijing, em 1995<sup>387</sup>, nas quais as Mulheres de Negro de Belgrado também participaram<sup>388</sup>.

A declaração advinda da CEDAW, trouxe a grande novidade de entender os tradicionais papéis e estereótipos do homem e da mulher como factores de

---

<sup>387</sup> A Plataforma de Acção de Beijing afirmou os direitos das mulheres como direitos humanos, comprometidos com acções específicas para garantir esses direitos.

<sup>388</sup> As Mulheres de Negro, juntamente com outros quatro grupos de Belgrado, formaram a Coligação Feminista para desenvolverem actividades conjuntas, especialmente para a criação de documentos para a sessão da CEDAW. Ver no site oficial das Mulheres de Negro de Belgrado [http://www.zeneucnom.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=235&Itemid=1&lang=en](http://www.zeneucnom.org/index.php?option=com_content&task=view&id=235&Itemid=1&lang=en), (acedido em 21 de Junho de 2011).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

discriminação (artigo 5º), enumerando no seu programa, pela primeira vez no Direito Internacional, a necessidade de desfazer a distribuição rígida de papéis sociais em função do sexo das pessoas e enunciando um grande número de aspectos programáticos e políticos sobre o problema específico<sup>389</sup>. A CEDAW também foi importante na questão dos conflitos armados, reconhecendo o impacto da guerra nos direitos das mulheres<sup>390</sup>. Seria, contudo, na Conferência de Beijing onde, pela primeira vez, seria dada uma atenção considerável às questões e aos argumentos no que toca às interligações entre o sexismo e as instituições militares<sup>391</sup>. Desta Conferência resultou uma Declaração e uma Plataforma de Acção que são hoje instrumentos centrais: a Declaração enuncia princípios fundamentais que devem guiar a acção política, e a Plataforma de Acção identifica “áreas críticas” onde os problemas se situam e aponta estratégias e caminhos de mudança<sup>392</sup>.

Seria, assim, a partir da Quarta Conferência Mundial das Mulheres (Beijing), que se assistiria a uma mudança no que toca ao reconhecimento do papel das mulheres na construção da paz, passando estas a serem vistas, de acordo com a Declaração de Beijing como agentes activos, ao contrário do papel passivo que lhes era tradicionalmente atribuído. Nesta, as Nações Unidas “comprometeram-se a adoptar e incluir uma perspectiva centrada nas preocupações, expectativas e acções das mulheres em todas as suas actividades e políticas, e a ver as mulheres não apenas como vítimas de injustiça mas como agentes importantes de mudança”<sup>393</sup>.

No seguimento das anteriores disposições, em Junho de 2000, a Assembleia Geral da ONU realizaria uma sessão especial intitulada Mulheres 2000: Género, Igualdade, Desenvolvimento e Paz para o século XXI, e em Outubro desse mesmo ano, o Conselho de Segurança, num debate aberto, focar-se-ia nas temáticas de Género, Igualdade e Paz, o que levou a que o Conselho de Segurança adoptasse a 31 de Outubro de 2000 a Resolução 1325 sobre mulheres paz e segurança, considerada uma forte afirmação no papel das mulheres na prevenção e na resolução dos conflitos<sup>394</sup>.

---

<sup>389</sup> Ver Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as Mulheres, Nações Unidas

<sup>390</sup> No entanto, é o Direito Humanitário que tem aplicação no caso específico dos conflitos armados.

<sup>391</sup> Betty Reardon, "Gender and Global Security: A feminist Challenge to the United Nations and Peace Research." *Journal of International Cooperation Studies*, Nº 1 ed, 1996, p. 29. (pp.29-56).

<sup>392</sup> Tatiana Moura “Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Violentos.” *Dissertação* [...] p.37.

<sup>393</sup> Tatiana Moura “Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Armados” Quarteto, Coimbra, 2005, pp. 69-70.

<sup>394</sup> Johanna Valenius, "A Few Kind Women: Gender Essentialism and Nordic Peacekeeping Operations", *International Peacekeeping*, Vol 14, nº 4, 2007, p. 512, (pp. 510 – 523).

### 3.3.1. A MULTIDIMENSIONALIDADE DAS MISSÕES DE PAZ E A INTRODUÇÃO DE UMA ABORDAGEM SISTEMÁTICA EM MATÉRIA DE GÉNERO

---

“Hoje, as operações de manutenção de paz revestem-se de um carácter multidisciplinar: regem-se por um mandato alargado à restauração de um Estado de Direito, ao desenvolvimento de uma boa governança. À reabilitação de países destruídos por um confronto armado ou ainda à garantia do respeito dos direitos humanos. Neste novo cenário, o pessoal das operações de manutenção de paz, seja militar, civil ou policial, confronta-se com sociedades pós-conflito, onde grassam populações empobrecidas e vulneráveis”<sup>395</sup>.

As missões de paz tradicionais eram caracterizadas pela necessidade de patrulhamento militar nas linhas divisórias de duas forças opostas, numa tentativa de criar um espaço de desenvolvimento da paz. No entanto, o cenário actual, com contornos de guerras civis, tornou a violência mais difícil de definir, verificando-se uma mudança de regras exigida pelo grande número de pessoas deslocadas das quais a sua maioria são mulheres e crianças, vítimas de tortura, violação e limpeza étnica numa escala sem precedentes o que forçou as missões de paz a uma nova forma de actuação num ambiente complexo, multifacetado e multiorganizacional<sup>396</sup> tendo-se verificado a uma evolução na estrutura das missões, particularmente desde a década de 80.

Face à falta de preparação das forças de paz, surge a necessidade de formar os civis e militares que integram estas missões no que toca a questões específicas relacionadas com género. De acordo com a Resolução 1325, a sensibilidade de género pode ser implementada de duas formas: primeiro assegurando uma igualdade justa no

---

Esta Resolução salienta a importância do total envolvimento das mulheres em todos os aspectos da promoção e da manutenção da paz e segurança, bem como a necessidade de aumentar o seu papel no processo de tomada de decisão, recomendando especificamente o treino especializado para as forças de manutenção de paz no que toca à protecção, necessidades especiais e direitos humanos de mulheres e crianças. Aponta também para a necessidade de consolidar dados sobre o impacto dos conflitos armados nas mulheres e raparigas, solicitando o Secretário-geral a apresentar nos seus relatórios ao Conselho de Segurança, quando necessário, os progressos efectuados a nível da abordagem integrada de género nas missões de paz. Johanna Valenius, *op.cit.*, p. 511.

<sup>395</sup> Nadine Puerchguirbal, "As Violências das Forças de Interposição da ONU," in Christine Ockrent, *O Livro Negro da condição das mulheres*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, p. 463, (pp.463 – 472).

<sup>396</sup> Angela Mackay, "Training the uniforms: gender and peacekeeping operations", *Development in Practice*, 2003, pp. 217 - 222.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

número de homens e mulheres que participam nas operações e em todos os níveis e, segundo, assegurando que as questões de género são observadas ao longo de uma operação<sup>397</sup>.

Desta forma, em 2004, é elaborado o Pacote de Recurso a uma integração da perspectiva de género nas Operações de Paz – *Gender Resource Package for Peacekeeping Operations* –, que consistiria num manual para uso de todas as forças envolvidas nas missões, tanto para uso na fase de pré-implementação, como também no campo. Este foi concebido para explicar o conceito de *gender mainstreaming* – abordagem de integração sistemática em matéria de género – na formação das forças de manutenção de paz nas bases militares e nas missões. Por *gender mainstreaming*<sup>398</sup> entende-se uma nova abordagem dos direitos humanos das mulheres na jurisdição internacional, mas com uma amplitude mais abrangente por se focalizar numa “estratégia globalmente aceite para a promoção da igualdade de género e numa integração que não é um fim em si, mas uma estratégia, uma abordagem, um meio para atingir a meta da igualdade de género”<sup>399</sup>. Esta estratégia visa garantir que a meta da igualdade de género integra todas as áreas – desenvolvimento de políticas, advocacia, pesquisa/ diálogo, legislação, alocação de recursos e planeamento, implementação e acompanhamento dos programas e projectos<sup>400</sup>.

No entanto, apesar do grande avanço proporcionado pela Resolução 1325 das Nações Unidas ao introduzir, pela primeira vez, uma abordagem que coloca as questões de género ao nível prático da conduta dos agentes de paz, ao mesmo tempo que incita a uma maior participação das mulheres nestas missões, o desfasamento entre a retórica e a prática tem como resultado mudanças tímidas quanto á estrutura destas missões e à conduta que nelas desempenham os agentes de paz.

---

<sup>397</sup> Johanna Valenius, *op. cit.*, p. 511.

<sup>398</sup> Conceito introduzido pela primeira vez pela Plataforma de Acção de Beijing, 1995 (United Nations, Division for the Advancement of Women 2000, 2009, disponível em <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/plat1.htm#objectives>, (acedido em 3 de Dezembro de 2010).

<sup>399</sup> United Nations, OSAGI - Office of the Special Adviser on Gender Issues and Advancement of Women 2010 disponível em <http://www.un.org/womenwatch/osagi/gendermainstreaming.htm>, (acedido a 1 de Dezembro de 2010).

<sup>400</sup> United Nations, OSAGI - Office of the Special Adviser on Gender Issues and Advancement of Women 2010 disponível em <http://www.un.org/womenwatch/osagi/gendermainstreaming.htm> (acedido em 1 de Dezembro de 2010).

### 3.3.2. “PLUS ÇA CHANGE, PLUS C’EST LA MÊME CHOSE”<sup>401</sup> – O ESSENCIALISMO DE GÉNERO E A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NAS MISSÕES DE PAZ

---

A Resolução 1325, ao introduzir uma perspectiva de género nas missões de paz, parte, de acordo com algumas críticas feministas, de uma base essencialista que continua a atribuir aos dois sexos a tradicional divisão de papéis. Desta feita, de acordo com Sandra Whitworth, o conceito de *gender mainstreaming* no que toca a questões de paz e segurança, continua a estar assente na distinção entre homens e mulheres, não tendo em consideração as masculinidades e feminilidades no sentido da denotação das hierarquias de poder que são estabelecidas entre elas<sup>402</sup>.

Enquanto, para algumas feministas liberais, o problema da aplicação desta Resolução reside na proporção do número de mulheres em operações de paz continuar a ser baixa, de acordo com Sandra Withworth, este está relacionado principalmente com “a insuficiência das meras correcções técnicas num contexto de internacionalismo liberal, que pratica um esforço humanitário, mas que ao mesmo tempo assenta em princípios da *realpolitik* da soberania do Estado e da política de poder”<sup>403</sup>. A autora considera que a mera presença e participação de mulheres não altera as estruturas de poder hierárquicas de género, o que por conseguinte irá trazer apenas resultados, na sua maioria, cosméticos, traduzidos, tal como refere Joanna Valenius, na negligência dos objectivos políticos das mulheres, uma vez que “essencializa e totaliza o género e as experiências das mulheres, como “se a feminilidade biológica fosse suficiente para revelar as experiências das mulheres”<sup>404</sup>. De facto, a Resolução 1325, ao assumir as mulheres principalmente como vítimas e construtoras da paz, exclui os homens deste conceito, ao mesmo tempo que as conota como incapazes de agir activamente nos seus próprios projectos, continuando a ser vistas essencialmente como vítimas passivas e colocadas ao mesmo nível de vulnerabilidade das crianças. Consequentemente, as

---

<sup>401</sup> Expressão usada por Sandra Whitworth em Sandra Whitworth, *Men, Militarism & UN Peacekeeping*, Boulder, Colorado, Lynne Rienner, Inc., 2004, p. 127.

<sup>402</sup> Idem, *Ibid.*, p. 126.

<sup>403</sup> Idem, *Ibid.*, p. 122.

<sup>404</sup> Johanna Valenius, *op. cit.*, p. 513.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

diferenças entre os diferentes objectivos políticos, com base em factores económicos, sociais, regionais e étnicos, tendem a ser ocultados e silenciados<sup>405</sup>.

Os casos da ex-Jugoslávia, principalmente no Kosovo e na Bósnia-Herzegovina, onde a violência exercida sobre a população civil recaiu, especificamente, sobre as mulheres, a percepção destas como vítimas da cultura patriarcal fez com que a comunidade internacional não fosse capaz de as assumir como construtoras do seu próprio futuro. Mesmo as mulheres activistas locais, que, depois de terminada a guerra, esperavam que as organizações internacionais as incluíssem nos esforços de reconstrução de paz, foram colocadas à margem dos processos das tomadas de decisão políticas<sup>406</sup>.

Esta preconceção das mulheres como vítimas frágeis e dependentes mostrou ter efeitos extremamente negativos na conduta dos agentes de paz que integram estas missões. De facto, e apesar dos abusos e violações por parte dos agentes da ONU sobre a população local irem contra o Código de Conduta das missões de paz<sup>407</sup>, após a implementação da Resolução 1325, estes casos continuaram a ser verificados<sup>408</sup>. Actualmente, são conhecidas práticas de violência sexual contra membros das comunidades locais, principalmente contra mulheres e crianças, recorrentes desde as primeiras operações de paz, inclusivamente na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo.

Como é salientado pelo relatório do Fundo das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM):

“ Na Bósnia, estima-se que os estrangeiros (os observadores da polícia, os soldados, os mecânicos, os assistentes sociais e os agentes humanitários) representam cerca de 30% das receitas da prostituição [...] No Kosovo, rádios locais difundem

---

<sup>405</sup> Idem, *Ibid.*, p. 513.

<sup>406</sup> Kvinna till Kvinna, *Getting it Right? A gender Approach to UNMIK Administration in Kosovo*, Estocolmo, Kvinna till Kvinna Foundation, 2001, p.16-17, (pp. 10-11), apud Johanna Valenius, *op. cit.*, p. 514.

<sup>407</sup> O Secretário-Geral da ONU reiterou a sua política de tolerância zero para actos de exploração sexual e abuso cometidos por pessoal empregado ou afiliado com as Nações Unidas. Como reforço desta política é incluído no manual de formação para agentes de paz da ONU – *Gender resource Package for Peacekeeping Operations* –, um capítulo inteiramente dedicado a Género e Códigos de Conduta (capítulo VII), referente à problemática dos abusos e violações das populações locais pelos agentes de paz durante as missões, cf. *Gender Resource Package for Peacekeeping Operations*, disponível em <http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/pbps/library/GRP%20Full%20Version.pdf>, (acedido a 29 de Janeiro de 2011).

<sup>408</sup> Neste sentido, Nadine Puechguirbal afirma: “Não obstante um rigoroso Código de Conduta e uma política de `tolerância zero`, foram divulgadas alegações de exploração e de violência sexuais sobre as populações autóctones perpetradas por capacetes azuis encarregados de restaurar a paz”. Cf. em Nadine Puechguirbal *op. cit.*, p. 463-464.



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

canções populares que desaconselham as jovens raparigas a terem filhos de capacetes azuis<sup>409</sup>.

Com efeito, os casos de prostituição parecem ser os mais frequentes, representando o maior número de abusos nas missões e ultrapassando, inúmeras vezes, o âmbito destas missões. Com efeito, Madeleine Rees, responsável pelo gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Sarajevo, denuncia o facto da deslocação de mais de 50.000 elementos de organizações Internacionais para a Bósnia- Herzegovina, na sequência dos acordos de Dayton, ter feito aumentar o tráfico de mulheres provenientes da Roménia, Moldávia e Ucrânia. Tal deveu-se ao facto da maioria destes elementos serem homens, fazendo com que a procura de prostitutas, por parte destes, surgisse como demanda para o tráfico de mulheres de países próximos, a fim de preencherem os bordéis na Bósnia-Herzegovina<sup>410</sup>.

Estes actos violentos cometidos pelos membros das operações de manutenção e Paz das Nações Unidas contra mulheres e raparigas, que combinam exploração e abusos sexuais, não são um fenómeno apenas recente e desenvolveu-se noutras partes do mundo. Recentemente foram reportados casos de agentes humanitários e de capacetes azuis que forçaram raparigas a terem relações sexuais com eles em troca de alimentos, dinheiro, ou de um tecto, constituindo tal um abuso de poder inaceitável junto das populações vulneráveis locais. Em alguns casos, chega mesmo a ser denunciada a “violação disfarçada de prostituição”, que consiste no suborno depois da relação sexual forçada<sup>411</sup>.

Ora, resta agora conhecer os motivos que estão por detrás da existência de casos desta natureza e que reflectem comportamentos inadmissíveis por parte dos agentes de paz. Com efeito, estes poderão ser explicados não só pela própria estrutura das

---

<sup>409</sup> UNIFEM: Women, War Peace, The Independent Expert's Assesment in Elizabeth Rhen, e Ellen Jonhson Sirleaf,, *Progress of the World's Women 2002*, vol. 1 , Nações Unidas, Nova Iorque, 2002, pp. 71-72.

<sup>410</sup> Madeleine Rees atenta para o facto de “os clientes dessas mulheres que foram trazidas para trabalharem como prostitutas” serem “quase exclusivamente internacionais” uma vez que nessa altura “os habitantes locais simplesmente não tinham dinheiro para frequentar esses locais de prostituição”. Rees, Madeleine: “International intervention in Bosnia-Herzegovina: the cost of ignoring gender”, in Cynthia Cockburn, e Dubravka Zarov, ( eds.): *The Postwar Moment, Militaries, Masculinities and International Peacekeeping*, Lawrence & Wishart Londres, 2002, p. 61 Apud Nadine Puechguirbal *op.cit.*, p. 463.

<sup>411</sup> Ver *Relatório Zeid*. Este relatório identifica vários problemas que contribuem para a recorrência de abuso e exploração sexual em missões de paz e sugere medidas para prevenir e punir os responsáveis, deixando também explícito que, sem a ajuda dos estados contribuintes, não seria possível punir os responsáveis de tais crimes. Príncipe Zeid Ra`ad Zeid Al- Hussein, “Estratégia global visando eliminar a exploração e os abusos sexuais nas operações de manutenção de paz das Nações Unidas”, A/59/710, Assembleia Geral das Nações Unidas, 24 de Março de 2005, p. 12.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

operações de manutenção de paz, que tem por base um padrão de referência masculino, como também pelas bases de toda uma cultura militar guiada por uma “triumfante hegemonia masculina”, isto é, por uma hipermasculinidade que faz com que haja uma “aceitação tácita de que os casos de exploração e de violência sexuais são parte integrante das operações de manutenção de paz”<sup>412</sup>, suportada na noção generalizada (não só em contextos de guerra) da necessidade de satisfação sexual masculina como algo de natural. Tal constitui nada mais do que o recurso a um “falacioso imperativo de ordem biológica”<sup>413</sup> para isentar de qualquer responsabilidade individual os agentes de manutenção de paz no que ao seu diz respeito a este tipo de comportamento, sendo alguns casos de violações por vezes considerados pelos capacetes azuis como “danos colaterais”, num contexto em que as mulheres são vistas como vítimas e por isso tratadas como cidadãs de segunda classe, não possuindo forças para lutarem contra a sua própria exploração <sup>414</sup>.

Os abusos e violações, praticados pelos agentes de paz da ONU, são a demonstração mais flagrante da hipocrisia que por vezes figura nas missões de paz, uma vez que os agentes, que supostamente asseguram a promoção da paz e a protecção das pessoas, acabam, por vezes, por ser os perpetradores da violência, acabando por constituir, também eles, uma fonte de insegurança. Deste modo, provocam a desconfiança e o medo entre as populações locais, frequentemente constituindo, por isso, factores de instabilidade que em muito comprometem o sucesso destas missões.

Apesar da Resolução 1325 estabelecer medidas que visam evitar os abusos sexuais das populações locais, promover comportamentos nas missões de paz num sentido mais igualitário e considerar as mulheres como agentes activos, os casos demonstrados revelam a ambiguidade das políticas da ONU. De facto, estas medidas preventivas, com o objectivo de erradicar a cultura sexual permissiva das missões de paz, não são suficientes quando existe uma impunidade generalizada no que toca ao envolvimento dos soldados da paz em actos de violência. Para além disso, a implantação da Resolução 1325, trouxe consigo uma instrumentalização do modo de conduta dos agentes de paz e um essencialismo de género no modo de proceder e de actuar em contextos inter-subjectivos, mantendo-se um distanciamento em relação às

---

<sup>412</sup> Paul Higate, *Gender and Peacekeeping, Cases Studies: the Democratic Republic of the Congo and Sierra Leone*, ISS Monograph Series, nº 91, Março de 2004, p. 61 *apud* Nadine Puechguirbal *op.cit.*, p. 467.

<sup>413</sup> *Idem. ibid.*, p. 467.

<sup>414</sup> *Idem. ibid.*, pp. 467-468.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

reais necessidades das mulheres, que é um dos maiores factores de instabilidade, e que cria impactos desastrosos nos países de acolhimento.

A Resolução 1325 veio, também de certa forma, acentuar o essencialismo presente nas dicotomias protector/ protegida e agressor/agredida, pressupondo, ambas, uma relação desigual em que o primeiro prevalece sobre a segunda - seja como aquele que a protege, seja como aquele que a agride – e onde, em ambas as situações, as mulheres são subvalorizadas e desconsideradas do seu papel como construtoras do seu próprio futuro.

Demonstrando a forma como as políticas da ONU impõe ditames descontextualizados, procedendo ao anulamento das propostas de reconstrução para a paz lideradas por mulheres locais, atentemos para o exemplo das Mulheres de Negro de Belgrado. Com efeito, seguindo de perto o processo de implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Sérvia, as Mulheres de Negro alertam, como veremos a seguir, para a sua inadequação e incompatibilidade com o objectivo de emancipação das mulheres.

### 3.3.3. A IMPLANTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 1325 NA SÉRVIA- A AVALIAÇÃO ANUAL DAS MULHERES DE NEGRO DE BELGRADO

---

No seguimento do que anteriormente foi exposto, são verificadas algumas observações críticas e actividades das Mulheres de Negro relativas à elaboração de um Plano Nacional de Acção para a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Sérvia. Estas observações, tendo sido incluídas numa colecção de artigos da autoria das Mulheres de Negro de Belgrado, intitulada *Women, Peace, Security: Resolution 1325 – 10 years*, publicada em 2011<sup>415</sup>, focam-se na crítica a uma abordagem tradicional do conceito de segurança, assim como a sua incompatibilidade com os direitos humanos particulares das mulheres, e que tem por base numa interpretação liberal de género. Criticam, igualmente, o facto do conceito de segurança humana estar limitado por políticas de desenvolvimento estratégico, assim

---

<sup>415</sup> Women in Black, *Women, peace, security: Resoluition 1325 - 10 years*, Staša Zajović (montage), Novi Sad, ArtPrint, 2010. Disponível na internet em <http://www.zeneucrnom.org/pdf/rezolucija-ingleski.pdf>.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

como a burocracia presente na introdução sistemática em matéria de género (*gendermainstreaming*)<sup>416</sup>.

As Mulheres de Negro de Belgrado participaram presencialmente na análise da implementação da Resolução, desenvolvendo uma revisão dos planos, assim como debates acerca do seu potencial interesse internacional e global no sentido da emancipação das mulheres<sup>417</sup>. Deste modo, estas concluem que,

“o único documento disponível, que consiste nas recomendações para a elaboração do Plano Nacional de Acção (PNA), não estabelece padrões para um plano coerente e inclusivo, sendo antes realizado através da implementação acrítica de uma abordagem de segurança e de género liberal, militarista e de desenvolvimento”<sup>418</sup>.

Defendem por isso, que o conceito de segurança requer uma abordagem multidisciplinar, centrada na cooperação e coordenação das actividades institucionais e extra institucionais, devendo incluir a participação activa dos cidadãos e cidadãs<sup>419</sup>.

De acordo com as Mulheres de Negro, a sociedade civil, não possui uma influência especificada nas recomendações para a elaboração do PNA. Deste modo, o activismo pacífico é completamente excluído no relatório do grupo de trabalho relativo à participação das mulheres na resolução do conflito, situações pós-conflito e operações de manutenção de paz<sup>420</sup>.

Todos os esforços e iniciativas das organizações da sociedade civil, na educação, promoção e *lobbying* para a implementação da Resolução 1325 na Sérvia, também não são considerados neste processo. Assim, para além de ignorar a contribuição das mulheres activistas na construção de paz nos últimos vinte anos, o projecto de elaboração do PNA também não leva a sério o facto de a não confrontação com o passado, no que toca à condenação do genocídio em Srebrenica, acartar consigo riscos de segurança<sup>421</sup>. Para além disso, o Ministro da Defesa foi apontado como implementador necessário, o que simbolicamente altera o significado da Resolução 1325, testemunhando a abordagem militarista da segurança, que é caracterizada pela presença do Exército e da Polícia e pela militarização da sociedade, nomeadamente,

---

<sup>416</sup>Idem.*ibid.*, p.13.

<sup>417</sup>Idem.*ibid.*, p.14.

<sup>418</sup>Idem.*ibid.*, p.14.

<sup>419</sup>Idem.*ibid.*, p.17.

<sup>420</sup>Idem.*ibid.*, p.15.

<sup>421</sup>Idem.*ibid.*, p.15.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

através da transmissão de valores militaristas em todas as esferas da sociedade; pela ausência da sociedade civil na criação da noção e prática da segurança e pela marginalização e vitimização das mulheres.

Substancialmente, nesta abordagem militarista tradicional da segurança, os sujeitos principais não são constituídos pelos cidadãos e cidadãs, mas sim pelo Estado, mais concretamente pela elite política e económica que o compõe. Para além do mais, a experiência das guerras da década de noventa na ex-Jugoslávia e, em particular, o papel desempenhado pelas Forças Armadas sérvias como um dos principais órgãos executivos do regime de Slobodan Milosevic, põe em questão a credibilidade desta instituição como a implementadora da elaboração do processo no PNA, sendo particularmente inaceitável do ponto de vista feminista pacifista<sup>422</sup>.

As Mulheres de Negro denunciam também o facto da Resolução 1325 não mencionar quaisquer questões relativas à responsabilidade da Sérvia pelos conflitos, apelando, por isso, para a importância da justiça transitória no processo de democratização da região, no qual consideram que a igualdade de participação das mulheres é uma condição essencial<sup>423</sup>. Para isso, vêm como primordial a tomada de uma posição clara e inequívoca do Ministro da Defesa quanto ao genocídio de Srebrenica, no seguimento da decisão do Tribunal Internacional de Justiça em Fevereiro de 2007, e da Resolução do Parlamento Europeu relativa a esta questão<sup>424</sup>.

A animosidade em torno das mulheres activistas é também outra questão apontada pelas Mulheres de Negro, sendo aquelas atacadas frequentemente por organizações clérigo-fascistas e neonazistas que as colocam numa posição de particular insegurança, sobretudo sobre as que defendem a penalização dos crimes de guerra. Nesse sentido, é também defendida a penalização das pessoas e identidades que prejudicam a segurança das defensoras dos direitos humanos<sup>425</sup>.

Com a plena noção de que a perpetuação da violência e de valores nacionalistas e militaristas têm como causa principal a presença de forças repressivas policiais e militares, que, como foi referido, ambigualmente, são as mesmas entidades destinadas a assegurar a segurança da população, as feministas propõem uma alternativa antimilitarista capaz de viabilizar o processo de construção da paz em terreno sérvio<sup>426</sup>.

---

<sup>422</sup> Idem.*ibid.*, p.16

<sup>423</sup> Idem.*ibid.*, p.27.

<sup>424</sup> Idem.*ibid.*, p.16.

<sup>425</sup> Idem.*ibid.*, p.17.

<sup>426</sup> Idem.*ibid.*, p.16.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Desta forma, defendem a desmilitarização tanto do conceito de segurança e de defesa, como do patriotismo, assim como do sistema educativo; opõem-se conscientemente às despesas militares; defendem a conversão da indústria militar em indústria civil; e apelam para uma redefinição da noção de masculinidade, uma vez que consideram que esta constitui a base mais profunda do nacionalismo, do militarismo, do sexismo, do racismo, da homofobia e da xenofobia. Para isso, as Mulheres de Negro sustentam uma educação direccionada para a paz e para a não-violência e uma mudança no sistema de valores, como os elementos-chave primordiais para o mantimento da segurança<sup>427</sup>.

Pode ser, assim, constatado que, mesmo após a implementação da Resolução 1325, as denúncias e críticas apontadas pelas Mulheres de Negro de Belgrado continuam a persistir numa sociedade marcadamente patriarcal e que, por isso, perpetua valores nacionalistas e militaristas que tornam impossível o respeito pelos direitos humanos no geral, e pelos direitos das mulheres em particular. Deste modo, após a desintegração da Jugoslávia, assiste-se a uma transição de um sistema patriarcal socialista para um sistema patriarcal democrático liberal, que, por continuar a assentar no mesmo sistema de dominação, embora através de um modelo político diferente, irá surgir como *o reverso da moeda* daquele que o antecedeu, garantindo, por um lado, alguns novos direitos às mulheres e, por outro, retirando alguns que estas já haviam adquirido na Jugoslávia socialista. Para além disso, a violência e o nacionalismo, que por si só já constituem uma característica profundamente enraizada nas sociedades pós-guerra, irão, de certa forma, encontrar correspondência com os elementos nacionalistas identitários característicos do emergir do Estado-nação.

#### 4. O PÓS-GUERRA NA EX-JUGOSLÁVIA – OS DIREITOS DAS MULHERES NAS NOVAS DEMOCRACIAS DA EX-JUGOSLÁVIA E O IMPACTO DAS POLÍTICAS DE TRANSIÇÃO E DOS NEONACIONALISMOS

---

Os Balcãs puseram a nú as últimas consequências do nacionalismo, expondo a forma como os artificialismos simbólicos de uma identidade nacional imaginada e

---

<sup>427</sup> Idem.*ibid.*, p.22.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

difundida nas crenças individuais podem gerar ódio e hostilidade. Terminada a guerra, estes nacionalismos encontraram apoio na edificação dos novos estados democráticos, tradicionalmente configurados entre fronteiras e através de uma construção identitária homogeneizada. Assiste-se igualmente a uma regressão nas reivindicações e participação das mulheres, uma vez que o apagamento histórico surge como um efeito frequente na reconsolidação do controle centralizado da autoridade. Este faz parte do processo de legitimação do privilégio, incluindo o privilégio de género, fazendo com que as contribuições das mulheres sejam apagadas<sup>428</sup>.

O ressurgimento do nacionalismo na Europa central e de leste e a sua tenacidade em outros lugares, oferece uma oportunidade (indesejável) de reconhecer as formas nas quais as construções da identidade nacional são sexuadas. Apesar de recentes transições políticas constituírem em alguns casos mudanças no sentido mais democrático, estas constituem zonas imensamente instáveis e incertas a vários níveis. Para além disso, assiste-se a uma mudança política do comunismo para o capitalismo, mas uma continuidade cultural, onde se assiste á perpetuação de valores patriarcais<sup>429</sup>. É nesse sentido que Cynthia Enloe reconhece que,

“longe de anunciar um admirável mundo novo das políticas sexuais, o final da rivalidade das superpotências apenas fortificou a sua compreensão acerca das quais os homens têm usado o nacionalismo para silenciar as mulheres e o conhecimento de como as ideologias nacionalistas, estratégias e estruturas, têm servido para actualizar e também para perpetuar a masculinidade privilegiada”<sup>430</sup>.

A Jugoslávia comunista, era, comparativamente com outros países comunistas, marcada por uma maior abertura de fronteiras, permitindo uma maior comunicação internacional e proporcionando uma maior circulação de ideias, entre as quais, as ideias feministas<sup>431</sup>. De facto, um dos compromissos ideológicos do comunismo na Jugoslávia, era o alcance da igualdade entre homens e mulheres, contudo, esta foi estabelecida por

---

<sup>428</sup> Julie Mertus, “Human Rights of Women in central and Eastern Europe” in Askin, Kelly D. e Dorean M. Koenig. *Women and International Human Rights Law*, Vol. 3, Ardsley, Transnational Publishers, Inc., 2001, p. 618, pp. 613-699.

<sup>429</sup> Rick Wilford, “Women, ethnicity and nationalism: surveying the ground.” in Rick Wilford e Robert L. Miller (eds.), *Women, ethnicity and nationalism: the politics of transition*, Londres, Routledge, 1998, p.7, (pp. 1-22).

<sup>430</sup> Cynthia Enloe, *The Morning After: sexual politics at the end of the cold war*, Berkeley e Los Angeles, California, University of California Press., 1993, p. 229, (tradução nossa).

<sup>431</sup> Lepa Mladjenovic e Donna M. Hughes, *Feminism Resistance* [...], cit., p. 250.



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

um decreto administrativo, ao invés de uma mudança sustentada nas atitudes relativamente às relações de género<sup>432</sup>, ou seja, “uma aparência de igualdade, que frequentemente se aproximou mais da uniformidade do que da igualdade genuína, foi imposta de cima para baixo”<sup>433</sup>.

Deste modo, a participação e emancipação das mulheres na sociedade jugoslava não era um fim em si mesmo: servia, sim, para atingir objectivos políticos no que concerne à construção do estado socialista e às necessidades oriundas do aumento da demanda de mão-de-obra provocada pela rápida industrialização e burocratização<sup>434</sup>. Para além disso, a participação política das mulheres era meramente superficial, uma vez que, apesar de constituírem um número significativo nos parlamentos, nunca ocupavam os cargos superiores. Tal colocou os direitos das mulheres firmemente na esfera pública, ou seja, nos domínios do emprego e da política<sup>435</sup>, enquanto que a esfera privada continuou intocada pela regulamentação do Estado. Isto porque, na verdade e apesar dos apoios sociais à maternidade, a esmagadora maioria das mulheres transportava o duplo fardo do trabalho doméstico e do emprego<sup>436</sup>, o que foi sendo agravado sucessivamente com a escassez dos bens comuns, assim como com a insuficiência de instalações públicas para os seus filhos<sup>437</sup>.

Na verdade, logo a partir da década de 60, que a Jugoslávia vinha apresentando sinais de crise económica o que, como consequência conjecturável, foi acompanhada pelo reacender dos velhos nacionalismos e que fizeram “os equívocos do modelo jugoslavo manifestar-se em toda a sua crueza”<sup>438</sup>. Este fenómeno do colapso da economia jugoslava, ligado com a liberalização do mercado ainda na década de 60, seria agravado com a crise do petróleo dos anos 70 e com os empréstimos do Fundo Monetário Internacional, que, ao impôr uma liberalização do mercado, provocou o aumento da dívida externa do país. Tal como aponta Carlos Santos Pereira: “as curvas de crescimento invertem-se rapidamente. A Jugoslávia apercebe-se de que o brilhante

---

<sup>432</sup> Ulf Brunnbauer, "From equality without democracy to democracy without equality? Women and transition in south-east Europe," *South - East Europe Review*, Março, 2000, p. 152, (pp.151 – 168).

<sup>433</sup> UNICEF, *Women in Transition*, Florence: UNICEF (The MONEE Project: Regional Monitoring Report, No. 6), p. iii apud Ulf Brunnbauer, *op.cit.*, p. 152.

<sup>434</sup> Idem, *Ibid.*, p. 153.

<sup>435</sup> Idem, *Ibid.*, p. 152.

<sup>436</sup> Dados sobre a Jugoslávia no ano de 1965, sugerem que a carga horária total de mulheres constituía em média 60-70 horas por semana, das quais 20 a 30 horas correspondiam a trabalho não remunerada, mostrando assim, que, de facto, as mulheres tinham de suportar uma maior carga horária total do que os homens. UNICEF (1999), *op. cit.*, p. 25. apud Ulf Brunnbauer, *op. cit.*, p. 153.

<sup>437</sup> Idem, *Ibid.*, p. 153.

<sup>438</sup> Carlos Santos Pereira, *Da Jugoslávia à Jugoslávia: os Balcãs e a nova ordem europeia*, [...]cit., p. 135.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

crescimento dos anos 60 e 70 fora feito a crédito<sup>439</sup>. Esta conjuntura seria, assim, o resultado de sucessivas reformas de orientação liberalizante levadas a cabo por Tito<sup>440</sup>, e que, ainda durante o seu regime, tiveram um impacto profundamente negativo nas condições políticas, económicas e sociais das mulheres.

Para além disso, as políticas de género da Jugoslávia comunista já haviam preparado o terreno para a futura discriminação contra as mulheres após a queda do comunismo. O colapso dos regimes socialistas havia, contudo, aumentado as expectativas das mulheres que, de um dia para o outro, obtiveram muitos direitos sociais e políticos como o direito de associação, direito a viajar, direito de expressão e de imprensa, e a liberdade de organizar partidos políticos e de participar livremente no processo político. No entanto, poucos destes direitos conduziram a melhorias significativas no que toca à participação das mulheres na vida política e social, tendo estas, em vez disso, perdido muitos dos benefícios que haviam adquirido no passado<sup>441</sup>. De facto a aquisição de direitos políticos foi acompanhada pela perda progressiva de direitos económicos e sociais, situação que, tendo início a partir da década de 60, foi piorando cada vez mais, culminado, então, com o desmantelamento da Jugoslávia e com a sua transição para estados democráticos liberais.

Assim, no que toca ao impacto que as políticas de transição para uma economia de mercado tiveram nas mulheres dos recém formas repúblicas ex-jugoslavas, podemos sucintamente apontar cinco factores: o desmantelamento do estado social; o aumento do desemprego; o declínio dos níveis de rendimento e aumento da pobreza, descriminação evidente no trabalho e contínua segregação profissional; e um surto de atitudes tradicionais em torno dos papéis de género<sup>442</sup>. Estas mudanças fizeram com que o estatuto privilegiado que determinados grupos sociais ou classes outrora possuíam, como a classe trabalhadora ou o partido, passasse a ser atribuído a novos grupos e classes, como os empresários, os novos partidos políticos e as igrejas, compostos, na sua esmagadora maioria, por homens. As mulheres, tal como nas sociedades socialistas, foram, mais uma vez, “alvo de uma especial interpolação ideológica, apesar de esta interpolação ser agora de uma natureza radicalmente diferente”<sup>443</sup>.

---

<sup>439</sup> Idem, *Ibid.*, p. 140.

<sup>440</sup> Idem, *Ibid.*, p. 133.

<sup>441</sup> Julie Mertus, “Human Rights of Women in Central and Eastern Europe, [...]”, cit., p. 618.

<sup>442</sup> Idem, *Ibid.*, p. 619.

<sup>443</sup> Tanya Rener e Mirjana Ule, “Back to the future: Nationalism and gender in post-socialist societies.” in Rick Wilford e Robert L. Miller, *Women, ethnicity and nationalism*, Londres, Routledge, 1998. p. 121, (pp.120-132).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Com efeito, a mudança de uma sociedade socialista, onde, ideologicamente, as mulheres eram agentes de emancipação e de mudança revolucionária, para uma sociedade pós-socialista, onde as mulheres foram relegadas para o papel de assegurar a sobrevivência biológica e o progresso moral da nação, confinou-as a um papel tradicional, relegando-as para a esfera privada. Esta “domesticação” ideológica das mulheres está intimamente ligada com as visões tradicionais e conservadoras relacionadas com o papel social do género e com as ideias acerca de identidades sociais nacionalmente homogéneas, oferecidas pelos programas políticos nacionalistas de reconstrução pós-bélica<sup>444</sup>. Este processo de delegar as mulheres para o domínio privado, surge, por isso, como o “resultado das contradições existentes nas opções ideológicas fundamentais das sociedades pós-socialistas: reprivatização, estabelecimento dos Estados-nação, o caminho para a Europa, e o regresso aos valores tradicionais”<sup>445</sup>.

De facto, a reprivatização acompanhada com a “confiança na Europa” das antigas repúblicas jugoslavas criou expectativas que exigiram um recurso à unidade nacional como forma de assegurar o mantimento de estruturas sólidas que fizessem emergir os novos estados capitalistas. A ideia de reforço do Estado-nação e o regresso aos valores tradicionais ajudaram, assim, a reforçar estas expectativas. A tríade do lar, nação e deus são idealmente adequadas à orgânica da auto-compreensão da sociedade capitalista<sup>446</sup>.

Como referido anteriormente, a configuração da sociedade democrática surgiu a par com a falta de uma esfera social adequada e essencial à emancipação das mulheres nas sociedades pós-socialistas. Nas sociedades socialistas patriarcais, apesar de estas beneficiarem de mais apoio neste sentido, já era incutido o duplo fardo às mulheres que tinham de participar com a sua força laboral ao mesmo tempo que desempenhavam a função do cuidado da família. A transição para uma economia capitalista reforçou ainda mais estes desequilíbrios, uma vez que a falta de protecção social, como o apoio à maternidade, serviços de saúde, outrora garantidos pelo Estado, passa a depender da sua substituição pelo trabalho não-remunerado das mulheres, como forma de garantia da prestação de cuidados á sociedade<sup>447</sup>. Estas terão ao mesmo tempo que garantir os rendimentos das suas famílias, tendo que enfrentar a sujeição a baixos salários ou até

---

<sup>444</sup> Ulf Brunnbauer, *op. cit.*, pp. 154-155; Tanya Renner e Mirjana Ule, *op. cit.*, p. 123.

<sup>445</sup> Tanya Renner e Mirjana Ule, *op. cit.*, p.122.

<sup>446</sup> Idem, *Ibid.*, p.123.

<sup>447</sup> Idem, *Ibid.*, p.123.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

mesmo ao desemprego, sendo esta uma das primeiras consequências das crises económicas advindas da transição para um modelo capitalista.

O resultado destas pressões sociais e do seu contexto económico, não consiste, sequer, no regresso das mulheres às suas famílias, como planeado pelos arquitectos dos projectos nacionais: na sua vez as mulheres irão ver-se inseridas num modelo “fortemente frustrante de para-família”<sup>448</sup>. No entanto, a redução do valor do trabalho é uma das fontes de maior lucro para as empresas e para o estado capitalista, que beneficiam com a exploração das mulheres, tanto através trabalho não-renumerado, como do trabalho pago com baixos salários.

Desta forma, podemos concluir que, na Jugoslávia socialista, embora a participação política das mulheres fosse reduzida, o Estado assegurava os seus direitos sociais e económicos, enquanto nas sociedades pós-socialistas, apesar de estas serem providas de direitos civis e políticos, a falta de condições económicas e sociais, para além de constituírem um entrave à sua participação política, colocaram as mulheres numa situação de subalternização ainda maior. Neste sentido “nem as políticas socialistas nem as presentes políticas orientadas para o estado, permitem as mulheres exprimirem a sua individualidade e o seu potencial desacordo com a agressão de tais ideologias e políticas”<sup>449</sup>.

O desenvolvimento de uma democracia, desta forma concebida, terá como efeito um “eventual acordo social atingido em condições de uma repressão disciplinar e da domesticação de grande parte da população”<sup>450</sup> e um processo social regressivo nas sociedades pró-socialistas. Estas tendências estão entrelaçadas com o crescimento do delírio nacionalista, onde as mulheres aparecem como os símbolos da nação ligadas à reprodução biológica desta e onde ao mesmo tempo, à medida que o nacionalismo se vai tornando mais agressivo, estas vão sendo cada vez mais reprimidas e vítimas de violência, sendo o aumento da misoginia uma característica própria deste processo <sup>451</sup>.

De facto, estas formas anti-sociais e destrutivas de nacionalismo parecem não encaixar em países europeus que estão no meio da sua transição para sociedades pós-industriais e pós-modernas, e muito menos o poder de domínio sobre as mulheres é compatível com a igualdade democrática. Paradoxalmente, estes constituem consequências da edificação dos estados pós-socialistas, tal como explicam Renner e Ule,

---

<sup>448</sup> Idem, *Ibid.*, p.125.

<sup>449</sup> Idem, *Ibid.*, p.124.

<sup>450</sup> Idem, *Ibid.*, p.125.

<sup>451</sup> Idem, *Ibid.*, p.125.

“os nacionalismos jugoslavos modernos não são um elemento residual do século XIX. Não são uma expressão retrógrada e regressiva das sociedades submetidas à modernização. Antes, eles são a materialização do lado negro da mesma Europa que professa admiração pela excentricidade agressiva das comunidades étnicas balcânicas”<sup>452</sup>.

O nacionalismo surge, assim, como uma resposta à crise da modernidade industrial e ao problema mal resolvido da comunidade pelas sociedades modernas que, na junção de elementos artificiais para a construção de uma unidade identitária, provoca conflitos em sociedades com experiência de convivência multi-étnica. Quando as experiências comunitárias tentam ser inseridas numa lógica nacional institucionalizada, a identificação com estas ocorre através da estigmatização dos *outros* e daqueles que se opõem a essa mesma construção nacional – como foi revelado pelas Mulheres de Negro de Belgrado – constituindo este processo, um exemplo de nacionalismo estatal, uma vez que foi, em grande medida, desencadeado pelo Estado, tendo surgido, também, como um resultado da crise identitária na qual os países de Leste mergulharam após o desmembramento do bloco comunista.

### 5. AS PROPOSTAS FEMINISTAS DE UMA IDENTIDADE EUROPEIA PÓS-NACIONALISTA

---

No contexto europeu actual, o neonacionalismo não é um fenómeno que apenas caracteriza a Europa de Leste. Surgindo, igualmente, na maioria dos países europeus, com maior ou menor intensidade, o neonacionalismo constituiu uma consequência das assimetrias políticas, económicas, regionais e sociais, geradas pelos processos de globalização capitalista e da própria reconfiguração do mapa demográfico, criado pelos movimentos migratórios por ela desencadeados. De facto, parece existir uma tendência crescente do reemergir dos nacionalismos europeus, tanto nos países que ocupam um lugar de destaque nos parâmetros de desenvolvimento económico, como nos países onde a economia decresce de uma forma alarmante. Tal pode ser explicado, de uma

---

<sup>452</sup> Idem, *Ibid.*, p.125.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

forma generalizada, pelo facto de, em cada um dos casos, se ter vindo a desenvolver na Europa uma “retórica política de exclusão na qual os imigrantes do terceiro mundo, proveniente em parte das ex-colónias, são construídos como uma ameaça à identidade nacional dos países ‘anfitriões’ pelo facto de serem culturalmente diferentes”<sup>453</sup>.

A esta hostilidade relacionada com a diferença cultural, adiciona-se o facto de, por um lado, os países desenvolvidos temerem ver a sua proeminente posição política e económica ameaçada, ao passo que, os países europeus menos desenvolvidos, receiam que a presença dos imigrantes seja um factor acentuador da debilitação económica e social. Estes “receios”, contudo, tiveram o seu ponto de partida no discurso político dos governos conservadores, que, de acordo com Verena Stolcke, “alimentam os medos populares com uma retórica de exclusão que exalta a identidade nacional com base na exclusividade cultural”<sup>454</sup>.

As tensões sociais e políticas que a imigração extracomunitária provocou num contexto de sucessivas crises económicas, revelaram-se ainda mais acentuadas quando a Europa abriu as portas para os países de Leste, fazendo com que aumentasse a “tendência europeia de culpar nos imigrantes todos os malefícios socioeconómicos resultantes dos reajustamentos capitalistas”<sup>455</sup>. Numa altura em que se avizinham as candidaturas da Sérvia e da Croácia à União Europeia, países culturalmente diversificados, e tendo em conta a tendência nacionalista actual, urge, assim, reflectir acerca do conceito de cidadania europeia, reformulando e reconstruindo os seus fundamentos num sentido de uma transformação que possa resultar numa Europa alargada mais inclusiva. Deste modo, de acordo com Rosi Braidotti,

“em virtude do aparecimento de sociedades multiculturais, surge, assim, a necessidade de repensar o conceito de identidade através de um deslocamento das discussões políticas, desviando-as das diferenças entre culturas para as diferenças existentes no interior de uma mesma cultura”<sup>456</sup>

---

<sup>453</sup> Verena Stolcke, "Talking Culture: New Boundaries, New Rhetorics of Exclusion in Europe." *Current Anthropology*, Fevereiro 1995, p. 1, (pp. 1-24).

<sup>454</sup> Idem, *ibid.*, p. 2.

<sup>455</sup> Idem, *ibid.*, p. 2.

<sup>456</sup> Rosi Braidotti, "A diferença sexual e o complexo conceito de cidadania europeia." Ângela Maria Moreira (trad.), *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Fevereiro 1998, p. 75, (pp. 73-81).

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

Este exercício de reflexão, em torno do conceito de cidadania europeia, deverá, de acordo com Braidotti, ser contextualizado no quadro político da União Europeia<sup>457</sup>.

No quadro do actual processo de integração europeia, a “cidadania europeia” surge, assim, como uma ideia controversa, uma vez que, se por um lado “existe um sentido crescente de que os europeus necessitam de desenvolver um sentimento de cultura partilhada e de uma identidade de propósitos comuns, de forma a permitir o apoio ideológico que possibilite o sucesso da união política e económica da Europa”<sup>458</sup>; por outro, a ideia de uma “Europa supranacional culturalmente integrada” surge como ameaçadora para aqueles que temem que a sua cultura nacional e regional seja absorvida<sup>459</sup>. Neste sentido, uma reflexão acerca das subjectividades subjacentes às construções presentes em todo e qualquer processo identitário, exige a adopção de uma perspectiva crítica, multifacetada e localizada no seu contexto próprio.

A filósofa e feminista Rosi Braidotti fornece um dos maiores contributos que advieram dos debates sobre a subjectividade, diferença sexual e diversidade e da necessidade da sua inclusão nas reflexões acerca dos conceitos de identidade e cidadania. Deste modo, a autora concentra-se na “inter-relação entre, por um lado, uma compreensão multifacetada da subjectividade – incluindo a variável sexo/ diferença sexual – e, por outro, questões relacionadas com a nacionalidade, incluindo as diferenças étnicas e raciais”<sup>460</sup>. Através da sua análise, poderá ser estabelecido um paralelismo entre a forma como o eurocentrismo exerce uma dominação sobre os outros, grupos étnicos e raciais, da mesma forma como exerce sobre as mulheres.

Assim, de acordo com Braidotti, todos os outros e outras – estas últimas por vezes também incluídas na categoria do *outro* étnico e racial – que difiram na cor ou em qualquer outra característica, foram alvo de imposição por parte dos europeus, do seu modelo civilizacional e da sua “cor branca” como traço definidor da humanidade<sup>461</sup> e assente num suposto universalismo baseado no masculino neutro. Este masculino neutro perdura até aos dias de hoje, o que pode ser comprovado, observando a linguagem não inclusiva presente nos documentos oficiais da União Europeia<sup>462</sup>. De acordo com Braidotti, esta tendência colonialista moderna, verificou-se mais ainda à medida que a

---

<sup>457</sup> Idem, *ibid.*, p. 76.

<sup>458</sup> Verena Stolcke, *op. cit.*, p. 2.

<sup>459</sup> Idem, *ibid.*, p.2.

<sup>460</sup> Idem, *ibid.*, p.73.

<sup>461</sup> Idem, *ibid.*, p.77.

<sup>462</sup> O caso mais gritante, a propósito desta observação, é sem dúvida a contínua e constante utilização da terminologia *Direitos do Homem*, expressão que ainda não foi alterada a nível europeu, como referência aos Direitos Humanos, que supostamente integram os Direitos das mulheres.



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

globalização surtiu os seus efeitos paradoxais de fragmentação, tendo ambos os processos – globalização e fragmentação – surgido em simultâneo “como uma das características definidoras do nosso tempo” fazendo com que o projecto da unificação europeia conduzisse também ele a reacções antieuropeias e xenófobas<sup>463</sup>.

É precisamente por isso que Braidotti critica o euro-cepticismo que campeia entre as feministas europeias, naquilo que considera ser uma “interpretação errónea quer das origens, quer dos objectivos do projecto europeu”, lembrando que a União Europeia surgiu como tentativa de superar o declínio histórico dos Estados-nação da Europa e mais concretamente “desse vírus secular que é o nacionalismo europeu”<sup>464</sup>. A noção de cidadania europeia é, na sua perspectiva, algo com o qual as intelectuais de orientação crítica e progressista, incluindo as feministas, se devem envolver mais e que devem tentar influenciar<sup>465</sup>.

Considera que esta ausência de um envolvimento concertado das feministas no potencial progressista do projecto europeu está a abrir espaço para uma fixação de forças mais conservadoras na sua agenda, materializando-se na síndrome da “Fortaleza Europa”, que de acordo com Helma Lutz “é um problema que diz respeito não só ao grande número dos que deixa de fora mas também àqueles que encerra”, uma vez que “a tão apregoada livre circulação das pessoas mal abrange as minorias étnicas que habitam a Europa”<sup>466</sup>. Esta observação torna-se extremamente pertinente, quando se pondera a “importância de repensar, de uma perspectiva europeia, as questões da identidade multicultural e sexual”, uma vez que “dada a herança do colonialismo, é muito mais fácil para os europeus tratar questões sociais relacionadas com lugares remotos do que encarar os problemas que lhes estão ao pé da porta”<sup>467</sup>.

Interessará, assim, analisar os efeitos que estes processos provocaram nas mulheres, contudo através de uma perspectiva despojada de um hábito etnocêntrico – do qual os movimentos feministas não constituem excepção – que, de acordo com Braidotti, consiste em construir a “mulher do terceiro mundo”, ou “a mulher muçulmana”, ou, neste caso, a “mulher de Leste”, como objecto carecido do nosso apoio e solidariedade, através de uma “paternalismo benevolente” que por vezes roça o

---

<sup>463</sup> Idem, *ibid.*, pp. 77-78.

<sup>464</sup> Idem, *ibid.*, p. 76.

<sup>465</sup> Idem, *ibid.*, p. 76.

<sup>466</sup> Helma Lutz, *Crossfires*, Londres, Pluto Press, 1996, p. 5 apud Idem, *ibid.*, p. 77.

<sup>467</sup> Idem, *ibid.*, p. 77.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

colonialismo<sup>468</sup>. Para isso, ter-se-á primeiramente que desmistificar o mito da homogeneidade cultural, que é crucial para a narrativa do nacionalismo europeu, reivindicando uma identidade europeia enquanto “projecto multifacetado e não como uma essência adquirida e fixa”<sup>469</sup>.

As feministas defendem, assim, uma alternativa à identidade nacionalista construção da qual as mulheres não participaram – assente num pluralismo cultural genuíno, através da tentativa de criação de identidades próprias. Tal surge, também, como uma estratégia feminista de combate à uniformização levada a cabo pelo patriarcado armado e ao processo que conduz à sua legitimação<sup>470</sup>. Esta estratégia constitui uma cultura de resistência na medida em que pode ajudar a conceber uma cidadania pós-nacionalista que valide as diferenças entre etnias, classes e sexos<sup>471</sup>, pressupondo uma re-localização da identidade europeia, de modo a anular-lhe as tendências hegemónicas, e um reconhecimento das realidades multiculturais do nosso tempo. Este tipo de identidade é denominada por Braidotti como “nómada”, explicando que “ser-se sujeito europeu nómada significa estar em trânsito entre diferentes formações identitárias, mas suficientemente ancorado numa determinada posição histórica para se aceitar responsabilidade por ela”<sup>472</sup>.

Conclui-se, assim, que é necessário um novo enquadramento europeu capaz de responder aos novos desafios em torno dos efeitos da globalização, entre os quais o deslocamento de pessoas, e um papel mais activo de responsabilização de uma Europa historicamente colonialista e dominadora. A necessidade da integração no conceito de cidadania de diferentes grupos culturais, étnicos e raciais, tendo em conta também as suas características sexuais, exige profundas mudanças nas suas aceções base.

Os movimentos feministas, participando activamente na esfera política e conferindo visibilidade às mulheres marginalizadas em contextos localizados – como nos se demonstra no exemplo do activismo das mulheres dos Balcãs – estão a alargar o espectro do conceito de identidade, que poderá caminhar no sentido de uma construção de um conceito de cidadania europeia mais inclusiva para as mulheres.

As feministas poderão, assim, constituir um forte elemento de mudança capaz de reverter o conservadorismo que tem marcado os últimos anos do projecto europeu, que,

---

<sup>468</sup> Idem, *ibid.*, p. 78.

<sup>469</sup> Idem, *ibid.*, p. 81.

<sup>470</sup> Nira Yuval-Davis, “Women, Ethnicity and Empowerment”, *Feminist Psychology* 4, no.1, 1994, ( pp. 179-97) apud Rick Wilford, *Women, Ethnicity*[...] p. 16.

<sup>471</sup> Idem, *ibid.*, p. 16.

<sup>472</sup> Rosi Braidotti, *op.cit.*, p. 81.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

fez reemergir valores ultrapassados que fomentam as injustiças sociais e as desigualdades sexuais, presentes entre grupos étnicos, raciais e sociais. Só assim, novos modelos identitários que busquem aquilo que Braidotti caracteriza como “cidadania flexível”<sup>473</sup>, poderão ser (re)inventados num processo dialético e em constante mutação.

---

<sup>473</sup> Rosi Braidotti, *op. cit.*, p. 74.

### CONCLUSÃO

---

Em jeito de conclusão, e voltando a rever a contextualização político-teórica em que esta dissertação se baseia, propõe-se uma revisão àquele que se definiu como o objecto de estudo deste trabalho, para concluir acerca da necessidade da inclusão de estudos e perspectivas de abordagem feminista, como forma de análise em Estudos Europeus. Assim, como já tivemos oportunidade de verificar, o fenómeno neonacionalista nos Balcãs foi motivado, tanto por factores externos, como internos, tendo emergido num contexto internacional que o favoreceu. Este, de facto, coincidiu com o ressurgimento dramático das alianças multilaterais após o desmoronamento da URSS e o fim da bipolaridade política internacional, que marcou uma nova tipologia dos conflitos, agora de carácter mais localizado, e onde a população civil constitui a grande maioria das vítimas.

É nesta realidade social e bélica, e num contexto teórico feminista, que faz sentido abordar e explicar o activismo político e teórico das designadas Mulheres de Negro de Belgrado, uma organização feminista antimilitarista, de cariz internacional, comprometida com a promoção da paz e o activismo antimilitarista e de oposição a todas as formas de violência, bem como com o desenvolvimento de acções contra o nacionalismo expansionista sérvio. O seu extenso activismo manifestou-se, no contexto dos Balcãs, pela dinamização de manifestações pacíficas diversas como vigílias e outras acções não violentas de contestação, pela audaciosa e corajosa demonstração pública de oposição ao patriarcado militarista, pela criação de vários organismos de combate à violência e de apoio a mulheres e ainda e pela produção e divulgação de publicações académicas e outras. As suas palavras e acções tiveram uma importante repercussão internacional, ajudada pelas redes que estas mulheres lograram criar com outras organizações e redes feministas, mas, também, pelos acordos, projectos e protocolos que estabeleceram com outros organismos internacionais.

Apesar de apoiarem a democratização, considerada a única via pela qual os direitos das mulheres podem ser efectivamente contemplados no domínio legal, afirmam uma posição crítica quanto às suas limitações e os efeitos perniciosos que possam decorrer da aplicação das políticas de transição para um estado democrático, quer a nível económico, quer a nível social. De facto, os nacionalismos encontrariam

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

um enquadramento nas políticas fomentadas pela União Europeia e pelas Nações Unidas que, ao propulsar a formação de estados independentes para estas regiões, produziram legislação que favorecia a criação de símbolos nacionais para assegurar a coesão nacional. Face a isto, as Mulheres de Negro de Belgrado continuaram a denunciar os efeitos dos nacionalismos emergidos no pós-guerra, advindos da institucionalização apoiada por estes organismos internacionais e regionais.

As vozes de diferentes mulheres ecoam para tentar dar resposta às suas necessidades específicas, reivindicando e denunciando as políticas sexistas e essencialistas que subjazem às directivas e políticas das missões de paz, encabeçadas pelas Nações Unidas e que, apesar da Resolução 1325 da ONU se constituir enquanto directiva destinada a promover a participação activa das mulheres nos processos de reconstrução da paz, continua, contudo, a negligenciar as vozes e experiências das mulheres. Tal permite-nos concluir acerca da inadequação dos modelos de reconstrução da paz levados a cabo pelas organizações internacionais que, insiste-se, continuam a revestir-se de um carácter patriarcal, sexista e paternalista e a incluir, conseqüentemente, uma componente neoliberal, que contribui para perpetuar um sistema económico, político e social que promove e acentua as assimetrias e as injustiças sociais e nas quais as mulheres são as mais prejudicadas.

São também as mulheres as principais lesadas pelas análises convencionais das disciplinas do saber que se dedicam ao estudo das políticas e das Relações Internacionais, já que os posicionamentos teóricos feministas têm sido arremessados para as margens e desvalorizados neste tipo de estudos. Os seus principais contributos passaram pela introdução de género como uma categoria de análise e pela desconstrução das dicotomias, que continuam a ser usadas como base para perpetuar as desigualdades impostas por um sistema assimétrico que posiciona, diferentemente e desigualmente, homens e mulheres e que se reproduzem naquelas de opressor/oprimida, protector/protegida, agressor/vítima e outras.

Outra das suas importantes conclusões, pode resumir-se na defesa de que o conceito de segurança, tradicionalmente usado na política global, assenta no carácter notoriamente militarista dos estados tornando-se este, assim, o principal elemento legitimador do uso da violência pelos próprios estados baseado no argumento da necessidade de sobrevivência e de manutenção de poderio e segurança estatal. É o Estado quem opera, através de um processo de militarização da sociedade e mediante o

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

accionar de um processo de interiorização identitária, a aceitação e a normalização de comportamentos violentos, necessária ao anteriormente exposto.

Ainda e como escrevem Costa, Sélis e Soares, “quando entendidos como processos, e não como eventos, o militarismo e a guerra podem ser relacionados entre si e com outras construções, como as questões da divisão do trabalho, colonização e opressão”<sup>474</sup> o que possibilita e motiva o desenvolvimento de uma reflexão feminista. Aliás, são também os estados que, por outro lado, desencadeiam os processos de identificação subjectiva e intersubjectiva, definindo os papéis e a estrutura dos agrupamentos familiares, essenciais para a unidade e a coesão nacional. A centralidade hierárquica do Estado é, deste modo, reproduzida na organização nuclear das relações familiares. As famílias constituem os núcleos centrais da organização política de um estado, constituindo elementos chave na perpetuação das estruturas patriarcais. Esta transposição da centralidade do Estado para a organização da sociedade a nível privado, irá ser uma forte condicionante à situação de subalternização das mulheres, como nos mostrou o exemplo das sociedades pós-socialistas dos Balcãs.

Apesar de, actualmente, a tendência global se delinear no sentido de uma maior inclusão das mulheres nos domínios políticos, esta inclusão é estabelecida tendo como referência um padrão de comportamento masculino, o que contribui para a manutenção das estruturas patriarcais que têm no nacionalismo, no Estado-nação, no militarismo e no capitalismo os seus aliados mais fortes. Por isso, algumas reconceptualizações feministas rejeitam a inserção das mulheres no modelo hierárquico, autoritário e patriarcal político actual propondo uma substituição da noção de poder enquanto *poder sobre* pela noção de *poder com*, ou seja, poder enquanto capacidade humana de agir em articulação com outros/as que partilhem as mesmas preocupações. Esta via feminista antimilitarista tem como um exemplo de sucesso o activismo das Mulheres de Negro de Belgrado que, de alguma forma, parece rever-se na expressão metafórica oferecida por Costa, Sélis e Soares:

“para o feminismo, não se trata de substituir a imagem de Afrodite [deusa do amor], inculcada na mentalidade social, ou dessa imagem criar as condições para a redução da violência. Menos ainda extrapassar para o outro altiplano, mimético e igualmente grave

---

<sup>474</sup> Juliana Alves da Costa, Lara Martim Rodrigues Sélis e Samuel Alves Soares, *op. cit.*, p. 225.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

e delituoso, da construção da mulher como uma nova Melíade [ninfa da guerra] da cena internacional<sup>475</sup>.

Muitas feministas têm privilegiado estudos com base nas experiências das mulheres do terceiro mundo, como forma de desconstrução das visões racionalistas, eurocêntricas e androcêntricas que sempre estiveram presentes na produção de conhecimento e nos processos identitários, conscientes de que estas visões reduziram, amplamente, o vasto leque de possibilidades sobre as quais as identidades podem ser construídas. O essencialismo daí resultante, particularmente em torno da(s) categoria(s) da(s) mulher(es), oculta e silencia não só as vozes e experiências de mulheres no terceiro mundo, como também das mulheres na Europa.

Por conseguinte, se formos atentar para o caso dos Balcãs, podemos denotar que estas similaridades se aproximam ainda mais, uma vez que as mulheres do sudeste da Europa são também igualmente estigmatizadas com o *olhar europeu* do Ocidente que as vê como *o outro étnico*, sobre as quais são exercidas várias e diferentes formas de exploração. A grande afluência das redes de tráfico que partem dos países de Leste e Sudeste para a União Europeia, assim como a exploração laboral das quais as mulheres são vítimas, são factos suficientes para comprovar a subjugação a que estas são sujeitas, provando que a transição democrática não pressupõe por si só o alcance da igualdade entre os sexos, muito menos quando esta assenta no conservadorismo político e no capitalismo desenfreado que têm caracterizado a Europa nos últimos anos. Na verdade, esta tendência demonstra-se altamente conivente com as estruturas patriarcais, que já constituíam uma característica bem marcada das sociedades jugoslavas.

Numa altura em que se avizinha a entrada da Sérvia na União Europeia, que está sujeita ao cumprimento dos requisitos necessários de candidatura, entre os quais se encontram o respeito pelos Direitos Humanos, é importante ter em maior consideração as propostas que as feministas sérvias tentam trazer para a reconstrução do seu país, nomeadamente no que toca ao combate das estruturas repressivas e militarista existentes, conferindo-lhes um papel de destaque na elaboração de políticas mais justas e igualitárias.

O activismo feminista nos Balcãs constitui, assim, um exemplo inspirador na forma como as mulheres podem ser agentes activos de mudança social. As suas experiências e contribuições estão a abrir um caminho para a realização de debates mais

---

<sup>475</sup> Idem, *Ibid.*, p. 227.



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

aprofundados sobre questões tão complexas e controversas como a questão da cidadania europeia, possibilitando a reformulação do seu conceito num sentido mais inclusivo. Este processo passará, pois, por “devolver à Europa” o olhar feminista que a partir dela foi lançado para fora, através daquilo que as feministas definem como “conhecimento localizado” e “políticas de re-localização”<sup>476</sup> num exercício dialéctico constante que permita novas construções identitárias. Na óptica feminista, a actividade de teorizar está, por conseguinte, vinculada às práticas sociais, para que os compromissos epistemológicos sejam atrelados a um contexto sociopolítico concreto”<sup>477</sup>, sendo precisamente este engajamento, entre teoria e prática, uma das características essenciais dos feminismos e que pressupõe uma vinculação das teorias feministas ao projecto político e social de emancipação das mulheres.

O anteriormente exposto, serve-nos para reintroduzir e sumarizar a pertinência em repensar os conceitos-chave de Relações Internacionais, tais como a segurança, a justiça internacional, a Economia Política, as Forças Armadas, o Estado e a ordem global, e sobre os quais as feministas em Relações Internacionais têm vindo a trazer inegáveis contributos. O feminismo, tendo a percepção de que “existe uma relação directa entre a invenção social da guerra e a masculinidade”<sup>478</sup>, defende, tal como a teórica Betty Reardon, que foi o sistema patriarcal que produziu a guerra e não o contrário<sup>479</sup>. Ou, como conclui Tatiana Moura “o poder e a guerra são um *continuum* do patriarcado, uma transposição da dominação para uma escala mais ampla”<sup>480</sup>, denotando que “quanto mais militarista for uma sociedade, mais sexistas tendem a ser as suas instituições e valores, e vice-versa” uma vez que estes “valores são apoiados e mantidos pelo patriarcado, que incorporou as suas estruturas e práticas no Estado, criando o paradigma básico de Estado-nação”<sup>481</sup>.

Algumas teóricas argumentam que, “o falocentrismo da ordem simbólica ocidental, assim como a lógica binária da metafísica ocidental sempre privilegiou o masculino sobre o feminino através de um conjunto recorrente de dualismos que conferiu à filosofia ocidental a sua configuração característica”<sup>482</sup>. O cientificismo iluminista, com os seus pressupostos objectivistas e deterministas, reforçaram ainda

---

<sup>476</sup> Rosi Braidotti, *op. cit.*, p.81.

<sup>477</sup> Juliana Alves da Costa, Lara Martim Rodrigues Sélis e Samuel Alves Soares, *op. cit.*, p. 212.

<sup>478</sup> Tatiana Moura, *Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Armados* [...], p. 47.

<sup>479</sup> Reardon, Betty, *Sexism and the War System*, *op. cit.*, apud Tatiana Moura, *op. cit. op. cit.* p.47.

<sup>480</sup> Idem, *Ibid.*, p. 48.

<sup>481</sup> Idem, *Ibid.*, p. 49.

<sup>482</sup> V. Spike Peterson, “*Transgressing Boundaries* [...] p. 202.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

mais a separação entre homens e mulheres, público e privado, racional e irracional, tornando possível afirmar que “[a] violência do cientista é sobretudo o poder da definição”<sup>483</sup>. Foi através destes pressupostos científicos que derivou a configuração da construção política do Estado moderno ocidental, que perdura até aos dias de hoje. Desta forma, as críticas feministas denunciaram “o casamento profundamente imoral entre a ciência e a força, a ciência e o militarismo, a ciência e o patriarcado”, argumentando que também a ética está igualmente sujeita aos ditames da ciência, constatando que, face a isto “[a] redução da ética, da moral e da responsabilidade ao problema da aplicação ou da não aplicação dos resultados da ciência é a falência da toda a ética”<sup>484</sup>.

Por outro lado, a existência de “verdades científicas, adquiridas através de um processo de centralização de perspectivas”, implica, necessariamente a marginalização de “outras verdades”, podendo ser, assim, concluído que “a consolidação e coerência da ciência são conseguidas pela produção e reprodução de alteridades oprimidas”<sup>485</sup>. Por isso mesmo, a investigação feminista em Relações Internacionais, privilegia metodologias que passam pelas histórias de vida, contadas na primeira pessoa, por estas serem consideradas como mais valiosas do ponto de vista científico do que as teorias ahistóricas, simplistas e sistemáticas dos cientistas políticos e académicos de Relações Internacionais, usadas perversamente como forma de legitimação do próprio Sistema Internacional. Os feminismos em RI, para além de compreenderem as políticas que atravessam ambos os domínios do público e do privado, estão fortemente vinculados com os movimentos sociais de mulheres, desde o nível local ao internacional.

Como se pôde concluir, foi a força das Mulheres de Negro, em particular e para o contexto específico a que nos reportamos, as de Belgrado que, através da constituição de redes com outras organizações de mulheres, logrou trazer às agendas políticas europeias as questões relacionadas com as violações e a violência de que são vítimas as mulheres em contexto de guerra, fazendo com que, actualmente, o Estatuto de Roma criado pelo Tribunal Penal Internacional contemple a violação sistemática como arma de guerra. Este Estatuto, resultado da pressão das feministas a nível internacional, vem considerar este acto como um crime contra a humanidade no mesmo nível que o genocídio, apesar das incoerências e ambiguidades que lhe podemos apontar. Estas

---

<sup>483</sup> Maria Mies e Vandava Shiva, *Ecofeminismo* [...], p. 68.

<sup>484</sup> Idem, *Ibid.*, p. 70.

<sup>485</sup> Juliana Alves da Costa, Lara Martim Rodrigues Sélis e Samuel Alves Soares, *op. cit.*, p. 212.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

questões ao serem contempladas no domínio legal de um sistema patriarcal e militarista, como o sistema internacional, conduziu a uma apropriação dos discursos feministas pelos organismos internacionais que os usam enquanto argumento justificativo para novas intervenções militares, como aconteceu no Afeganistão ou como se pode verificar nos discursos anti-terrorismo.

Da mesma forma, o transnacionalismo, através do qual os movimentos feministas se apoiaram para conseguirem alcançar os seus objectivos, também acartou consigo alterações mais ou menos profundas na estrutura destes movimentos. Ao transformá-los em organizações burocratizadas e hierarquizadas, desvirtuaram algumas das ideologias em que se fundaram e fundamentavam. Com efeito, a interdependência complexa, na qual o transnacionalismo se baseia, está inextricavelmente relacionada com uma tendência de cariz neoliberal, que faz com o que o crescimento das organizações não-governamentais ande a par com o crescimento das grandes empresas multinacionais. Esta tendência acaba por ter como resultados práticos a disponibilização de valores de orçamento e somas de financiamento às ONG's superiores às que normalmente estas aufeririam e estas passam a convergir, em termos discursivos, com grandes empresas multinacionais ou com as políticas estatais.

A apropriação dos discursos feministas por parte de entidades empresariais e estatais, parece constituir uma estratégia perversamente utilizada com a finalidade de exercer influência nos domínios da sociedade civil global e uma forma de fazer com que o seu poder político e económico não seja posto em causa. Estas entidades retiram também proveito das estruturas e articulações previamente criadas pelas mulheres, uma vez que tais facilitam muitas vezes os processos inerentes à infiltração das suas políticas como denunciam feministas que, como Cynthia Enloe, puderam constatar estas relações entre mercado e guerra, estado e empresas, capital e militarização da sociedade civil. No entanto, e por outro lado, esta tática também é inversamente usada pelas mulheres dos movimentos feministas uma vez que estas também tentam exercer o seu poder de influência através do *lobby* político. Estas desenvolvem, também elas, estratégias criativas e cuidadosamente delineadas no sentido da criação de políticas que possam ir de acordo com as suas reivindicações.

Voltando ao exemplo específico da Jugoslávia, a tática usada pelas Mulheres de Negro para alcançarem alguns dos seus objectivos de carácter mais urgente e prioritário foi a de encontrar soluções legais ao abrigo do Estado de Direito e das Convenções internacionais, pressionando diversos organismos internacionais para fazer valer as suas

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

reivindicações. Não será difícil concluir que as grandes potências souberam tirar proveito na criminalização dos responsáveis pelos crimes ocorridos durante as guerras, uma vez que este se constituiu como um passo necessário à legitimidade da sua presença nos territórios por eles tutelados na ex-Jugoslávia, não obstante fosse consequência da luta feminista. Nesse sentido, o apoio internacional que foi dado a algumas organizações de mulheres, de entre as quais as Mulheres de Negro de Belgrado, também estiveram relacionadas com a convergência de algumas das suas posições de acordo com a Agenda Internacional no que toca, por exemplo, à democratização necessária para a transição para uma economia de mercado capitalista.

Esta deturpação e apropriação dos discursos feministas prova a insuficiência da sua introdução nas instituições e mecanismos do sistema internacional, tal como ele é actualmente concebido, e que, para o alcance da emancipação das mulheres serão, de facto, necessárias transformações profundas nas “estruturas existentes nos planos das ideias e das materialidades sociais”<sup>486</sup>. Esta mudança, contudo, não é algo que se consiga em pouco tempo, uma vez que, tal como afirma Simone de Beauvoir “exigir o reconhecimento da mulher enquanto ser inteiro, responsável e livre é de tal forma revolucionário que põe em causa os próprios fundamentos da sociedade”<sup>487</sup>.

---

<sup>486</sup> Idem, *Ibid.*, p. 215.

<sup>487</sup> Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, Sérgio Milliet (trad.), Lisboa, Quetzal, 2009.

# O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

## BIBLIOGRAFIA

---

- ACKERLY, Brooke A.; TRUE, Jacqui, “Studying the struggles and wishes of the age: feminist theoretical methodology and feminist theoretical methods.” in Brooke A. Ackerly, Maria Stern e Jacqui True, *Feminist Methodologies for International Relations*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2006, pp. 241-263.
- ACKERLY, Brooke A.; STERN, Maria; e TRUE, Jacqui. “Feminist methodologies for International Relations”, in Brooke A. Ackerly, Maria Stern e Jacqui True (eds.), *Feminist methodologies for International Relations*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2006, pp. 1-15.
- BAGIĆ, Aida, “Women’s Organizing in Post-Yugoslav Countries: Talking about ‘Donors’.” in Gould e Henrik Secher Marcussen (eds.), *Ethnographies of Aid, Occasional Paper Series*, International Development Studies at Roskilde University, 2004.
- BEAUVOIR, Simone de, *O Segundo Sexo*, Sérgio Milliet (trad.), Lisboa, Quetzal, 2009.
- BELEZA, Teresa Pizarro, “Anjos e Monstros.” *Ex-Aequo*, [s.l], 2004.
- . “Serão as mulheres seres humanos?” Conteúdos programáticos, Pós-Graduação em Direitos Humanos, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, *Lição 5/II*. 6 de Março de 2010.
- BOBBIO, Norberto, *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*, Rio de Janeiro, Editora Campos, 2000.
- BRAIDOTTI, Rosi, “A diferença sexual e o controverso conceito de cidadania europeia” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Fevereiro de 1998, pp. 73-81.
- BRUNNBAUER, Ulf, “From equality without democracy to democracy without equality? Women and transition in south-east Europe.” *South - East Europe Review*, Março de 2000, pp. 151 - 168.
- CARPENTER, R. Charli, “Gender Theory in World Politics: Contributions of a Nonfeminist Standpoint.” *International Studies Review*, 2002, pp. 152-165.
- COCKBURN, Cynthia, “Women in Black: being able to say neither/nor.” *Canadian Women's Studies/ Les Cahiers de la Femme*, 2000, pp. 7-10.
- COSTA, Juliana Alves da; SÉLIS, Lara Martim Rodrigues; SOARES, Samuel Alves, “De Afrodite a Meliade? O feminismo nos estudos da segurança” in Suzeley Kalil Mathias, *Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas*, São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 205-227.
- DURHAM, Helen, *Women and Civil Society: NGO’s and International Criminal Law*. Vol. 3, in Kelly D. Askin e Dorean M. Koenig, *Women and international human rights law*, Ardsley, Transnational Publishers, Inc., 2001, pp. 819-843.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

- EGIDO, Jose Antonio, “Jugoslávia, Capitalismo, Barbárie e Mentiras.” *Angelfire*. Outubro de 1998. Disponível em <http://www.angelfire.com/mt/cebraspo/encarte.html> (acedido a 15 de Dezembro de 2011).
- ELSHTAIN, Jean Bethke, *Women and War*. Nova Iorque, Basic Books, 1987.
- . “Sovereignty, Identity, Sacrifice.” *Millenium Journal of International Studies*, 1991, N° 3 ed., pp. 395-406.
- ENGLE, Karen, “Calling in the troops: The Uneasy Relationship Among Women's Rights, Human Rights and Humanitarian Intervention.” *Harvard Human Rights Journal*, 2007, pp. 189-226.
- ENLOE, Cynthia, *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Londres. 1989). Londres, Pandora, 1989.
- . *Maneuvers: the International Politics of Militarizing Women's Lives*. Berkeley/ Los Angeles, University of California Press, 2000.
- . *The Morning After: sexual politics at the end of the cold war*. Berkeley e Los Angeles, California, University of California Press, 1993.
- ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL, “Direitos Humanos: instrumentos e textos universais.”, 17 de Julho de 1998. Disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais/dh/tidhuniversais/tpi-estatuto-roma.html> (acedido a 14 de Agosto de 2011).
- EURONEWS, ““A porta da UE está agora aberta à Sérvia”, diz Carla del Ponte.” *pt.euronews.net*. 26 de Maio de 2011. Disponível em <http://pt.euronews.net/2011/05/26/a-porta-da-ue-esta-agora-aberta-a-servia-diz-carla-del-ponte/> (acedido a 27 de Novembro de 2011).
- . “Sérvia vira a página rumo à Europa.”, 20 de Julho de 2011. Disponível em <http://pt.euronews.net/2011/07/20/servia-vira-a-pagina-rumo-a-europa/> (acedido a 18 de Novembro de 2011).
- FIDALGO, Sónia Mariza Florêncio, “Os crimes sexuais no Direito Internacional Penal.” *XV Congresso Internacional de Defesa Social – O Direito Penal entre a guerra e a paz: Justiça e cooperação penal nas intervenções militares internacionais*. Toledo, 2007, pp. 1-22.
- FLAX, Jane, “Political Philosophy and the Patriarchal Unconscious: A Psychoanalytic perspective on epistemology and metaphysics.” In Sandra Harding e Merrill B. Hintikka (eds.), *Discovering Reality: Feminist Perspectives on Epistemology, Methaphysics, Methodology and Philosophy of Science*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 1983, pp. 245–281.
- FREEDMAN, Estelle B, *No Turning Back: The History of Feminism and the Future of Women*. Ballantine Books, 2003.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

- FRIDMAN, Orli, "Anti-War Activism at Times of 'Peace'; Alternative Voices and Street Activism in Serbia." *ASN Conference*. Nova Iorque: Columbia University, 2007, pp. 1-13.
- GOLDSTEIN, Joshua S., *War and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- HARDING, Sandra, *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Ithaca, Nova Iorque: Cornell University Press, 1991.
- HELMS, Elissa, "Women as Agents of Ethnic Reconciliation? Women's NGO's and International Intervention in Poswar Bosnia-Herzegovina", *Women's Studies International Forum*, [s.l.], 2003, pp. 15-29.
- HENRIQUES, Fernanda, "Concepções filosóficas e representações do feminino: Subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica." in Adriana Bebiano e Maria Irene Ramalho (orgs.), *Estudos feministas e cidadania plena*, sep. da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 89, Junho de 2010, pp. 11-28.
- HOLLIS, Martin, e Steve Smith, *Explaining and Understanding International Relations*. Nova Iorque, Oxford University Press, 1990.
- KELLER, Evelyn Fox, "Feminism and Science" in Evelyn Fox Keller e Helen E. Longino, *Feminism & Science*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1996, pp. 28-40.
- KORAB-KARPOWICZ, W. Julian, "Political Realism in International Relations", *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 26 de Julho de 2010. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/realism-intl-relations/> (acedido a 2 de Maio de 2011).
- KORAC, Maya, "War, Flight, and Exile: Gendered Violence among Refugee Women from Post- Yugoslav States." in Wenona Giles e Jennifer Hyndman, *Sites of Violence: gender and Conflict Zones*, Berkeley e Los Angeles, California, University of California Press, 2004, pp. 249-272.
- MACKAY, Angela, "Training the uniforms: gender and peacekeeping operations." *Development in Practice*, 2003, pp. 217 - 222.
- MERTUS, Julie, *Human Rights of Women in Central and eastern Europe* in Kelly D. Askin e Dorean M. Koenig, *Women and international human rights law*, Vol. 3, Ardsley, Tranational Publishesr, Inc., 2001, pp. 613-699.
- MIES, Maria, e Vandava Shiva, *Ecofeminismo*, Traduzido por Fernando Dias Antunes. Lisboa, Instituto Piaget, 1997.
- MILLS, Kurt, *Human rights in the emerging global order: a new sovereignty?*, Basingstoke, Macmillan Press, Nova Iorque, St. Martin's Press, 1998.
- MLADJENOVIC, Lepa; HUGHES, Donna M., "Feminist Resistance to War and Violence in Serbia." in Marguerite R. Waller e Jennifer Rycenga, *Frontline*



## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

- Feminism: Women, War, and Resistance*, Nova Iorque, Routledge, 2001, pp. 241-270.
- MOURA, Tatiana, *Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Armados*. Coimbra: Quarteto, 2005.
- . “Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Violentos.”, *Dissertação de Mestrado em Sociologia* apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, [s.n], 2003.
- MRSEVIC, Zorica, “The Opposite of War Is Not Peace- It is Creativity.” in Marguerite R. Waller e Jennifer Rycenga, *Frontline Feminism: Women, War, and Resistance*, Nova Iorque, Routledge, 2001, pp. 43-57.
- MÜLLER, Mirjana Morokvasic, “From Pillars of Yugoslavism to Targets of Violence: Interethnic Marriages in the Former Yugoslavia and Thereafter.” in Wenona Giles e Jennifer Hyndman, *Sites of Violence: Gender and Conflict Zones*, Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 2004, pp. 134 - 151.
- NAÇÕES UNIDAS, “Convenção Para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres.” 1979.
- NAÇÕES UNIDAS, Declaração de Pequim, adoptada pela Quarta Conferência Mundial sobre as mulheres: Acção para igualdade, Desenvolvimento e Paz, Setembro, 1995.
- NAHOUM-GRAPPE, Véronique, “As violações: uma arma de guerra” in Christine Ockrent, *O Livro Negro da condição das mulheres*, traduzido por Ana Patrícia Xavier e Sérgio Coelho, Lisboa, Temas e Debates, 2007, pp. 51-65.
- PATEMAN, Carole, “Garantir a cidadania das mulheres: A indiferença e outros obstáculos”, Teresa Tavares (trad.) in Adriana Bebiano e Maria Irene Ramalho (orgs.), *Estudos feministas e cidadania plena*, sep. da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº89, Junho de 2010, pp. 29-40.
- . *Sexual Contract*. Standford, California: Standford University Press, 1988.
- PEREIRA, Carlos dos Santos, “Sic Notícias.” *sapo-pt*. 29 de Julho de 2008. Disponível em <http://videos.sapo.pt/nSzEuLtKcO8aHZRJQDIC> (acedido a 25 de Novembro de 2011).
- PEREIRA, Carlos dos Santos, *Da Jugoslávia à Jugoslávia : os Balcãs e a nova ordem europeia*. Lisboa, Edições Cotovia, 1999.
- PETERSON, V. Spike, “Transgressing Boundaries: Theories of Knowledge, Gender and international Relations.” *Millenium: Journal of International Studies*, 1992, pp. 183-206.
- . “Whose Crisis? Early and Post-modern Masculinism.” in *Innovation and Transformation in International Studies*, de Stephen Gill e James H. Mittleman, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, pp. 185-201.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

- PETTMAN, Jan Jindy, "Gender Issues." In *The globalization of world politics : an introduction to international relations*, de Jonh Baylis e Steve Smith, Oxford, Oxford University Press, 2001, pp. 582-598.
- . *Worlding Women: A Feminist International Politics.*, Londres, Routledge, 1996.
- PUERCHGUIRBAL, Nadine, "As Violências das Forças de Interposição da ONU." in Christine Ockrent, *O Livro Negro da condição das mulheres*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, pp. 463 - 472.
- PUREZA, José Manuel, "Lição apresentada no âmbito das provas de Agregação na área de Relações Internacionais (especialidade de História e teoria das Relações Internacionais)." *Os Estudos para a Paz como desafio crítico à tradição em Relações Internacionais*. Coimbra, 2009, pp. 12-31.
- REARDON, Betty, "Gender and Global Security: A feminist Challenge to the United Nations and Peace Research." in *Journal of International Cooperation Studies*, 1996, N° 1, pp. 29-56.
- REHN, Elisabeth, e Ellen Jonhson Sirleaf, *Women, War and Peace: The Independent Experts' Assessment on the Impact of Armed*. New York, United Nations Development Fund for Women, 2010.
- RENER, Tanya, e Mirjana Ule, "Back to the future: Nationalism and gender in post-socialist societies." in Rick Wilford e Robert L. Miller, *Women, ethnicity and nationalism*, de Londres, Routledge, 1998, pp. 120 - 132.
- SJOBERG, Laura, "Women fighters and the 'beautiful soul' narrative" in *International Review of the Red Cross*, [s.l.], Março de 2010, N° 877, pp. 53-68.
- SMART, Carol, *Feminism and the Power of Law*, Londres, Routledge, 1989.
- SMITH, Steve, "Positivism and Beyond." in Ken Booth; Marysia Zalewski; Steve Smith, *International Theory: Positivism and Beyond*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp.11-46.
- SMITH, Steve, "Reflectivist and constructivist approaches to international theory." in Jonh Baylis e Steve Smith, *The globalization of world politics : an introduction to International Relations*, Oxford, Oxford University Press, 2001, pp. 224-249.
- STERN, Maria, *Naming security - constructing identity: Mayan women in Guatemala on the eve of 'peace'*. Manchester, Manchester University Press, 2005.
- STOLCKE, Verena, "Talking Culture: New Boundaries, New Rhetorics of Exclusion in Europe." *Current Anthropology*, [s.l.], Fevereiro de 1995, pp. 1-24.
- SYLVESTER, Christine, *Feminist International Relations. An unfinished journey*. Reino Unido, Cambridge University Press, 2002.
- . *Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

- “Homeless in International Relations? ‘Women’s’ Place in Canonical Texts and Feminist Reimaginings” in Anne Phillips, *Feminism & Politics*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1998, pp. 44-66.
- TICKNER, J. Ann, “Feminism meets International Relations: some methodological issues.” in Brooke A. Ackerly, Maria Stern e Jacqui True, *Feminist Methodologies for International Relations*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2006, pp. 19-41.
- *Gender In International Relations. Feminist Perspectives on achieving global security*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1992.
- *Gendering World Politics: issues and approaches in the Post- Cold War Era*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001.
- “You just don’t understand: Troubled Engagements between Feminists and IR theorists.” *International Studies Quarterly*, Dezembro de 1997, pp. 611-632.
- “Hans Morgenthau’s Principles of Political Realism: A Feminist Reformulation.” *Millennium*, 1988, pp. 429-440.
- “What is Your Research Program? Some Feminist Answers to IR’s Methodological Questions.” *Boston Consortium on Gender, Security and Human rights*. Boston, 2004, pp. 1-26.
- UNIFEM: Women, War Peace, The Independent Expert’s Assesment in Elizabeth Rhen e Ellen Jonhson Sirleaf, *Progress of the World’s Women 2002*, vol. 1, Nações Unidas, Nova Iorque, 2002, pp. 71-72.
- UNITED NATIONS, *Criminal court prosecuting violations of humanitarian law in the former Yugoslavia established by the Security Council*. s.d. Disponível em <http://www.icty.org/sections/AbouttheICTY> (acedido a 7 de Novembro de 2011).
- Department of Peacekeeping Operations. “Gender Resource Package for Peacekeeping Operations (GRPKO).”, 2004. Disponível em <http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/pbps/library/GRP%20Full%20Version.pdf> (acedido a 29 de Janeiro de 2011).
- Division for the Advancement of Women. *Comission on the Status of Women*. 2000-2009. Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/> (acedido a 25 de Novembro de 2010).
- “The United Nations fourth conference on Women.” *Division for the Advancement of Women*. 2000, 2009. Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/plat1.htm#objectives> (acedido a 3 de Dezembro de 2010).
- OSAGI - Office of the Special Adviser on Gender Issues and Advancement of Women. *Gender Mainstreaming*. 2010. Disponível em

## O Homem Guerreiro e os desafios feministas

---

<http://www.un.org/womenwatch/osagi/gendermainstreaming.htm> (acedido a 1 de Dezembro de 2010).

- VALENIUS, Johanna, "A Few Kind Women: Gender Essentialism and Nordic Peacekeeping Operations." *International Peacekeeping*, 2007, pp. 510 - 523.
- VOON, Tania, "Pointing the Finger: Civilian Casualties of NATO Bombing in the Kosovo Conflict." *American University International Law Review* 16, no. 4, 200, pp. 1083-1113.
- WENDT, Alexander, *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- WHITWORTH, Sandra, *Men, Militarism & UN Peacekeeping*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner, Inc., 2004.
- . "Theory and Exclusion: Gender, masculinity, and International political Economy." in Richard Stubbs e Geoffrey (eds.), *Political Economy and the Changing Global Order*, Underhill, 88-99. Don Mills, Oxford University Press, 2006.
- WILFORD, Rick, "Women, ethnicity and nationalism: surveying the ground." in Rick Wilford e Robert L. Miller (eds.), *Women, ethnicity and nationalism: the politics of transition*, Londres: Routledge, 1998, pp.1-22.
- WOMEN IN BLACK, *Women in Black - Zene u crnom - Belgrade*. [s.d.] [http://www.zeneucrnorn.org/index.php?option=com\\_content&task=blogcategory&id=2&Itemid=4](http://www.zeneucrnorn.org/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=2&Itemid=4) (acedido a 3 de Agosto de 2011).
- . *Women, peace, security: Resoluition 1325 - 10 years*. Montagem por Staša Zajović. Novi Sad: ArtPrint, 2010, disponível em <http://www.zeneucrnorn.org/pdf/rezolucija-engleski.pdf> (acedido a 7 de Setembro de 2011).
- . *Women's side of War*, Belgrado: ArtPrint, 2008.
- . "zene u crnom beograd." <http://www.zeneucrnorn.org>. s.d.
- YOUNGS, Gillian, "Feminist International Relations: a contradiction in terms? Or: why women and gender are essential to understanding the world we live in." *International Affairs*, [s.l], 2004, pp. 75-87.
- YUVAL-DAVIS, Nira, "Gender and nation." in Rick Wilford e Robert L. Miller, *Women, ethnicity and nationalism: the politics of transition*, Londres, Routledge, 1998, pp. 23-35.
- ZAJOVIC, Stasa, *Always disobedient*. Belgrado, Standard 2, 2006.
- ZALEWSKI, Marysia, "Distracted reflections on the production, narration, and refusal of feminist knowledge in International Relations." in Brooke A. Ackerly, Maria Stern e Jacqui True, *Feminist Methodologies for International Relations*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2006, pp. 42-61.

